

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA  
DE COTAS SENIORES DA SEGUNDA SÉRIE E DE COTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS DO

**POLO CRÉDITO CONSIGNADO**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11

OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE ATÉ 48.750 (QUARENTA E OITO MIL SETECENTAS E CINQUENTA) COTAS SENIORES DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE, COM VALOR INICIAL UNITÁRIO DE R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS) CADA UMA, TOTALIZANDO O MONTANTE DE ATÉ:

**R\$ 48.750.000,00**  
(QUARENTA E OITO MILHÕES SETECENTOS E CINQUENTA MIL REAIS),

E DE ATÉ 11.250 (ONZE MIL DUZENTAS E CINQUENTA) COTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS, COM VALOR INICIAL UNITÁRIO DE R\$ 1.068,94 (UM MIL E SESSENTA E OITO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS) CADA UMA, CONFORME O RESPECTIVO VALOR UNITÁRIO VERIFICADO EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011, TOTALIZANDO O MONTANTE DE ATÉ:

**R\$ 12.025.575,00**  
(DOZE MILHÕES VINTE E CINCO MIL QUINHENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)

DO **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I** (“OFERTA”, “COTAS SENIORES”, “SEGUNDA SÉRIE”, “COTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS” E “FUNDO”, RESPECTIVAMENTE).

Classificação preliminar de risco das Cotas Seniores da Segunda Série: “brAAA (sf)”  
Classificação preliminar de risco das Cotas Subordinadas Preferenciais: “brBBB (sf)”

Código ISIN das Cotas Seniores da Segunda Série: BRPLCCCTF039  
Código ISIN das Cotas Subordinadas Preferenciais: BRPLCCCTF013

*Benchmark* das Cotas Seniores: 123% (cento e vinte e três por cento) do CDI  
*Benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais: CDI acrescido de 7% (sete por cento)

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES  
RUA LÍBERO BADARÓ, Nº 425, 23º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO - SP, CEP 01009-905  
CNPJ/MF SOB Nº 52.904.364/0001-08  
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DISTRIBUIDORA DAS COTAS DO FUNDO

O FUNDO FOI CONSTITUÍDO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL Nº 2.907, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2001, CONFORME ALTERADA, A INSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (“CVM”) Nº 356, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001, CONFORME ALTERADA, E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 13.566.670/0001-11, E ADMINISTRADO PELA CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, COM SEDE NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, À RUA LÍBERO BADARÓ, Nº 425, 23º ANDAR, CENTRO, CEP 01009-905, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 52.904.364/0001-08, DEVIDAMENTE CREDENCIADA PELA CVM PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (“ADMINISTRADORA”), E CUJA CARTEIRA É GERIDA PELA POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA., COM SEDE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, À AVENIDA ATAULFO DE PAIVA, Nº 204, 10º ANDAR, SALAS 1001 A 1010, LEBLON, CEP 22440-033, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 05.451.668/0001-79, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA CVM PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, NOS TERMOS DO ATO DECLARATÓRIO Nº 7.162, DE 19 DE MARÇO DE 2003 (“GESTOR”). A CONSTITUIÇÃO DO FUNDO E O INTEIRO TEOR DO SEU REGULAMENTO (“REGULAMENTO”), BEM COMO A EMISSÃO DA PRIMEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES, FORAM APROVADOS CONFORME DELIBERADO PELA ADMINISTRADORA NO ATO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, EM 27 DE ABRIL DE 2011, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003409779, DE 27 DE ABRIL DE 2011. O ATO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO FOI OBJETO DE RE-RATIFICAÇÃO, POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA DATADO DE 31 DE MAIO DE 2011, O QUAL FOI REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003413244, EM 1º DE JUNHO DE 2011. O REGULAMENTO FOI ALTERADO EM (i) 3 DE MAIO DE 2011, POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003410447, EM 3 DE MAIO DE 2011; (ii) 9 DE MAIO DE 2011 POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003410945, EM 9 DE MAIO DE 2011; (iii) 13 DE MAIO DE 2011 POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003411439, EM 13 DE MAIO DE 2011; (iv) 21 DE JUNHO DE 2011 POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003415270, EM 22 DE JUNHO DE 2011; (v) 29 DE NOVEMBRO DE 2011 POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003429788, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011; (vi) 10 DE JANEIRO DE 2012 POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003433158, EM 10 DE JANEIRO DE 2012, E (vii) 14 DE FEVEREIRO DE 2012 POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003436699, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2012.

A SEGUNDA SÉRIE E A EMISSÃO DAS COTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS FORAM OBJETO DE DELIBERAÇÃO DA ADMINISTRADORA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011, CUJO INSTRUMENTO FOI REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003429788, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

DOCUMENTOS REFERENTES À CONSTITUIÇÃO DO FUNDO PROTOCOLADOS NA CVM EM 16 DE MAIO, 02 DE JUNHO E 28 DE JUNHO DE 2011. ATO DA CVM DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO: OFÍCIO/CVM/SIN/GIE/Nº 2024, DE 28 DE JUNHO DE 2011 (CÓDIGO Nº 499-5).

NÚMERO E DATA DE REGISTRO DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES JUNTO À CVM: CVM/SRE/RFD/2011/026, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

NÚMERO E DATA DE REGISTRO DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS JUNTO À CVM: CVM/SRE/RFD/2011/027, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

AS COTAS SENIORES E SUBORDINADAS PREFERENCIAIS FORAM REGISTRADAS PARA DISTRIBUIÇÃO NO MÓDULO DE DISTRIBUIÇÃO DE ATIVOS - MDA, E PARA NEGOCIAÇÃO NO SF - MÓDULO DE FUNDOS, AMBOS ADMINISTRADOS E OPERACIONALIZADOS PELA CETIP S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS.

CLASSIFICAÇÃO ANBIMA: FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO.

PROSPECTO DEFINITIVO DE ACORDO COM O CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO DEFINITIVO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS DO REGULAMENTO RELATIVAS AO OBJETIVO DO FUNDO, À SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DE SUA CARTEIRA, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

ESTE PROSPECTO DEFINITIVO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA CVM. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DA ADMINISTRADORA/DISTRIBUIDOR, DO GESTOR OU DO CUSTODIANTE DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DA ADMINISTRADORA/DISTRIBUIDOR, DO GESTOR, DO CUSTODIANTE DO FUNDO, DOS CEDENTES DOS DIREITOS DE CRÉDITO, BEM COMO DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

QUALQUER RENTABILIDADE QUE VENHA A SER OBTIDA PELO FUNDO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO “FATORES DE RISCO” DESTE PROSPECTO DEFINITIVO, NAS PÁGINAS 88 A 94, ANTES DA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

VEJA OUTROS AVISOS IMPORTANTES NA PÁGINA 4 DESTE PROSPECTO DEFINITIVO.



GESTÃO



ADMINISTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO



CEDENTE



CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO



AUDITORIA



ESTRUTURADOR



ASSESSORIA LEGAL



A DATA DESTE PROSPECTO DEFINITIVO É 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

#### AVISOS IMPORTANTES

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO DEFINITIVO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A ADMINISTRADORA E O GESTOR MANTENHAM ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS COTISTAS.

ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.

LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR.

TODO COTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO E CIÊNCIA DE RISCO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO DEFINITIVO E DO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA À ADMINISTRADORA, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.

ESTE FUNDO APRESENTA RISCO DE LIQUIDEZ ASSOCIADO ÀS CARACTERÍSTICAS DO SEU ATIVO E ÀS REGRAS ESTABELECIDAS PARA A SOLICITAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE RESGATES.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO INVESTIDOR DESTE FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DO INVESTIDOR, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESSAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A RENTABILIDADE AOS COTISTAS E AO FUNDO. A ESSE RESPEITO, VIDE SEÇÃO “TRIBUTAÇÃO” DESTE PROSPECTO, NA PÁGINA 68.

NÃO HÁ GARANTIA DE QUE ESTE FUNDO TERÁ O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PARA FUNDOS DE LONGO PRAZO. VIDE SEÇÃO “TRIBUTAÇÃO” DESTE PROSPECTO DEFINITIVO, NA PÁGINA 68.

AS COTAS SENIORES E AS COTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS, OBJETO DA OFERTA, NÃO SÃO ADEQUADAS A INVESTIDORES QUE NECESSITEM DE AMPLA LIQUIDEZ EM SEUS TÍTULOS, UMA VEZ QUE O MERCADO SECUNDÁRIO BRASILEIRO PARA NEGOCIAÇÃO TANTO DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMO DE DIREITOS DE CRÉDITOS APRESENTA ATUALMENTE BAIXA LIQUIDEZ, E NÃO HÁ NENHUMA GARANTIA DE QUE EXISTIRÁ NO FUTURO UM MERCADO PARA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS QUE POSSIBILITE AOS COTISTAS A ALIENAÇÃO DE SUAS COTAS, CASO ESTES ASSIM DECIDAM.

A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À ADMINISTRADORA/DISTRIBUIDOR.

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>	
1.1. DEFINIÇÕES	8	
1.2. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA	20	
1.3. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES DA PRIMEIRA SÉRIE DO FUNDO	31	
1.4. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	34	
1.5. DECLARAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DO DISTRIBUIDOR	35	
<b>2. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA</b>		<b>36</b>
2.1. BASE LEGAL	37	
2.2. PÚBLICO-ALVO	37	
2.3. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DESTINAÇÃO DOS RECURSOS, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	37	
2.4. CONDIÇÕES DE CESSÃO	38	
2.5. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	39	
2.6. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	40	
2.7. SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO GESTOR DO CUSTODIANTE, DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	44	
2.8. CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO E OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO	45	
2.9. DISTRIBUIÇÃO	46	
2.10. ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO	46	
2.11. AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO	47	
2.12. EMISSÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS	52	
2.13. RESERVA DE FUNGIBILIDADE E RESERVA DE LIQUIDEZ	58	
2.14. RAZÃO DE GARANTIA	58	
2.15. ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	59	
2.16. DOS EVENTOS DE SUSPENSÃO DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO	61	
2.17. DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO	62	
2.18. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	64	
2.19. ENCARGOS DO FUNDO	66	
2.20. PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	67	
2.21. POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO	68	
2.22. TRIBUTAÇÃO	68	
2.23. CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA	71	
2.24. SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO	71	
2.25. MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA	72	
2.26. ACRÉSCIMO, REMOÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS	72	
2.27. DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO	73	
2.28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS	74	
2.29. ATENDIMENTO AO COTISTA	75	
2.30. DISPOSIÇÕES GERAIS	75	
<b>3. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO</b>		<b>76</b>
3.1. ORIGEM, FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	77	
3.2. TAXA DE DESCONTO PARA A AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO	79	
3.3. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA	79	
3.4. INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE PRÉ-PAGAMENTO, INADIMPLEMENTOS E PERDAS	82	

3.5. FLUXOGRAMA DA OFERTA	87
4. FATORES DE RISCO	88
5. A INDÚSTRIA DE CRÉDITO CONSIGNADO	95
6. GERENCIAMENTO DE RISCOS	98
7. INFORMAÇÕES SOBRE O CEDENTE	100
8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA	106
8.1. INFORMAÇÕES SOBRE AS PARTES	107
8.2. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES	111
8.3. CONFLITOS DE INTERESSE	113
8.4. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO	114
ANEXO I - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	116
ANEXO II - INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO	121
ANEXO III - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO	124
ANEXO IV - INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO	127
ANEXO V - INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO	130
ANEXO VI - INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	133
ANEXO VII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DA SEGUNDA SÉRIE DE COTAS SENIORES E DE EMISSÃO DE COTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS	136
ANEXO VIII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO	142
ANEXO IX - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEXTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO	145
ANEXO X - REGULAMENTO DO FUNDO	147
ANEXO XI - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO	215
ANEXO XII - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	217
ANEXO XIII - RELATÓRIO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA SEGUNDA SÉRIE DE COTAS SENIORES E DAS COTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS, ELABORADO PELA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	219
ANEXO XIV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CEDENTE RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2008	222
ANEXO XV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CEDENTE RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2009	225
ANEXO XVI - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CEDENTE RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2010	229
ANEXO XVII - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO FUNDO RELATIVAS AO PERÍODO ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011	233

---

## 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administradora ou Concórdia:	Concórdia S/A Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários.
Agência Classificadora de Risco ou Standard & Poor's:	Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjuntos 181 e 182, Pinheiros, CEP 05426-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, agência classificadora de risco especializada contratada pela Administradora, em nome do Fundo, responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais.
Agente de Escrituração ou Santander:	Banco Santander (Brasil) S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nºs 2.041 e 2.235, Bloco A, Vila Olímpia, CEP 04543-011, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42.
ANBIMA:	A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
Assembleia Geral de Cotistas:	A assembleia geral de cotistas do Fundo.
Assistência Financeira:	Os contratos de concessão de assistência financeira celebrados pela Sabemi com os Segurados, consistentes de empréstimos concedidos pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento.
Ativos Financeiros:	Ativos detidos pelo Fundo que não sejam Direitos de Crédito e estejam entre aqueles mencionados no Artigo 5º do Regulamento, quais sejam: (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do BACEN; (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; (iv) cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos nos itens (i), (ii) e (iii) acima.
Auditores Independentes ou PWC:	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, 9º, 10º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º andares, Torre Torino, Água Branca, CEP 05001-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20.



BACEN:	O Banco Central do Brasil.
Bancos Conveniados:	Bancos junto aos quais os Segurados possuem conta-corrente na qual é realizado o desconto das parcelas da Assistência Financeira, e que realizam o repasse dos respectivos valores à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada.
CDI:	Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - “over extragrupo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela CETIP.
Carteira:	A carteira de investimentos do Fundo.
Cedente:	A Sabemi.
CETIP:	A CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Centro, CEP 20031-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.719.664/0001-24.
Circular SUSEP 320:	A Circular da Superintendência de Seguros Privados nº 320, de 02 de março de 2006, e suas alterações posteriores.
CMN	O Conselho Monetário Nacional.
Código Civil Brasileiro:	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Código de Processo Civil:	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
Condições de Cessão:	As Condições de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, conforme estabelecido no Artigo 9º do Regulamento e na seção 2.4. deste Prospecto, na página 38 abaixo.
Contrato de Cessão:	O “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito sem Coobrigação e Outras Avenças”, celebrado entre o Fundo e a Sabemi, com a interveniência do Custodiante, em 11 de maio de 2011.
Contrato de Cobrança e Depósito:	Contrato de cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos e depósito dos Direitos de Crédito celebrado em 11 de maio de 2011 entre o Fundo, representado pela Administradora, e a Sabemi, com a interveniência do Custodiante, para estabelecer os termos e condições de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, efetuadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, e a guarda, manutenção, armazenamento, organização e custódia de todos os Documentos Representativos de Crédito.

Contrato de Concessão de Assistência Financeira:	O contrato de concessão de assistência financeira concedida pela Sabemi aos Segurados, dando origem aos Direitos de Crédito, consistente de empréstimo conferido pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento.
Contrato de Custódia:	O contrato de prestação de serviços qualificados para fundos de investimento - de custódia e controladoria de ativo e passivo, celebrado entre o Fundo, o Custodiante, com a interveniência da Administradora e do Gestor, em 4 de maio de 2011.
Contrato de Gestão:	O contrato de prestação de serviços de gestão da carteira do Fundo, celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e o Gestor, em 10 de maio de 2011.
Convênio Sabemi:	O convênio celebrado entre a Sabemi e a Sabemi Previdência Privada em 02 de março de 2010, por meio do qual a Sabemi autoriza a Sabemi Previdência Privada a proceder em sua própria rubrica de consignação junto aos Entes Públicos Conveniados para desconto em folha de pagamento, descontos de parcelas de Assistência Financeira concedidas, e a receber os respectivos valores.
Cotas:	As cotas de emissão do Fundo.
Cotas Seniores:	As cotas seniores emitidas pelo Fundo.
Cotas Subordinadas:	As Cotas Subordinadas Ordinárias e as Cotas Subordinadas Preferenciais quando referidas em conjunto.
Cotas Subordinadas Ordinárias:	As Cotas que se subordinam às Cotas Subordinadas Preferenciais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos resultados da carteira do Fundo.
Cotas Subordinadas Preferenciais:	As Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos resultados da carteira do Fundo.
Cotistas:	Os investidores que venham a adquirir Cotas.
Crítérios de Elegibilidade:	Os critérios de elegibilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, conforme estabelecido no Artigo 10 do Regulamento e na seção 2.5. deste Prospecto, na página 39 abaixo.
Custodiante:	O Banco Santander (Brasil) S.A., conforme acima qualificado.
CVM:	A Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Aquisição e Pagamento:	A data do pagamento, pelo Fundo, do preço de aquisição dos Direitos de Crédito.
Data de Emissão:	A data em que os recursos decorrentes da integralização de determinada Série de Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas Preferenciais e/ou de Cotas Subordinadas Ordinárias, em moeda corrente nacional, ou os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo por ocasião da integralização de Cotas Subordinadas Ordinárias, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores	A data da primeira integralização de Cotas Seniores.
Data de Verificação:	O último Dia Útil de cada mês.
Dia(s) Útil(eis):	Segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na praça de sede da Administradora.
Direitos de Crédito:	Direitos de crédito oriundos de Contratos de Concessão de Assistência Financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, consistentes de empréstimos conferidos pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320.
Direitos de Crédito Elegíveis:	Os Direitos de Crédito que atendam cumulativamente (i) às Condições de Cessão e (ii) aos Critérios de Elegibilidade, bem como que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão.
Direitos de Crédito Inadimplidos:	Os Direitos de Crédito Elegíveis que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos.
Distribuidor:	Nos termos do ato particular da Administradora, datado de 29 de novembro de 2011, e conforme facultado pelo Artigo 13 da Instrução CVM 356, a Oferta será liderada pela Administradora, em regime de melhores esforços, a qual poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços.
Documentos Representativos do Crédito:	Os convênios firmados entre a Sabemi e a Sabemi Previdência Privada e os Entes Públicos Conveniados e os Contratos de Concessão de Assistência Financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320.
Entes Públicos Conveniados:	Pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais e/ou municipais que mantenham convênio firmado com a Sabemi e/ou com

<p>Eventos de Avaliação:</p>	<p>a Sabemi Previdência Privada, dentre os quais o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil, a Aeronáutica, o SIAPE e o INSS.</p> <p>As situações descritas no Capítulo XX do Regulamento e na seção 2.17. deste Prospecto (página 62), nas quais, em hipótese de ocorrência, caberá à Administradora, ao Gestor, ao Custodiante, ou aos Cotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pelo Gestor e pela Administradora, delibere sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, e consequente definição de cronograma de pagamentos dos Cotistas: (i) ocorrência de um evento de suspensão de aquisição de Direitos de Crédito por mais de 03 (três) meses consecutivos; (ii) inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI do Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante; (iii) renúncia da Administradora à administração do Fundo; (iv) inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos no Parágrafo 1º do Artigo 20 do Regulamento, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o fizer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação; (v) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V do Regulamento, verificada pelo Custodiante; (vi) rebaixamento da classificação de risco inicial de Cotas Seniores ou das Cotas Subordinadas Preferenciais em um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco; (vii) não subscrição, por qualquer motivo, pela Sabemi, uma vez decorrido o prazo de que trata o Artigo 45 do Regulamento, de tantas Cotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia; (viii) inobservância pela Sabemi dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Cobrança e Depósito com relação à cobrança dos Direitos de Crédito, desde que, se notificada pela Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, a Sabemi não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação; (ix) não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das Cotas Seniores; (x) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores ou às Subordinadas Preferenciais por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias; (xi) se houver rescisão do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, a escolha de um novo custodiante para o Fundo no prazo de 30 (trinta) dias; (xii) ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão; (xiii) existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos de Crédito não foram regularmente e devidamente formalizados; e (xiv) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior.</p>
------------------------------	--

Eventos de Liquidação:	<p>As situações descritas no Capítulo XXI do Regulamento e na seção 2.18. deste Prospecto (página 64), as quais determinam as únicas e exclusivas hipóteses de liquidação do Fundo: (i) deliberação de Assembleia Geral de Cotistas, nas hipóteses descritas no Artigo 45, Parágrafo 1º, e Artigo 16, II, “b”, ambos do Regulamento; (ii) manutenção do patrimônio líquido médio do Fundo inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; (iii) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; (iv) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido; (v) se houver amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento; (vi) impossibilidade de o Fundo adquirir Direitos de Crédito admitidos por sua política de investimentos; (vii) se houver decretação de falência, decretação de Regime Especial de Fiscalização ou cassação da autorização para funcionamento da Sabemi; (viii) o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 representar percentual superior a 35% (trinta e cinco por cento); (ix) o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 representar percentual superior a 30% (trinta por cento); (x) o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 representar percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento); (xi) o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F120 representar percentual superior a 15% (quinze por cento); (xii) o Índice de Perda Acumulada, represente percentual superior a 12% (doze por cento); (xiii) o Índice de Pré-Pagamento for superior a 70% (setenta por cento); e (xiv) o Índice de Recompra for superior a 30% (trinta por cento).</p>
Eventos de Suspensão de Aquisição de Direitos de Crédito	<p>As situações descritas no Capítulo XIX do Regulamento e na seção 2.16. deste Prospecto (página 61), as quais determinam que o Fundo deverá suspender a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, na hipótese de verificação dos seguintes índices: (i) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 representar percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento); (ii) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 representar percentual superior a 20% (vinte por cento); (iii) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 representar percentual superior a 15% (quinze por cento); (iv) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F120 represente percentual superior a 10% (dez por cento); (v) Índice de Perda Acumulada representar percentual superior a 8% (oito por cento); (vi) Índice de Pré-Pagamento superior a 50% (cinquenta por cento); (vii) Índice de Recompra superior a 20% (vinte por cento); e (viii) após 6 (seis) meses da Data de Emissão, o Índice de Excesso de <i>Spread</i> inferior a 0,5% (cinco décimos por cento).</p>
Fundo:	O POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I.

**Gestor:** Polo Capital Gestão de Recursos Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, salas 1001 a 1010, Leblon, CEP 22440-033, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.451.668/0001-79, devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 7.162, de 19 de março de 2003.

**Índice de Excesso de Spread:** É o índice utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo, apurado em cada Data de Verificação de acordo com a seguinte fórmula:

$$ES = \left\{ \left[ 1 + \frac{RDCd + ROAd - RCSd - Dd}{DCd + OAd} \right]^{12} - 1 \right\} \times 100$$

onde: RDC<sub>D</sub>: somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Direitos de Crédito adimplentes pertencentes ao Fundo apropriados no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo; ROA<sub>D</sub>: somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Ativos Financeiros pertencentes ao Fundo, apropriados no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo; RCS<sub>D</sub>: somatório do valor contábil da remuneração das Cotas Seniores em circulação apropriada no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo; D<sub>D</sub>: somatório do valor contábil das despesas incorridas pelo Fundo no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo, excluindo-se a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD); DC<sub>D</sub>: somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito adimplentes pertencentes ao Fundo na data referencial de cálculo; e OAd: somatório do valor contábil dos Ativos Financeiros pertencentes ao Fundo na data referencial de cálculo.

**Índice de Atraso:** O índice de atraso utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Atraso_{F;D} = \left( \frac{PNP_{F;D}}{PT_D} \right)$$

onde: Atraso<sub>F;D</sub>: Índice de Atraso calculado para a faixa “F” na Data de Verificação; PT<sub>D</sub>: somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito na Data de Verificação, sendo Direitos de Crédito a vencer e vencidos e não pagos por até 180 (cento e oitenta) dias, excluindo-se



	<p>o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativos a Contratos de Concessão de Assistência Financeira integralmente provisionados, nos termos da Resolução nº 2.682, integrantes da carteira do Fundo; <math>PNP_{F,D}</math>: somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes a Contratos de Concessão de Assistência Financeira que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à Data de Verificação, vencido e não pago conforme a respectiva faixa de atraso F; <math>D</math>: Data de Verificação; <math>E</math>: Faixa de dias de atraso, respeitado os seguintes conjuntos: 1) F30: faixa de atraso acima de 30 (trinta) dias, segundo a Resolução nº 2.682, provisionado nas faixas de atraso C, D, E, F, e G; 2) F60: faixa de atraso acima de 60 (sessenta) dias, segundo a Resolução nº 2.682, provisionado nas faixas de atraso D, E, F, e G; 3) F90: faixa de atraso acima de 90 (noventa) dias, segundo a Resolução nº 2.682, provisionado nas faixas de atraso E, F, e G; e 4) F120: faixa de atraso acima de 120 (cento e vinte) dias, segundo a Resolução nº 2.682, provisionado nas faixas de atraso, F, e G.</p>
Índice de Perda Acumulada:	<p>O índice de perda acumulada utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:</p> $Perda_D = \left( \frac{PA_D}{P_D} \right)$ <p>onde: <math>Perda_D</math>: Índice de Perda Acumulada calculado na Data de Verificação; <math>P_D</math>: somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada até a respectiva Data de Verificação, sem a exclusão de (i) Direitos de Créditos integralmente provisionados e/ou (ii) Direitos de Créditos recomprados; <math>PA_D</math>: somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes a Contratos de Concessão de Assistência Financeira que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à Data de Verificação, vencido e não pago por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, incluindo aqueles Direitos de Crédito passíveis de baixa e os Contratos de Concessão de Assistência Financeira cedidos pelo Fundo a um terceiro, que possuam um Direito de Crédito em atraso acima de 180 (cento e oitenta) dias; <math>D</math>: Data de Verificação.</p>
Índice de Pré-Pagamentos:	<p>O índice de pré-pagamento acumulado utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:</p>

$$PPMT_D = \left( \frac{PP_D}{P_D} \right)$$

onde:  $PPMT_D$ : Índice de Pré-pagamento acumulado calculado na Data de Verificação;  $P_D$ : somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada até a respectiva Data de Verificação, sem a exclusão de (i) Direitos de Créditos integralmente provisionados e/ou (ii) Direitos de Créditos recomprados;  $PP_D$ : somatório do valor de recursos pagos pelos tomadores sobre os Direitos de Crédito referentes aos Contratos de Concessão de Assistência Financeira a título de liquidação antecipada da totalidade do respectivo Contratos de Concessão de Assistência Financeira, desde a primeira cessão realizada pelo Fundo e até a Data de Verificação;  $D$ : Data de Verificação.

Índice de Recompras:

O índice de recompra acumulado utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Recompra_D = \left( \frac{CM_D}{P_D} \right)$$

onde:  $PPMT_D$ : Índice de Recompra acumulado calculado na Data de Verificação;  $P_D$ : somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada até a respectiva Data de Verificação, sem a exclusão de (i) Direitos de Créditos integralmente provisionados e/ou (ii) Direitos de Créditos recomprados;  $CM_D$ : somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito vencidos e inadimplidos recomprados pela Cedente, desde a primeira cessão realizada pelo Fundo;  $D$ : Data de Verificação.

INSS:

Instituto Nacional da Seguridade Social.

Instrução CVM 356:

A Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores.

Instrução CVM 400:

A Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores.

Instrução CVM 409:

A Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores.

Instrução CVM 476:

Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e suas alterações

	posteriores.
Instrução CVM 489:	A Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011.
Oferta:	A oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Segunda Série e das Cotas Subordinadas Preferenciais.
Portal da Consist:	Portal de Suporte & Serviços da Consist, por meio do qual a Sabemi envia mensalmente cobranças, em datas preestabelecidas pelo Ministério do Planejamento, de Direitos de Crédito Inadimplidos devidos por Segurados oriundos do SIAPE, nos termos do Artigo 23, Parágrafo 2º, VII, do Regulamento, e do item 3.3.2. deste Prospecto, intitulado “Procedimentos de Cobrança Extrajudicial e Judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos” (página 81).
Primeira Série:	A primeira série de Cotas Seniores, nos termos do Suplemento nº 1 ao Regulamento.
Prospecto:	O presente Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Cotas Seniores da Segunda Série e de Cotas Subordinadas Preferenciais do Fundo.
Razão de Garantia:	A relação mínima equivalente a 153,85% (cento e cinquenta e três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, nos termos do Artigo 24, Inciso XV, da Instrução CVM 356. Isto quer dizer que o Fundo deverá ter, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas e, portanto, 65% (sessenta e cinco por cento), no máximo, por Cotas Seniores. Adicionalmente, as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo através do <i>site</i> da Administradora ( <a href="http://www.concordia.com.br">www.concordia.com.br</a> ).
Regulamento:	O regulamento do Fundo.
Reserva de Amortização:	A reserva constituída para o pagamento das amortizações das Cotas Seniores.
Reserva de Fungibilidade:	A reserva constituída para minimizar o risco de não ocorrência de repasse dos valores recebidos advindos do adimplemento dos Direitos de Crédito Elegíveis pela Sabemi ao Fundo, nos termos do Capítulo XVI do Regulamento e na seção 2.13. deste Prospecto (página 58).
Reserva de Liquidez:	A reserva constituída pela Administradora em favor do Fundo, a fim de garantir o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos de Crédito Elegíveis, nos termos do Capítulo XVI do Regulamento e na

	seção 2.13. deste Prospecto (página 58).
Resolução CMN 2.689:	Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e suas alterações posteriores.
Resolução CMN 2.907:	Resolução do CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, e suas alterações posteriores.
Resolução CMN 2.682:	A Resolução do CMN nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, e suas alterações posteriores.
Sabemi:	Sabemi Seguradora S.A., com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Sete de Setembro, nº 515, térreo, 5º e 9º andares, Centro, CEP 90010-190, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.163.234/0001-38.
Sabemi Previdência Privada:	Sabemi Previdência Privada, entidade aberta de previdência complementar, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Sete de Setembro, nº 515, 4º andar, Centro, CEP 90010-190, inscrita no CNPJ/MF sob nº 88.747.928/0001-85.
Segunda Série:	A segunda série de Cotas Seniores, nos termos do Suplemento nº 2 ao Regulamento.
Segurados:	Os titulares de (i) seguro de acidentes pessoais, o qual garante o pagamento de uma indenização aos seus beneficiários, em caso de morte decorrente de acidente coberto, e (ii) plano de previdência privada, que celebraram contrato de Assistência Financeira com a Sabemi como um meio de auxiliar o complemento da respectiva renda, visando ao pagamento de impostos, quitação de dívidas, dentre outros.
SERASA	SERASA S.A.
SERPRO:	Serviço Federal de Processamento de Dados.
SIAPÉ:	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Poder Executivo Federal.
SUSEP:	Superintendência de Seguros Privados.
Termo de Cessão:	Documento próprio elaborado na Data de Aquisição e Pagamento pela Administradora, relacionando os Direitos de Crédito objeto da cessão dos Direitos de Crédito, na forma do modelo constante do Anexo I ao Contrato de Cessão.
Taxa de Administração:	Remuneração devida à Administradora, nos termos do Capítulo VIII do Regulamento e no item 2.6.3. deste Prospecto (página 44).

**Taxa de Cessão:**

Taxa de cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo equivalente ao maior entre (i) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao mês ou (ii) o equivalente a 55% (cinquenta e cinco por cento) da taxa média praticada pela Sabemi na concessão dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, oriundos da concessão de Assistência Financeira aos Segurados, observado que, na hipótese de, na Data de Verificação, a relação entre a Taxa DI desde a primeira cessão ao Fundo até a respectiva Data de Verificação, ser superior a 115% (cento e quinze por cento), a Taxa de Cessão será reajustada na mesma proporção da referida variação da Taxa DI. Não obstante o mínimo acima previsto, a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de cada um dos Direitos de Crédito deve ser efetuada em taxa de desconto aplicada sobre o valor de face do respectivo Direito Creditório, a ser estabelecida em cada operação de aquisição pelo Fundo ou cessão ao Fundo de Direito Creditório. A taxa de desconto praticada deverá ser estabelecida no momento da operação de aquisição ou cessão, no melhor interesse do Fundo.

\* \* \*

## 1.2. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA

Denominação do Fundo:	POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I.
Tipo de fundo e classificação ANBIMA:	<p>O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado.</p> <p>Para os fins do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimentos”, o Fundo é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios, submodalidade Crédito Consignado.</p>
Base legal:	O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.
Objetivo:	É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis oriundos de Contratos de Concessão de Assistência Financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente, no Regulamento e neste Prospecto.
Política de investimento:	Visando atingir o objetivo proposto, o Fundo alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de Ativos Financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente, no Regulamento e neste Prospecto. Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.
Benchmark das Cotas Seniores:	As Cotas Seniores da Segunda Série possuem um <i>benchmark</i> de rentabilidade correspondente a 123% (cento e vinte e três por cento) da taxa do CDI.
Benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais:	As Cotas Subordinadas Preferenciais buscarão atingir o <i>benchmark</i> equivalente à variação do CDI, acrescido de um <i>spread</i> de 7,0 % a.a. (sete por cento ao ano). Os resultados do Fundo que excederem ao <i>benchmark</i> acima referido serão destinados ao pagamento de amortizações e resgates das Cotas Subordinadas Ordinárias, as quais não possuem <i>benchmark</i> de rentabilidade pré-definido.



Prazo de duração do Fundo:	O prazo do Fundo é indeterminado.
Prazo de duração da Segunda Série:	O prazo de duração da Segunda Série é de 66 (sessenta e seis) meses, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Segunda Série.
Exercício social:	O exercício social do Fundo tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de abril e encerramento em 31 de março de cada ano.
Classificação de risco das Cotas:	<p>Na data deste Prospecto, as Cotas Seniores obtiveram da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco preliminar “brAAA (sf)” e as Cotas Subordinadas Preferenciais, “brBBB (sf)”.</p> <p>As Cotas Subordinadas Ordinárias não serão objeto de classificação de risco.</p> <p>A Administradora deverá providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores ou dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira pela Agência Classificadora de Risco.</p>
Quantidade de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Preferenciais objeto da Oferta:	A Oferta será composta por, no mínimo, 9.750 (nove mil setecentas e cinquenta) e, no máximo, 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores e, no mínimo, 2.250 (duas mil duzentas e cinquenta) e, no máximo, 11.250 (onze mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Preferenciais, totalizando os montantes de (i) até R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais) e (ii) até R\$ 12.025.575,00 (doze milhões vinte e cinco mil quinhentos e setenta e cinco reais), respectivamente. A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição acima descrito, poderá se dar por encerrado o prazo de distribuição, sendo que o saldo não colocado poderá ser cancelado antes do referido prazo.
Classes de Cotas:	<p>As Cotas serão de classe Sênior e Subordinada, sendo que as Cotas Subordinadas são subdividas em (i) Cotas Subordinadas Preferenciais e (ii) Cotas Subordinadas Ordinárias. Todas as Cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Cotista.</p> <p>Apenas as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Preferenciais serão objeto de oferta pública nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.</p> <p>A respeito das Cotas Subordinadas Preferenciais, considerando que (i)</p>

	<p>em atendimento ao Parágrafo 2º do Artigo 28 do Regulamento, a primeira oferta pública de distribuição de referidas Cotas Subordinadas Preferenciais foi realizada mediante esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, tendo sido encerrada em 07 de outubro de 2011, (ii) o Artigo 9º da Instrução CVM 476 determina que, a menos que registrada na CVM, uma oferta pública de distribuição de valores mobiliários realizada mediante esforços restritos de colocação não pode ser sucedida por outra oferta pública de distribuição realizada sob o mesmo regime antes de decorridos 4 (quatro) meses da data do encerramento da primeira oferta, e (iii) haja vista o descrito no item (i) acima, o período referido no item (ii) acima não fora finalizado até a data da deliberação da emissão da Segunda Série e das novas Cotas Subordinadas Preferenciais, a nova oferta pública de distribuição de Cotas Subordinadas Preferenciais é realizada nos termos da Instrução CVM 400, sendo, portanto, registrada na CVM.</p> <p>As Cotas Subordinadas Ordinárias serão distribuídas publicamente em lote único e indivisível, nos termos do Artigo 5º, II, da Instrução CVM 400, e destinadas única e exclusivamente à Sabemi.</p>
Público-alvo:	<p>O Fundo destina-se exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM 409, bem como aos demais fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios. Qualquer investidor qualificado, quer seja pessoa física ou pessoa jurídica, poderá adquirir Cotas, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores. Investidores não residentes poderão adquirir Cotas, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução CMN 2.689, e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.</p>
Valor total da Oferta:	<p>Até R\$ (i) R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais), com relação às Cotas Seniores, e (ii) até R\$ 12.025.575,00 (doze milhões vinte e cinco mil quinhentos e setenta e cinco reais), com relação às Cotas Subordinadas Preferenciais.</p>
Valor inicial unitário das Cotas:	<p>- Cotas Seniores: R\$ 1.000,00 (um mil reais).</p> <p>- Cotas Subordinadas Preferenciais: R\$ 1.068,94 (um mil e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos) conforme o respectivo valor unitário verificado em 22 de novembro de 2011. O valor das Cotas Subordinadas Preferenciais será atualizado, devendo ser utilizado, para fins de emissão, o valor de abertura da Cota Subordinada Preferencial em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos</p>

	depositados pelo investidor.
Valor mínimos e máximos de aplicação inicial, aplicação subsequente:	<p>- Valor mínimo de aplicação inicial no Fundo: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).</p> <p>- Valor mínimo de aplicação subsequente no Fundo: não há.</p> <p>- Valor máximo de aplicação no Fundo: não há.</p>
Procedimentos para subscrição e integralização das Cotas:	<p>As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Preferenciais deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início da Oferta respectivo e no boletim de subscrição de Cotas, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para a subscrição de Cotas, a contar da data da publicação do referido anúncio no periódico utilizado para divulgação de informações relativas ao Fundo, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços.</p> <p>Ao aplicar no Fundo, o Cotista:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) receberá cópia do Regulamento e deste Prospecto;</li> <li>(ii) assinará o termo de adesão ao Regulamento;</li> <li>(iii) declarará sua condição de investidor qualificado, nos termos da legislação vigente; e</li> <li>(iv) assinará o boletim de subscrição de Cotas.</li> </ul> <p>A integralização, a amortização e o resgate de Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais do Fundo podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível.</p> <p>Será admitida a integralização total ou parcial de Cotas Subordinadas Ordinárias com Direitos de Crédito que se enquadrem na política de investimento do Fundo. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade, bem como os critérios definidos no anúncio de início da Oferta e no boletim de subscrição de Cotas, ficando desde já definido que a integralização das Cotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor da Cota Subordinada Ordinária seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização. As Cotas Subordinadas Ordinárias poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em Direitos de Crédito.</p> <p>A primeira valoração das Cotas ocorrerá a partir do primeiro Dia Útil</p>

seguinte à Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, e a última na data de resgate da última das Cotas em circulação. A partir da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, o valor unitário das Cotas Seniores será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate. O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo o permita, buscará atingir rentabilidade do *benchmark* das Cotas Seniores. O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores: (i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas Seniores emitidas; ou (ii) o valor unitário das Cotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior acrescido do *benchmark* das Cotas Seniores *pro rata* no período, conforme 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nas alíneas “a”, “b” ou “c” abaixo: (a) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{\text{SobretaxaSenior } n}{100} \right) + 1 \right\}$$

(b) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{\text{SpreadSenior } n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

(c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left( \frac{\text{TaxaPré}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}},$$

onde:

$VCSn_T$  = valor de cada Cota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo

de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado para a data “T”.

$VCSn_{T-1}$  = valor de cada Cota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão,  $VQSnT-1$  é igual a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

$CDI_{T-1}$  = Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 Dias Úteis) (a “Taxa DI”), referente ao Dia Útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 11,50%, então  $DI_{T-1} = 11,50$ .

$SobretaxaSenior_n$  = percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma do item “a” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se a Sobretaxa da Cota Senior definida no Suplemento for 120%, então  $SobretaxaSenior_n = 120$ .

$SpreadSenior_n$  = *spread* da Cota na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma do item “b” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se o *spread* da Cota Senior for 2,40% ao ano, então  $SpreadSenior_n = 2,4$ .

Taxa Pré<sub>n</sub> = percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma do item “c” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se a Taxa Pré definida no Suplemento for 20% ao ano, então Taxa Pré<sub>n</sub> = 20.

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à primeira integralização de Cotas Subordinadas Preferenciais, o valor unitário das Cotas Subordinadas Preferenciais será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate. O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Subordinadas Preferenciais, desde que o patrimônio do Fundo o permita, buscará atingir rentabilidade do *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais. As Cotas Subordinadas Preferenciais terão seu valor unitário calculado conforme uma das alíneas abaixo, conforme o caso: (i) caso a Cota Subordinada Preferencial não atinja o *benchmark* das Cotas

Subordinadas Preferenciais, o cálculo do seu valor unitário considerará (a) o valor do patrimônio líquido do Fundo, deduzido (b) do valor das Cotas Seniores em circulação, e dividido pelo número de Cotas Subordinadas Preferenciais em circulação na respectiva data de cálculo; ou (ii) caso a Cota Subordinada Preferencial atinja o *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais, seu valor unitário será aferido através do cálculo do valor unitário das Cotas Subordinadas Preferenciais no Dia Útil imediatamente anterior acrescido do *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais *pro rata* no período; conforme 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nas alíneas “a”, “b” ou “c” abaixo: (a) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{SobretaxaSubPn}{100} \right) + 1 \right\}$$

(b) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{SpreadSubPn}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}},$$

(c) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left( \frac{TaxaPré}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}},$$

onde:

$VCSPn_T$  = valor de cada Cota Subordinada Preferencial para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado para a data “T”.

$VCSPn_{T-1}$  = valor de cada Cota Subordinada Preferencial para efeito de



cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, VQSnT-1 é igual a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

$CDI_{T-1}$  = Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), expressa na forma percentual, em base anual (252 Dias Úteis) (a “Taxa DI”), referente ao Dia Útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 11,50%, então  $DI_{T-1} = 11,50$ .

$SobretaxaSubP_n$  = percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item “a” acima.

$SpreadSubP_n$  = *spread* da Cota na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item “b” acima, observado o definido no Artigo 2º, Parágrafo 3º do Regulamento. Exemplo: Se o *spread* da Cota Subordinada Preferencial for 7,00% ao ano, então  $SpreadSubP_n = 7,0$ .

Taxa Pré<sub>n</sub> = percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item “c” acima.

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à primeira integralização de Cotas Subordinadas Ordinárias, o valor de cada Cota Subordinada Ordinária será equivalente ao maior entre zero e o valor do patrimônio líquido (i) subtraído (a) do somatório do valor atualizado das Cotas Seniores em circulação e (b) do somatório do valor atualizado das Cotas Subordinadas Preferenciais em circulação; e (ii) dividido pelo número de Cotas Subordinadas Ordinárias em Circulação.

**Negociação em mercado secundário:**

As Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais foram registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, da CETIP. Ainda, as Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais foram registradas para negociação no SF - Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por investidores qualificados. As Cotas não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei

	ou de decisão judicial.
Fatores de risco:	Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a determinados fatores de risco. Para maiores informações, vide a seção “Fatores de Risco”, na página 88 deste Prospecto.
Resgate das Cotas:	<p>O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que não serão admitidas solicitações de resgate das Cotas.</p> <p>As Cotas somente serão resgatadas (i) quando do término do prazo de duração da Oferta acima descrito ou (ii) em caso de liquidação antecipada do Fundo.</p>
Início da Oferta:	16 de dezembro de 2011.
Data do início das atividades do Fundo:	Data do primeiro aporte no Fundo, realizado em 8 de julho de 2011.
Jornal das publicações do Fundo:	DCI - Comércio, Indústria e Serviços.
Inadequação do investimento:	<p>AS COTAS DO FUNDO NÃO SÃO DESTINADAS A INVESTIDORES QUE NECESSITAM DE LIQUIDEZ EM SEUS TÍTULOS.</p> <p>O FUNDO É CONSTITUÍDO SOB A FORMA DE CONDOMÍNIO FECHADO, SENDO QUE NÃO ADMITE A POSSIBILIDADE DE RESGATE ANTECIPADO DE SUAS COTAS, E SEUS COTISTAS PODERÃO TER DIFICULDADES EM REALIZAR A VENDA DE SUAS COTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO.</p>
Informações adicionais:	<p>Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do Fundo, potenciais investidores e os Cotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento, fax e e-mail:</p> <p>CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES  Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar  Centro, São Paulo - SP  CEP 01009-905  CNPJ: 52.904.364/0001-08  Telefone: (11) 3292-1407  Fax: (11) 3241-3831  At.: Sr. Luis Locaspi  E-mail: locaspi@concordia.com.br  Website: www.concordia.com.br</p>

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a presente distribuição poderão ser obtidas junto à Administradora.

Adicionalmente, os investidores ou potenciais investidores poderão obter exemplares, em cópia física ou eletrônica, deste Prospecto nos seguintes endereços:

Administradora e Distribuidor das Cotas do Fundo:

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar

Centro, São Paulo - SP

CEP 01009-905

CNPJ: 52.904.364/0001-08

Telefone: (11) 3292-1407

Fax: (11) 3241-3831

At.: Sr. Luis Locaspi

E-mail: locaspi@concordia.com.br

Website:

[http://www.concordia.com.br/downloads/investimentos/fidcs/Prospecto\\_fidc\\_polo\\_2\\_serie.pdf](http://www.concordia.com.br/downloads/investimentos/fidcs/Prospecto_fidc_polo_2_serie.pdf)

Gestor:

POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, salas 1001 a 1010

Leblon, Rio de Janeiro - RJ

CEP 22440-033

CNPJ: 05.451.668/0001-79

Telefone: (21) 3205-9800

Fax: (21) 3205-9899

At.: Sr. Stephan Renaux Chamagne de Sabrit

E-mail: operacional@polocapital.com

stephan.sabrit@polocapital.com

Website:

<http://www.polocapital.com/fundos/concordia/fundo.php?fundId=8>

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro, nº 111

2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares

CEP 20050-901 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3545-8686

São Paulo

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares

Edifício Delta Plaza  
CEP 01333-010 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 2146-2000

Internet: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) -> Fundos de Investimento -> Consulta Consolidada de Fundo

CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos  
Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar  
Centro, Rio de Janeiro - RJ  
CEP 20031-919

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar  
Jardim Paulistano, São Paulo - SP  
CEP 01452-001

[www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br) -> Comunicados e documentos (Prospectos) -> Prospectos - Prospectos de Fundos de Investimento (Cotas de Fundos Fechados) -> busca por “Polo Crédito Consignado FIDC I 2ª Emissão”

\* \* \*

### 1.3. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES DA PRIMEIRA SÉRIE DO FUNDO

A Primeira Série de Cotas Seniores, constituinte do patrimônio inicial do Fundo, possui as seguintes características:

Prazo de duração da Primeira Série:	O prazo de duração da Primeira Série de Cotas Seniores do Fundo é de 66 (sessenta e seis) meses, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Primeira Série, ou seja, 8 de julho de 2011.
Benchmark das Cotas Seniores da Primeira Série:	As Cotas Seniores da Primeira Série possuem um <i>benchmark</i> de rentabilidade correspondente a 123% (cento e vinte e três por cento) da taxa do CDI.
Benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais:	As Cotas Subordinadas Preferenciais buscam atingir o <i>benchmark</i> equivalente à variação do CDI, acrescido de um <i>spread</i> de 7,0 % a.a. (sete por cento ao ano). Os resultados do Fundo que excederem ao <i>benchmark</i> acima referido serão destinados ao pagamento de amortizações e resgates das Cotas Subordinadas Ordinárias, as quais não possuem <i>benchmark</i> de rentabilidade pré-definido.
Classificação de risco das Cotas:	<p>As Cotas Seniores da Primeira Série obtiveram da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco “brAAA (sf)” e as Cotas Subordinadas Preferenciais, “brBBB (sf)”.</p> <p>As Cotas Subordinadas Ordinárias não foram objeto de classificação de risco.</p>
Quantidade de Cotas Seniores da Primeira Série:	<p>A oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série compreendeu, no mínimo, 22.750 (vinte e duas mil setecentas e cinquenta) e, no máximo, 65.000 (sessenta e cinco mil) Cotas Seniores, com um valor inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, na respectiva Data de Emissão. Foram distribuídas, no âmbito da oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série, 65.000 (sessenta e cinco mil) Cotas Seniores, ou seja, 100% (cem por cento) das Cotas Seniores da Primeira Série emitidas pelo Fundo e registradas na CVM no âmbito da respectiva oferta pública de distribuição, totalizando o montante de R\$ 65.547.868,90 (sessenta e cinco milhões quinhentos e quarenta e sete mil oitocentos e sessenta e oito reais e noventa centavos reais).</p> <p>Adicionalmente, a fim de perfazer a Razão de Garantia, foram distribuídas 36.737 (trinta e seis mil setecentas e trinta e sete) Cotas Subordinadas, sendo (i) 15.000 (quinze mil) Cotas Subordinadas Preferenciais, ou seja, 100% (cem por cento) das Cotas Subordinadas</p>

	<p>Preferenciais necessárias à observância da Razão de Garantia, no âmbito da oferta pública de distribuição de Cotas Seniores da Primeira Série, tendo a respectiva oferta sido realizada mediante esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, encerrando-se em 07 de outubro de 2011; e (ii) 21.737 (vinte e uma mil setecentas e trinta e sete) Cotas Subordinadas Ordinárias, emitidas em lote único e indivisível, nos termos do Artigo 5º, II, da Instrução CVM 400, tendo sido destinadas e subscritas única e exclusivamente pela Sabemi.</p>
Valor mínimos e máximos de aplicação inicial, aplicação subsequente:	<p>- Valor mínimo de aplicação inicial no Fundo: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).</p> <p>- Valor mínimo de aplicação subsequente no Fundo: não há.</p> <p>- Valor máximo de aplicação no Fundo: não há.</p> <p>Na subscrição de Cotas Seniores do Fundo foi utilizado o valor de abertura da Cota Sênior em vigor do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências, conforme definido no Regulamento e no Boletim de Subscrição.</p> <p>Na subscrição de Cotas Seniores ocorrida posteriormente à Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, foi utilizado o valor de abertura da Cota Sênior do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.</p>
Distribuição:	<p>A oferta pública de distribuição de Cotas Seniores da Primeira Série foi liderada pela Administradora, em regime de melhores esforços, que pôde contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços, sempre em conformidade com o disposto no prospecto da Primeira Série de Cotas Seniores.</p>
Amortização e resgate:	<p>A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, as Cotas Seniores da Primeira Série terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:</p> $VAMT = VCS(T) \times (1 / (54 - (M - 1)))$ <p>Onde:</p>

VAMT é o valor de amortização das Cotas Seniores.

VCS(T) é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização (T).

M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 54 (última amortização).

O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

O resgate das Cotas Seniores da Primeira Emissão ocorrerá no 66º (sexagésimo sexto) mês, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores.

O pagamento das amortizações e do resgate acima mencionados corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no 5º (quinto) Dia Útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

As Cotas Subordinadas Preferenciais e as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão ser amortizadas mensalmente, desde que observado o disposto no Artigo 39 do Regulamento, e seus parágrafos, respectivamente, no período compreendido entre o 13º (décimo terceiro) mês, contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Primeira Série, e o resgate da totalidade das Cotas Seniores.

Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização das Cotas Seniores da Primeira Série, as quais serão amortizadas e/ou resgatadas somente após o resgate da totalidade das Cotas Seniores da Primeira Série.

\* \* \*

#### 1.4. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Administradora do Fundo e distribuidora das Cotas:	<p>CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES</p> <p>Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar</p> <p>Centro, São Paulo - SP</p> <p>CEP 01009-905</p> <p>CNPJ: 52.904.364/0001-08</p> <p>Telefone: (11) 3292-1407</p> <p>Fax: (11) 3241-3831</p> <p>At.: Sr. Luis Locaspi</p> <p>E-mail: locaspi@concordia.com.br</p> <p>Website: www.concordia.com.br</p>
Gestor do Fundo:	<p>POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.</p> <p>Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, salas 1001 a 1010</p> <p>Leblon, Rio de Janeiro - RJ</p> <p>CEP 22440-033</p> <p>CNPJ: 05.451.668/0001-79</p> <p>Telefone: (21) 3205-9800</p> <p>Fax: (21) 3205-9899</p> <p>At.: Sr. Stephan Renaux Chamagne de Sabrit</p> <p>E-mail: operacional@polocapital.com</p> <p>stephan.sabrit@polocapital.com</p> <p>Website: www.polocapital.com</p>
Custódia, Controladoria, Escrituração e Liquidação de Ativos:	<p>BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.</p> <p>Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nºs 2.041 e 2.235, Bloco A</p> <p>Vila Olímpia, São Paulo - SP</p> <p>CEP 04543-011</p> <p>CNPJ: 90.400.888/0001-42</p> <p>Telefone: (11) 3012-5775</p> <p>Fax: (11) 5538-6937</p> <p>At.: Sr. Danilo C. Barbieri</p> <p>E-mail: dbarbieri@santander.com.br</p> <p>Website: www.santanderoper.com.br</p>
Agência Classificadora de Risco:	<p>STANDARD &amp; POOR'S</p> <p>Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjuntos 181 e 182</p> <p>CEP 05426-100</p> <p>CNPJ: 02.295.585/0001-40</p> <p>Telefone: (11) 3039-9704</p> <p>Fax: (11) 3039-9705</p> <p>At.: Sr. João Carlos Scuracchio</p> <p>E-mail: joao_scuracchio@standardandpoors.com</p> <p>Website: www.standardandpoors.com.br</p>
Assessoria Jurídica	<p>FREITASLEITE ADVOGADOS</p> <p>Rua Gomes de Carvalho, nº 1.666, 9º Andar</p> <p>Vila Olímpia, São Paulo - SP</p>



	CEP 04547-006 CNPJ: 61.197.240/0001-12 Telefone: (11) 3728-8100 Fax: (11) 3728-8101 At.: Dr. Cristiano da Cruz Leite E-mail: cristiano@fladv.com.br Website: www.fladv.com.br
Auditoria:	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, 9º, 10º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º andares, Torre Torino Água Branca, São Paulo - SP CEP 05001-100 CNPJ: 61.562.112/0001-20 Telefone: (11) 3674-3335 Fax: (11) 3674-2055 At.: Sr. Carlos Eduardo Sá da Matta E-mail: carlos.matta@br.pwc.com Website: www.pwc.com.br

#### 1.5. DECLARAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DO DISTRIBUIDOR

Declaração nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM Nº 400:

A Administradora declara que (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas, bem como do objetivo, política de investimento do Fundo e composição da Carteira, dos riscos inerentes aos investimentos no Fundo pelos investidores e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. Ricardo Augusto Leão Martins e Antonio Joel Rosa.

A Administradora, na qualidade de Distribuidor, declara que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Administradora por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas que integram este Prospecto, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da Carteira, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. Antonio Joel Rosa e Ricardo Gattai.

\* \* \*

## 2. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA

---

## POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I

### 2.1. BASE LEGAL

O POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356. O Fundo é regulado pelo CMN e pela CVM, estando sujeito aos termos e condições de seu Regulamento. O Fundo é classificado pela ANBIMA como fundo de investimento em direitos creditórios, submodalidade Crédito Consignado.

### 2.2. PÚBLICO-ALVO

O Fundo destina-se exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM 409, bem como aos demais fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos de creditórios. Qualquer investidor qualificado, quer seja pessoa física ou pessoa jurídica, poderá adquirir Cotas, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores. Investidores não residentes poderão adquirir Cotas, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução CMN 2.689, e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

AS COTAS DO FUNDO NÃO SÃO DESTINADAS A INVESTIDORES QUE NECESSITAM DE LIQUIDEZ EM SEUS TÍTULOS.

O FUNDO É CONSTITUÍDO SOB A FORMA DE CONDOMÍNIO FECHADO, SENDO QUE NÃO ADMITE A POSSIBILIDADE DE RESGATE ANTECIPADO DE SUAS COTAS, E OS SEUS COTISTAS PODERÃO TER DIFICULDADES EM REALIZAR A VENDA DE SUAS COTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO.

### 2.3. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DESTINAÇÃO DOS RECURSOS, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Visando atingir o objetivo proposto, o Fundo alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de Ativos Financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente, no Regulamento e neste Prospecto.

A Oferta será composta por, no mínimo, 9.750 (nove mil setecentas e cinquenta) e, no máximo, 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores e, no mínimo, 2.250 (duas mil duzentas e cinquenta) e, no máximo, 11.250 (onze mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Preferenciais, totalizando os montantes de (i) até R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais) e (ii) até R\$ 12.025.575,00 (doze milhões vinte e cinco mil quinhentos e setenta e cinco reais), respectivamente, podendo ser tais valores aplicados exclusivamente em Direitos de Crédito Elegíveis, observado o disposto neste item 2.3., independentemente da quantidade de Cotas efetivamente colocada junto a investidores.

Não haverá, no âmbito do Fundo e da Oferta, fonte alternativa de captação de recursos em caso de distribuição parcial das Cotas.

Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- (i) Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) Títulos de emissão do BACEN;
- (iii) Créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e/ou
- (iv) Cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos nos itens (i), (ii) e (iii) acima;

O Fundo poderá realizar operações em que a Administradora e/ou o Gestor, ou fundos de investimento por eles administrados e/ou geridos, atuem como contraparte do Fundo.

O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito da Administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Gestor envidará seus melhores esforços a fim de que seja aplicado ao Fundo e aos Cotistas o tratamento tributário aplicável aos fundos de longo prazo. Entretanto, não há garantia de que o tratamento aplicável aos Cotistas, quando da amortização e/ou resgate de suas Cotas, será o mais benéfico dentre os previstos na legislação tributária vigente.

O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Para o efeito do disposto no acima, as operações com derivativos somente podem ser realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

As operações em mercado de derivativos serão realizadas somente na modalidade “com garantia”.

O Fundo poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos nos itens (i), (ii) e (iii) acima.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.

#### 2.4. CONDIÇÕES DE CESSÃO

As Condições de Cessão serão verificadas mediante validação de declaração firmada pela Sabemi de que os Direitos de Crédito oferecidos à cessão atendem integralmente às regras abaixo relacionadas:

- (i) decorrem de Assistência Financeira celebrados entre a Sabemi e os Segurados, cujos Entes Públicos Conveniados mantenham convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada;
- (ii) decorrem de Assistência Financeira concedida pela Sabemi a Segurados cujas parcelas tenham valor nominal

pré-fixado e sejam amortizadas mensalmente;

- (iii) decorrem de Assistência Financeira concedida pela Sabemi a Segurados que não apresentem, na data de aquisição pelo Fundo, parcelas vencidas e não pagas junto à Sabemi;
- (iv) têm seu pagamento efetivado por meio de consignação em folha de pagamento do servidor público ou através de folha de benefícios dos aposentados ou pensionistas do INSS, devidamente autorizada pelo respectivo Segurado;
- (v) com base na respectiva legislação aplicável, inclusive na esfera de competência do Ente Público Conveniado, somente poderão ser adquiridos Direitos de Crédito cuja autorização para consignação em folha de pagamento somente possa ser cancelada pelo respectivo Segurado com a aquiescência do consignatário;
- (vi) a idade do Segurado deve ser entre 18 (dezoito) e 70 (setenta) anos, inclusive;
- (vii) contam, obrigatoriamente, com cobertura por apólice de seguro de vida que garanta o pagamento da Assistência Financeira ao Fundo em caso de morte do Segurado;
- (viii) a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de cada um dos Direitos de Crédito são efetuadas em taxa de desconto aplicada sobre o valor de face do respectivo Direito de Crédito, a ser estabelecida em cada operação de aquisição pelo Fundo ou cessão ao Fundo de Direito de Crédito. Não obstante, a taxa de desconto praticada deverá ser estabelecida no momento da operação de aquisição ou cessão, no melhor interesse do Fundo. Outrossim, a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito devem observar a Taxa de Cessão, equivalente ao maior entre (i) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao mês ou (ii) o equivalente a 55% (cinquenta e cinco por cento) da taxa média praticada pela Sabemi na concessão dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, oriundos da concessão de Assistência Financeira aos Segurados, observado o eventual reajuste realizado na forma do item (ix) abaixo;
- (ix) Caso seja verificado, na Data de Verificação, que a relação entre a Taxa DI desde a primeira cessão ao Fundo até a respectiva Data de Verificação, for superior a 115% (cento e quinze por cento), a Taxa de Cessão, verificada nos termos do item (viii) acima, será reajustada na mesma proporção da referida variação da Taxa DI; e
- (x) as cessões de Direitos de Crédito ao Fundo referentes a operações de Assistência Financeira somente poderão ocorrer após o desconto e repasse à Sabemi da primeira parcela do Contrato de Concessão de Assistência Financeira do respectivo Segurado, quando a averbação de tais Contratos de Concessão de Assistência Financeira na respectiva margem consignável do Segurado não ocorrer por meio eletrônico ou de forma automática.

## 2.5. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo Custodiante. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento e neste Prospecto, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

- (i) o prazo de vencimento das parcelas a serem cedidas ao Fundo deve ser de, no máximo, 60 (sessenta) meses, contados da cessão desde que o vencimento da última parcela não seja posterior ao prazo de duração da respectiva série de Cotas Seniores emitida;

- (ii) as parcelas a serem cedidas ao Fundo devem ter valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- (iii) o limite máximo de concentração por Segurado para a cessão de Direitos de Crédito para o Fundo é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); e
- (iv) os Direitos de Crédito a serem cedidos não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento no momento da cessão para o Fundo.

Para fins de atendimento aos itens 2.3. e 5 do Anexo III-A à Instrução CVM 400, o limite de concentração por Segurado para a cessão de Direitos de Crédito para o Fundo será, no âmbito da Segunda Série, de aproximadamente 0,20% (vinte centésimos por cento) do valor total dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo. Não obstante, o referido limite de concentração representará, aproximadamente, com relação ao patrimônio líquido do Fundo compreendendo as Cotas emitidas no âmbito da Primeira Série e da Segunda Série, o percentual de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira.

Caso referido limite seja extrapolado em percentual superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo, será divulgado neste Prospecto o nome do Segurado ou do obrigado responsável pelo pagamento ou pela liquidação dos respectivos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

O limite máximo de concentração por Ente Público Conveniado em termos percentuais, com relação ao patrimônio líquido do Fundo, verificado pelo Custodiante, consta do Anexo IV ao Regulamento. Na hipótese de haver proposta para alteração do referido limite, esta deverá ser previamente submetida e analisada pela Agência Classificadora de Risco.

Na hipótese do Direito de Crédito Elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, não haverá direito de regresso contra o Custodiante, o Gestor e/ou a Administradora, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

A Sabemi será responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que comporão a carteira do Fundo, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do Custodiante, do Gestor e/ou da Administradora qualquer responsabilidade a esse respeito.

A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Sabemi, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

## 2.6. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

### 2.6.1. Administração do Fundo

As atividades de administração do Fundo serão exercidas pela Administradora.

Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- (i) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos Cotistas;
  - c) o livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
  - d) o livro de presença de Cotistas;
  - e) este Prospecto;
  - f) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
  - g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
  - h) os relatórios dos Auditores Independentes.
- (ii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- (iii) entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços, e da taxa de administração praticada;
- (iv) divulgar, anualmente, no periódico utilizado para divulgações do Fundo, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo Fundo;
- (v) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (vi) fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor, bem como o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo;
- (vii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo; e
- (viii) providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

A divulgação das informações prevista no item (iv) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada no DCI - Comércio, Indústria e Serviços, periódico de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação destas informações.

É vedado à Administradora:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

As vedações de que tratam os itens (i) a (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Excetuam-se do disposto acima a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do BACEN e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da Carteira, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III do Regulamento.

É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) realizar operações e negociar com Ativos Financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução CVM 356;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (iv) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356, bem como no Regulamento e neste Prospecto;
- (vi) vender Cotas a prestação;
- (vii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (viii) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (ix) obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e



- (x) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

#### 2.6.2. Gestão da Carteira

O Gestor será responsável pela gestão da Carteira, de acordo com a política de investimento do Fundo.

O Gestor, observadas as limitações legais, da Instrução CVM 356, do Regulamento e deste Prospecto, terá poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a Carteira.

Não obstante o estabelecido no acima, é de responsabilidade do Gestor:

- (i) proceder à análise dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo;
- (ii) validar a Taxa de Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Regulamento;
- (iii) verificar o atendimento dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo às Condições de Cessão;
- (iv) executar e supervisionar a conformidade dos investimentos do Fundo com a política de investimentos descrita no Regulamento e neste Prospecto;
- (v) monitorar o desempenho do Fundo, a forma de valorização das Cotas e a evolução do valor do patrimônio do Fundo;
- (vi) sugerir à Administradora modificações no Regulamento e neste Prospecto no que se refere às competências de gestão dos investimentos do Fundo ou qualquer outra que julgue necessária;
- (vii) propor a convocação de Assembleia Geral de Cotistas; e
- (viii) participar e votar em assembleias gerais de ativos e emissores de Ativos Financeiros que componham a Carteira, representando o Fundo, com poderes para deliberar e votar sobre quaisquer assuntos relacionados aos ativos do Fundo, de acordo com os melhores interesses do Fundo.

Não será de responsabilidade do Gestor o exercício da administração do Fundo, que compete à Administradora, único titular dos direitos e obrigações decorrentes de tal condição, conforme estabelecido no Regulamento e neste Prospecto.

Pelos serviços de gestão da Carteira e aqueles descritos nos itens acima, o Gestor receberá remuneração conforme prevista no Contrato de Gestão.

### 2.6.3. Remuneração da Administradora e do Gestor

Pelos serviços de administração do Fundo, a Administradora receberá uma Taxa de Administração equivalente a 0,8% (oito décimos por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o mínimo mensal de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

A Taxa de Administração é calculada e apropriada por Dia Útil, com base no percentual acima referido sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Pela prestação dos serviços de gestão da Carteira, o Gestor fará jus à remuneração calculada em 0,48% (quarenta e oito centésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, nos termos do Contrato de Gestão, sendo tal remuneração descontada da Taxa de Administração, e paga diretamente pelo Fundo ao Gestor.

O Fundo não possui taxa de ingresso, de performance e/ou taxa de saída.

### 2.7. SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO GESTOR DO CUSTODIANTE, DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Administradora, mediante aviso divulgado no DCI - Comércio, Indústria e Serviços, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM 356.

Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral de Cotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: (i) nomeação de representante de Cotistas; e (ii) deliberação acerca de: (a) substituição da Administradora, no exercício das funções de administração do Fundo; ou (b) pela liquidação antecipada do Fundo.

A Administradora, agindo no melhor interesse do Fundo, poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar a substituição do Custodiante, observadas as condições e procedimentos estabelecidos no Contrato de Custódia.

Os Cotistas reunidos em Assembleia Geral poderão, a seu exclusivo critério, realizar a substituição da Administradora, do Gestor, da Agência Classificadora de Risco e dos Auditores Independentes.

A Administradora, agindo no melhor interesse do Fundo, comunicará os Cotistas sobre todas as ocorrências verificadas no desempenho das funções da Agência Classificadora de Risco e dos Auditores Independentes, de modo a embasar a eventual deliberação para substituição de tais prestadores de serviços, observadas as condições e procedimentos dos respectivos contratos.

## 2.8. CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO E OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

### 2.8.1. Custódia, Controladoria e Escrituração

As atividades de custódia e controladoria do Fundo prevista no Artigo 38 da Instrução CVM 356 serão exercidas pelo Custodiante.

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- (i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito representados por operações financeiras;
- (ii) validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto;
- (iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo Contrato de Cessão e demais Documentos Representativos do Crédito comprobatórios da operação;
- (iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira;
- (v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para os Auditores Independentes, Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores; e
- (vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

As atividades de escrituração de Cotas serão realizadas pelo Agente de Escrituração, nos termos do contrato de prestação de serviços de escrituração de cotas.

A Sabemi foi contratada pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito, para atuar (i) como fiel depositária dos Documentos Representativos dos Créditos a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como agente de cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis, não sendo devido, pelo Fundo à Sabemi, qualquer valor no âmbito da referida contratação. A Sabemi poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados para realizar os serviços ora descritos.

Em decorrência da expressiva diversificação de devedores e significativo volume de créditos cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, o lastro dos Direitos de Crédito por amostragem, conforme metodologia definida no Anexo III ao Regulamento, comunicando o resultado desta verificação à Administradora e à Agência Classificadora de

Risco. Independentemente do ora disposto, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto à Sabemi, a existência e formalização dos Documentos Representativos dos Créditos e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito.

Ao realizar a verificação acima referida, o Custodiante apurará a existência física de contrato celebrado por escrito entre a Sabemi e o respectivo Segurado relativo à contratação da Assistência Financeira, bem como de autorização por escrito para o desconto em folha de pagamento.

Conforme o Contrato de Custódia, o Custodiante faz jus à remuneração fixa de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) pela prestação dos serviços de custódia e escrituração ora descritos, sendo tal valor debitado diretamente do Fundo e transferido ao Custodiante. Não é devida qualquer quantia ao Custodiante a título de taxa de controladoria.

#### *2.8.2. Agência Classificadora de Risco*

O Fundo contratou a Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjuntos 181 e 182, Pinheiros, CEP 05426-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, agência classificadora de risco especializada para ser responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais. A Agência Classificadora de Risco realizará, trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais.

A Agência Classificadora de Risco poderá ser substituída a qualquer tempo pela Administradora. O Fundo poderá contratar outras agências classificadoras de risco, se for o caso, as quais serão incluídas no conceito de Agência Classificadora de Risco.

#### *2.8.3. Auditores Independentes*

O Fundo contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, 9º, 10º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º andares, Torre Torino, Água Branca, CEP 05001-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20, como responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, assim como pela análise da situação do Fundo e da Administradora. Os Auditores Independentes poderão ser substituídos a qualquer tempo pela Administradora.

### **2.9. DISTRIBUIÇÃO**

A distribuição da Segunda Série das Cotas Seniores e a distribuição das Cotas Subordinadas Preferenciais, ofertadas publicamente, será realizada pela Administradora, em regime de melhores esforços, a qual poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços.

### **2.10. ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO**

A partir da data da primeira integralização de Cotas, e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos

e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da Carteira, na seguinte ordem:

- (i) no pagamento dos custos correntes do Fundo;
- (ii) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, em moeda corrente nacional;
- (iii) no pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Seniores;
- (iv) no pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Subordinadas Preferenciais; e
- (v) no pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Subordinadas Ordinárias.

Não há entre os prestadores de serviços ao Fundo prioridade no recebimento das respectivas remunerações.

## 2.11. AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

Para efeito da determinação do valor dos ativos e do Patrimônio Líquido do Fundo, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

Os ativos integrantes da Carteira serão avaliados todo Dia Útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao Segurado, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira:

- (i) Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter seus valores ajustados a valor de mercado (*mark-to-market*), observadas as regras e os procedimentos definidos no manual de marcação a mercado do Custodiante e em acordo com as normas do BACEN e da CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
- (ii) Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no plano contábil;
- (iii) As perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos na regulamentação aplicável em vigor. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão destas desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos;
- (iv) Tendo em vista que não há mercado ativo para os Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da Carteira, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas à eventual inadimplência dos mesmos;
- (v) O Custodiante constituirá, a partir da respectiva data de aquisição de cada Direito de Crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa, de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2.682. Consiste o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa na reserva mensal de valores correspondentes a um percentual dos Direitos de Crédito correspondentes ao mesmo Contrato de Concessão (“efeito vagão”),

conforme o nível de risco adotado, observado que referido nível de risco variará de acordo com os critérios previstos na referida regulamentação;

- (vi) Os níveis de risco, provisão e faixas de atraso observarão os seguintes critérios, de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2.682, conforme tabela abaixo, sendo que, na data de aquisição, os Direitos de Crédito correspondentes ao mesmo Contrato de Concessão de Assistência Financeira terão uma provisão inicialmente constituída em valor correspondente a 0,5% (meio por cento):

Nível de Risco	Dias de Atraso	% de Provisão a ser aplicado aos Direitos de Crédito do mesmo Contrato de Concessão de Assistência Financeira
AA	0	0,50%
A	Até 14	0,50%
B	15 a 30	1,00%
C	31 a 60	3,00%
D	61 a 90	10,00%
E	91 a 120	30,00%
F	121 a 150	50,00%
G	151 a 180	70,00%
H	Acima de 180	100,00%

e

- (vii) Os Contratos de Concessão de Assistência Financeira que contenham quaisquer Direitos de Crédito Inadimplidos classificados como de nível de risco “H” serão transferidos para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos 6 (seis) meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior, permanecendo registrados em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e enquanto não esgotados os procedimentos de cobrança.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais ativos componentes da Carteira será inicialmente atribuído (i) às Cotas Subordinadas Ordinárias, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas, e posteriormente (iii) às Cotas Subordinadas Preferenciais, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedidos tais recursos, tal descumprimento será atribuído às Cotas Seniores.

Por outro lado, na hipótese do Fundo atingir o *benchmark* das Cotas Seniores e o *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais, toda a rentabilidade a ele excedentes será atribuída inicialmente à recomposição do capital investido pelos Cotistas Subordinados Ordinários. Após referida recomposição do capital investido pelos Cotistas Subordinados Ordinários, a rentabilidade excedente será atribuída exclusivamente às Cotas Subordinadas Ordinárias.

Serão adotados os critérios previstos na Resolução CMN 2.682, para a constituição de provisão para liquidação duvidosa para Direitos de Crédito Elegíveis, quando de sua aquisição pelo Fundo.

O atraso decorrente da impontualidade no pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis pelo Segurado deverá ensejar, no mínimo mensalmente, a revisão de sua classificação de risco segundo a Resolução CMN 2.682.

A classificação do nível de risco será feita com base em critérios consistentes e verificáveis, bem como amparada por informações internas e externas à Administradora, incluindo a classificação de risco atribuída aos Direitos de Créditos Elegíveis pela Agência Classificadora de Risco, nos termos do acima disposto.

A classificação dos Direitos de Crédito Elegíveis de um mesmo Segurado deve ser definida em função daquela que apresentar maior risco, admitindo-se, excepcionalmente, classificação diversa para determinado Direito de Crédito Elegível, observado o disposto na Resolução CMN 2.682.

Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível mais o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

A primeira valoração das Cotas ocorrerá a partir da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores e a última, na data de resgate da última das Cotas em circulação. A partir da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, o valor unitário das Cotas Seniores será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate. O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo o permita, buscará atingir rentabilidade do *benchmark* das Cotas Seniores. O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- (i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme o Parágrafo 9º do Artigo 24 do Regulamento, pelo número de Cotas Seniores emitidas; ou
- (ii) o valor unitário das Cotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior acrescido do *benchmark* das Cotas Seniores *pro rata* no período, conforme 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nos itens “a”, “b” ou “c” abaixo:
  - a) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{\text{SobretaxaSenior } n}{100} \right) + 1 \right\},$$

- b) após a 1ª Data de Emissão da respectiva série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{\text{SpreadSenior } n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}},$$

- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left( \frac{TaxaPré}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}},$$

onde:

$VCSn_T$	valor de cada Cota Sênior da série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado para a data “T”.
$VCSn_{T-1}$	valor de cada Cota Sênior da série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VCSn_{T-1}$ é igual a R\$ 1.000,00 (um mil reais).
$CDI_{T-1}$	Taxa do CDI, referente ao Dia Útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 11,50%, então $DI_{T-1} = 11,50$ .
$SobretaxaSenior_n$	percentual aplicado sobre a taxa do CDI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da série “n” ser apurado na forma do item “a” acima, observado o definido no respectivo suplemento da série “n”. Exemplo: Se a sobretaxa da Cota Senior definida no Suplemento for 120%, então $SobretaxaSenior_n = 120$ .
$SpreadSenior_n$	<i>spread</i> da Cota na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da série “n” ser apurado na forma do item “b” acima, observado o definido no respectivo suplemento da série “n”. Exemplo: se o <i>spread</i> da Cota Senior for 2,40% ao ano, então $SpreadSenior_n = 2,4$ .
$TaxaPré_n$	percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da série “n” ser apurado na forma do item “c” acima, observado o definido no respectivo suplemento da série “n”. Exemplo: Se a <i>Taxa Pré</i> definida no suplemento for 20% ao ano, então $TaxaPré_n = 20$ .

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à primeira integralização de Cotas Subordinadas Preferenciais, o valor unitário das Cotas Subordinadas Preferenciais será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate. O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Subordinadas Preferenciais, desde que o patrimônio do Fundo o permita, buscará atingir rentabilidade do *benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais*. As



Cotas Subordinadas Preferenciais terão seu valor unitário calculado conforme uma das alíneas abaixo, conforme o caso:

- (i) caso a Cota Subordinada Preferencial não atinja o *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais, o cálculo do seu valor unitário considerará (a) o valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme o Parágrafo 9º do Artigo 24 do Regulamento, deduzido (b) do valor das Cotas Seniores em circulação, e dividido pelo número de Cotas Subordinadas Preferenciais em circulação na respectiva data de cálculo; ou
- (ii) caso a Cota Subordinada Preferencial atinja o *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais, seu valor unitário será aferido através do cálculo do valor unitário das Cotas Subordinadas Preferenciais no Dia Útil imediatamente anterior acrescido do *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais *pro rata* no período; conforme 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nos itens “a”, “b” ou “c” abaixo:
  - a) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{\text{SobretaxaSubPn}}{100} \right) + 1 \right\},$$

- b) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{\text{SpreadSubPn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}},$$

- c) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left( \frac{\text{TaxaPré}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}},$$

onde:

$VCSPn_T$

valor de cada Cota Subordinada Preferencial para efeito de cálculo de seu valor de

integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado para a data “T”.

$VCSP_{nT-1}$	valor de cada Cota Subordinada Preferencial para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$ 1.000,00 (um mil reais).
$CDI_{T-1}$	Taxa do CDI, referente ao Dia Útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 11,50%, então $DI_{T-1} = 11,50$ .
$SobretaxaSubP_n$	percentual aplicado sobre a taxa do CDI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item “a” acima.
$SpreadSubP_n$	<i>spread</i> da Cota na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item “b” acima, observado o definido no Artigo 2º, Parágrafo 3º do Regulamento. Exemplo: Se o <i>spread</i> da Cota Subordinada Preferencial for 7,00% ao ano, então $SpreadSubP_n = 7,0$ .
$Taxa Pré_n$	percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item “c” acima.

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à primeira integralização de Cotas Subordinadas Ordinárias, o valor de cada Cota Subordinada Ordinária será equivalente ao maior entre zero e o valor do patrimônio líquido (i) subtraído (a) do somatório do valor atualizado das Cotas Seniores em circulação e (b) do somatório do valor atualizado das Cotas Subordinadas Preferenciais em circulação; e (ii) dividido pelo número de Cotas Subordinadas Ordinárias em circulação.

## 2.12. EMISSÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS

As Cotas serão de classe Sênior e Subordinada, sendo que as Cotas Subordinadas são subdividas em (i) Cotas Subordinadas Preferenciais e (ii) Cotas Subordinadas Ordinárias. Todas as Cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Cotista.

Apenas as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Preferenciais são objeto da presente Oferta, nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.

A respeito das Cotas Subordinadas Preferenciais, considerando que (i) em atendimento ao Parágrafo 2º do Artigo 28 do Regulamento, a primeira oferta pública de distribuição de referidas Cotas Subordinadas Preferenciais foi realizada mediante esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, tendo sido encerrada em 07 de outubro de 2011, (ii) o Artigo 9º da Instrução CVM 476 determina que, a menos que registrada na CVM, uma oferta pública de distribuição de valores mobiliários realizada mediante esforços restritos de colocação não pode ser sucedida por outra oferta pública de distribuição realizada sob o mesmo regime antes de decorridos 4 (quatro) meses da data do

encerramento da primeira oferta, e (iii) haja vista o descrito no item (i) acima, o período referido no item (ii) acima não fora finalizado até a data da deliberação da emissão da Segunda Série e das novas Cotas Subordinadas Preferenciais, a nova oferta pública de distribuição de Cotas Subordinadas Preferenciais é realizada nos termos da Instrução CVM 400, sendo, portanto, registrada na CVM.

As Cotas Subordinadas Ordinárias são emitidas em lote único e indivisível, e serão subscritas e integralizadas única e exclusivamente pela Sabemi, nos termos dos boletins de subscrição e integralização das Cotas.

As Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais foram objeto de classificação de risco (*rating*) pela Agência Classificadora de Risco, e será feita uma reavaliação periódica a cada trimestre. As Cotas Subordinadas Ordinárias não serão objeto de classificação de risco.

Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Preferenciais, serão adotados os seguintes procedimentos:

- (i) comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no DCI - Comércio, Indústria e Serviços ou através de correio eletrônico; e
- (ii) envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da Agência Classificadora de Risco.

A integralização, a amortização e o resgate de Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível.

Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas previstas no Regulamento e neste Prospecto.

Será admitida a integralização total ou parcial de Cotas Subordinadas Ordinárias com Direitos de Crédito que se enquadrem na política de investimento do Fundo. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto, bem como os critérios definidos no anúncio de início da Oferta e no boletim de subscrição das Cotas, ficando desde já definido que a integralização das Cotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor da Cota Subordinada Ordinária seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização.

As Cotas Subordinadas Ordinárias poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em Direitos de Crédito.

Na emissão de Cotas Seniores e Subordinadas deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do Fundo. Para fins de amortização e resgate das Cotas Seniores e Subordinadas deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor do dia do pagamento da amortização respectiva.

As Cotas Seniores da Segunda Série, bem como as Cotas Subordinadas terão valor unitário de emissão idêntico na primeira Data de Emissão das Cotas da respectiva série.

O preço de subscrição das Cotas Seniores de cada série poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Na subscrição de Cotas deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências, conforme definido no Regulamento.

Na subscrição de Cotas do Fundo que ocorrer posteriormente a Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Segunda Série, será utilizado o valor de abertura da Cota do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

No ato da subscrição das Cotas, o subscritor assinará o boletim de subscrição de Cotas, que será autenticado pela Administradora. Do boletim de subscrição de Cotas constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II - quantidade e classe de cotas subscritas; e III - preço de subscrição e condições para sua integralização.

A critério da Administradora, novas Cotas, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos Cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução CVM 356 e os limites estipulados no Regulamento e neste Prospecto. Assim sendo, o Fundo poderá distribuir e manter séries distintas de Cotas Seniores concomitantemente em circulação, com valor unitário de emissão, na 1ª Data de Emissão das Cotas de cada série, definido no respectivo suplemento, nos termos do Anexo I ao Regulamento, e em quantidades e condições previamente ali estabelecidas, bem como no prospecto e no anúncio de início de distribuição de Cotas Seniores, nos termos do Artigo 20, Parágrafo 3º, da Instrução CVM 356.

Não haverá direito de preferência para os Cotistas da Primeira Série de Cotas Seniores, ou para os Cotistas de quaisquer das séries subsequentes à Primeira Série, na aquisição de Cotas de eventuais novas séries de Cotas que possam vir a ser emitidas pelo Fundo.

Na emissão de Cotas mencionada acima, a Administradora deverá emitir tantas Cotas Subordinadas Ordinárias e Preferenciais quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das Cotas Seniores e o patrimônio líquido do Fundo, nos termos do Regulamento e deste Prospecto.

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Preferenciais deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início da Oferta e no boletim de subscrição de Cotas, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para a subscrição de Cotas, a contar da data da publicação do referido anúncio no periódico utilizado para divulgação de informações relativas ao Fundo, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços.

O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a Administradora solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

As Cotas foram escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. As Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais foram registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, da CETIP. Ainda, as Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais emitidas pelo Fundo serão registradas para negociação no SF - Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos

e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por investidores qualificados.

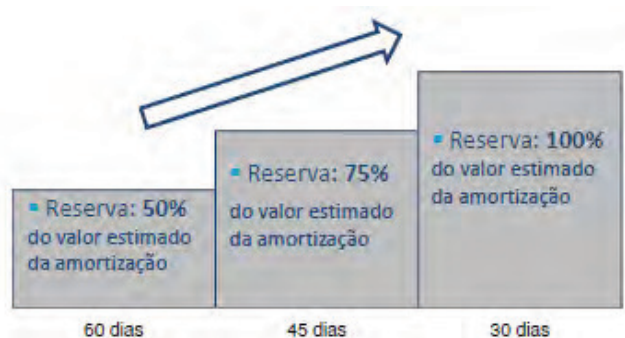
As Cotas não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

As amortizações de cada série de Cotas Seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no respectivo suplemento de cada série de Cotas Seniores, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido suplemento.

Enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, o Fundo obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia.

A Administradora deverá constituir Reserva de Amortização, de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Elegíveis da carteira para os Ativos Financeiros:

- (i) A partir de 60 (sessenta) dias corridos antes de cada data de amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.
- (ii) A partir de 45 (quarenta e cinco) dias corridos antes de cada data de amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.
- (iii) A partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.



Caso a Administradora verifique não ser possível a formação da Reserva de Amortização de acordo com o acima descrito, a Administradora deverá interromper a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

As Cotas Subordinadas Preferenciais e as Cotas Subordinadas Ordinárias somente poderão ser amortizadas ou resgatadas caso o Fundo atenda a todos os índices e parâmetros previstos no Regulamento e no suplemento de cada série de Cotas Seniores, especialmente à Razão de Garantia, ressalvadas as hipóteses abaixo previstas.

A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, na hipótese de (i) as Cotas Subordinadas representarem mais de 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) as Cotas Subordinadas Preferenciais representarem percentual superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo, as Cotas Subordinadas Preferenciais poderão ser amortizadas, desde que observados os seguintes critérios:

- (i) as Cotas Subordinadas Ordinárias não poderão representar percentual inferior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo após a amortização; e
- (ii) as Cotas Subordinadas Preferenciais serão amortizadas visando exclusivamente ao reequilíbrio da relação acima prevista. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições desta seção, bem como a Razão de Garantia.

A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, observado ao ora disposto, na hipótese de: (i) as Cotas Subordinadas representarem mais de 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) as Cotas Subordinadas Ordinárias representarem percentual superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, as Cotas Subordinadas Ordinárias poderão ser amortizadas mediante solicitação da Sabemi, desde que observados os seguintes critérios:

- (i) a Reserva de Liquidez deverá estar devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto;
- (ii) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;
- (iii) na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo III e Anexo IV do Regulamento não tenham sido excedidos;
- (iv) as Cotas Subordinadas Preferenciais não representem percentual inferior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo após a amortização; e
- (v) as Cotas Subordinadas Ordinárias serão amortizadas visando exclusivamente ao reequilíbrio da relação ora prevista. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições desta seção, bem como a Razão de Garantia.

Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização, com o consequente resgate, das Cotas Seniores de cada uma das Séries de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

A amortização das Cotas Seniores de quaisquer das séries do Fundo poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de Cotas previstos para cada Série, na impossibilidade de enquadramento do Fundo à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos de Crédito Elegíveis.

A antecipação do início da amortização de Cotas Seniores poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no DCI - Comércio, Indústria e Serviços, periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

O pagamento das amortizações das Cotas Seniores obedecerá às condições, datas, percentuais e valores previstos no suplemento de cada série de Cotas Seniores.

Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do Fundo, amortização de Cotas ou de sua liquidação.

Por ocasião do resgate acima referido, a Administradora observará, no que for cabível, os procedimentos definidos nesta seção e os relativos à liquidação do Fundo.

O Fundo não efetuará amortizações, resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis. Se a data de amortização ou resgate ocorrer em dia não útil, o pagamento da amortização ou do resgate será efetuado no primeiro Dia Útil subsequente.

#### *Amortização e resgate das Cotas Seniores da Segunda Série*

A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Segunda Série, as Cotas Seniores da Segunda Série terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAMT = VCS(T) \times (1 / (54 - (M - 1)))$$

Onde:

VAMT	é o valor de amortização das Cotas Seniores.
VCS(T)	é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização (T).
M	é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 54 (última amortização).

O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

O resgate das Cotas Seniores ocorrerá no 66º (sexagésimo sexto) mês, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Segunda Série.

O pagamento das amortizações e do resgate acima mencionados corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no 5º (quinto) Dia Útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

As Cotas Subordinadas Preferenciais e as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão ser amortizadas mensalmente, desde que observado o disposto nos Artigos 39 e seguintes do Regulamento, no período compreendido entre o 13º (décimo terceiro) mês, contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Primeira Série, e o resgate da totalidade das Cotas Seniores.

Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização das Cotas Seniores da Segunda Série do Fundo, as quais serão amortizadas e/ou resgatadas somente após o resgate da totalidade das Cotas Seniores da Segunda Série do Fundo.

#### 2.13. RESERVA DE FUNGIBILIDADE E RESERVA DE LIQUIDEZ

Para minimizar o risco de não ocorrência de repasse pela Sabemi ao Fundo dos valores recebidos advindos do adimplemento dos Direitos de Crédito Elegíveis, a Administradora constituirá, desde o momento inicial de subscrição de cada série de Cotas Seniores, uma Reserva de Fungibilidade no montante equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) valor do somatório dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, apurado na última Data de Verificação.

Os recursos da Reserva de Fungibilidade integrarão o patrimônio do Fundo e constituirão uma provisão para o pagamento de eventuais valores recebidos pela Sabemi advindos dos Direitos de Crédito Elegíveis e não repassados ao Fundo.

Os recursos da Reserva de Fungibilidade serão alocados exclusivamente para aquisição de (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do BACEN; (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; (iv) cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos nos itens (i), (ii) e (iii) acima.

Para garantir o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos de Crédito Elegíveis, a Administradora constituirá, desde o momento inicial de subscrição das Cotas Seniores de cada série, uma Reserva de Liquidez no montante equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) valor do somatório dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, apurado na última Data de Verificação.

Os recursos da Reserva de Liquidez integrarão o patrimônio do Fundo e constituirão uma provisão para o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos de Crédito Elegíveis.

Os recursos da Reserva de Liquidez serão alocados exclusivamente para aquisição de (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do BACEN; (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; (iv) cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos nos itens (i), (ii) e (iii) acima.

#### 2.14. RAZÃO DE GARANTIA

Em conformidade com o Artigo 24, Inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação entre o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor total das Cotas Seniores será de 153,85% (cento e cinquenta e três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento). Isto quer dizer que o Fundo deverá ter, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas e, portanto, 65% (sessenta e cinco por cento), no máximo, por Cotas Seniores. Adicionalmente, as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do



patrimônio líquido do Fundo. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo através do *site* da Administradora ([www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br)).

Na hipótese de inobservância do percentual acima mencionado, ou seja, caso: (i) as Cotas Subordinadas representem percentual inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo; ou (ii) as Cotas Subordinadas Ordinárias representem percentual inferior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos:

- (i) A Administradora imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis.
- (ii) A Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência à Sabemi, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:
  - a) noticiará a inobservância do percentual acima mencionado e a interrupção da aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis e solicitará à Sabemi que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da comunicação; e
  - b) informará à Sabemi o número mínimo de Cotas Subordinadas Ordinárias e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual acima fixado.
- (iii) A Sabemi deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no item (ii), a), acima, tantas Cotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto na seção 2.12. acima (página 52).

Em razão do acima disposto, a Administradora poderá providenciar a emissão de Cotas Subordinadas Ordinárias a qualquer tempo, a fim de restabelecer a relação patrimonial ora prevista.

## 2.15. ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas:

- (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- (ii) alterar o Regulamento, exceto em relação ao disposto no item (vi) abaixo;
- (iii) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Gestor;
- (iv) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de Taxa de Administração que tenha sido objeto de redução;
- (v) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do Fundo; e

(vi) deliberar sobre a alteração do prazo de duração de cada série de Cotas Seniores, do *benchmark* das Cotas Seniores, bem como de quaisquer outras características conforme definido em cada suplemento anexo ao Regulamento.

O Regulamento poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral de Cotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á mediante anúncio publicado no periódico indicados no Prospecto, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada Cotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Cotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da Administradora.

Independentemente das formalidades ora previstas, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Para efeito do acima disposto, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas pode reunir-se por convocação da Administradora ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

Na Assembleia Geral de Cotistas, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada cota um voto, ressalvado o abaixo disposto.

As deliberações relativas às matérias previstas no item (i) acima serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

As deliberações sobre as matérias indicadas nos itens (ii), (iii), (iv) e (v) acima dependerão de aprovação, em Assembleia Geral, de Cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas emitidas.

As deliberações sobre as matérias indicadas no item (vi) acima dependerão de aprovação, em Assembleia Geral, de Cotistas Seniores que representem 67% (sessenta e sete por cento) das Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas a Administradora e seus empregados.

As decisões da Assembleia Geral de Cotistas devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação acima referida deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- (i) lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral de Cotistas;
- (ii) cópia da ata da Assembleia Geral de Cotistas;
- (iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- (iv) modificações procedidas no prospecto.

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- (ii) não exercer cargo ou função na Administradora, no Gestor, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (iii) não exercer cargo na Sabemi.

## 2.16. DOS EVENTOS DE SUSPENSÃO DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo deverá suspender a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, na hipótese de verificação de qualquer um dos seguintes índices:

- (i) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 represente percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento);
- (ii) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 represente percentual superior a 20% (vinte por cento por cento);
- (iii) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 represente percentual superior a 15% (quinze por cento);
- (iv) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F120 represente percentual superior a 10% (dez por cento);
- (v) Índice de Perda Acumulada represente percentual superior a 8% (oito por cento);
- (vi) Índice de Pré-Pagamento superior a 50% (cinquenta por cento);
- (vii) Índice de Recompra superior a 20% (vinte por cento); e
- (viii) Após 6 (seis) meses da Data de Emissão, o Índice de Excesso de *Spread* inferior a 0,5% (cinco décimos por cento).

Para fins de cálculo dos índices relacionados nos itens (i) a (viii) acima, será utilizada a média móvel de 3 (três) meses do respectivo índice, calculada da Data de Verificação. Os índices relacionados nos itens acima serão calculados pelo Custodiante na Data de Verificação, cabendo à Administradora analisá-los para fins da verificação ou não de um evento de suspensão de aquisição de direitos de crédito.

A suspensão de aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis pelo Fundo permanecerá válida até o momento em que se verifique que todos os índices descritos nos itens (i) a (viii) acima não excedam os limites acima relacionados.

## 2.17. DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Na hipótese de ocorrência de qualquer uma das situações a seguir descritas, caberá à Administradora, ao Gestor, ao Custodiante, ou aos Cotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da Carteira pelo Gestor e pela Administradora, delibere sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, e consequente definição de cronograma de pagamentos dos Cotistas:

- (i) Caso ocorra um evento de suspensão de aquisição de Direitos de Crédito por mais de 03 (três) meses consecutivos;
- (ii) Inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI do Regulamento e na seção 2.6. deste Prospecto (página 40), que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante;
- (iii) Renúncia da Administradora à administração do Fundo;
- (iv) Inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos no Parágrafo 1º do Artigo 20 do Regulamento e na seção 2.8.1. deste Prospecto (página 45), desde que, notificado pela Administradora

para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

- (v) Aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, verificada pelo Custodiante;
- (vi) Rebaixamento da classificação de risco inicial de Cotas Seniores ou das Cotas Subordinadas Preferenciais em um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- (vii) Não subscrição, por qualquer motivo, pela Sabemi, uma vez decorrido o prazo de que trata o Artigo 45 do Regulamento, de tantas Cotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia;
- (viii) Inobservância pela Sabemi dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança e Depósito com relação à cobrança dos Direitos de Crédito, desde que, se notificada pela Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, a Sabemi não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;
- (ix) Não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das Cotas Seniores;
- (x) Caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores ou às Subordinadas Preferenciais por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- (xi) Se houver resilição do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, a escolha de um novo custodiante para o Fundo no prazo de 30 (trinta) dias;
- (xii) Ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão;
- (xiii) Existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos de Crédito não foram regularmente e devidamente formalizados; e
- (xiv) Caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de Cotas Subordinadas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo. Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a Administradora deverá implementar os procedimentos de liquidação do Fundo definidos no Artigo 57 do Regulamento e na seção 2.18. abaixo (página 64), incluindo a convocação de nova Assembleia Geral.

Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares de Cotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

## 2.18. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Cada série de Cotas Seniores será liquidada por ocasião do término do seu prazo de duração. O prazo de duração da Segunda Série é de 66 (sessenta e seis) meses, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Segunda Série.

O Fundo será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

- (i) Por deliberação de Assembleia Geral de Cotistas, nas hipóteses descritas no Artigo 45, bem como no Artigo 16, II, “b”, ambos do Regulamento, e nas seções 2.14. e 2.7. deste Prospecto (páginas 58 e 44);
- (ii) Se o Fundo mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- (iii) Caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (iv) Caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;
- (v) Se houver amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- (vi) Impossibilidade do Fundo adquirir Direitos de Crédito admitidos por sua política de investimentos;
- (vii) Se houver decretação de falência, decretação de Regime Especial de Fiscalização ou cassação da autorização para funcionamento da Sabemi;
- (viii) Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 represente percentual superior a 35% (trinta e cinco por cento);
- (ix) Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 represente percentual superior a 30% (trinta por cento);
- (x) Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 represente percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento);
- (xi) Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F120 represente percentual superior a 15% (quinze por cento);
- (xii) Caso o Índice de Perda Acumulada represente percentual superior a 12% (doze por cento);
- (xiii) Caso o Índice de Pré-Pagamento seja superior a 70% (setenta por cento); e

(xiv) Caso o Índice de Recompra seja superior a 30% (trinta por cento).

Os índices relacionados nos itens (viii) a (xiv) acima serão calculados pelo Custodiante na Data de Verificação, cabendo à Administradora analisá-los para fins da verificação ou não de um Evento de Liquidação. Para fins de cálculo dos referidos índices, será utilizada a média móvel de 3 (três) meses do respectivo índice, calculada na Data de Verificação.

Nas hipóteses do item (i) acima, se a decisão da Assembleia Geral for a de não liquidação do Fundo, fica desde já assegurado o resgate das Cotas Seniores dos Cotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Na liquidação antecipada do Fundo, não havendo a disponibilidade de recursos, os Cotistas poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis constantes da Carteira, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Na hipótese da Assembleia Geral de Cotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento e neste Prospecto, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Administradora deverá notificar os Cotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Administradora perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio acima referido, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em circulação.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá i) notificar os Cotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de Cotas acima definidos. A Administradora deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral de Cotistas, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os Cotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos Cotistas dissidentes acima referido.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o Artigo 24, Parágrafo 1º, do Regulamento, e na seção 2.11. acima (página 47), em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas. O eventual excedente será destinado prioritariamente ao pagamento dos titulares de Cotas Subordinadas Preferenciais, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular, observando-se:

- (i) os Cotistas Subordinados poderão receber tal pagamento em Direitos de Crédito, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no Artigo 24, Parágrafo 1º, do Regulamento, e na seção 2.11. acima (página 47), desde que assim deliberado em Assembleia Geral convocada para este fim, e;
- (ii) que Administradora poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o Artigo 24, Parágrafo 1º, do Regulamento, e na seção 2.11. acima (página 47), acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do Fundo, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

Após o pagamento integral das Cotas Subordinadas Preferenciais, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o eventual excedente será destinado ao pagamento dos titulares de Cotas Subordinadas Ordinárias, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular, observando-se o disposto nos itens (i) e (ii) acima.

A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observando: i) as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral de Cotistas, e; ii) que cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

## 2.19. ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento e neste Prospecto ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- (iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação; e



- (x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- (xi) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, na forma do Inciso I do Artigo 31 da Instrução CVM 356.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

## 2.20. PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

A Administradora irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, tal como a eventual alteração da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da respectiva Carteira, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços, ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os Cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem Cotas.

Em caso de substituição do DCI - Comércio, Indústria e Serviços, os Cotistas serão avisados sobre a referida substituição mediante publicação no periódico anteriormente utilizado, por correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- (i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O exercício social do Fundo tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de abril e encerramento em 31 de março de cada ano.

Aplicam-se ao Fundo as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo BACEN, observado que, aos exercícios sociais do Fundo iniciados a partir de 1º de agosto de 2011, aplicar-se-ão as disposições da Instrução CVM 489.

## 2.21. POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

O Gestor adota política de exercício de direito de voto em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A política de exercício de direito de voto orienta as decisões do Gestor em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários de titularidade do Fundo que confirmam a este o direito de voto.

A versão integral da política de exercício de direito de voto do Gestor encontra-se disposta no *website* deste, no endereço: <http://www.polocapital.com/cartas/PoliticaDeVoto-FundosDeInvestimentoPolo-30-Jun-08.pdf>.

## 2.22. TRIBUTAÇÃO

O disposto a seguir foi elaborado com base em razoável interpretação da legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável ao Fundo e aos Cotistas. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

### (i) Tributação Aplicável aos Cotistas

#### *IOF*

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Cotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306/07. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.

Os valores aportados no Brasil por parte dos Cotistas residentes ou domiciliados no exterior estão sujeitos ao Imposto sobre Câmbio (IOF/Câmbio). Atualmente, a maioria das operações de câmbio está sujeitas à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 0,38%. Todavia, a liquidação das operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais estão sujeitas à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 6%, excetuados investimentos em renda variável realizados em bolsa de valores e ações de companhias abertas negociadas em bolsa de valores, cuja alíquota é de 2%. Vale ressaltar que o IOF/Câmbio incide à alíquota zero

nas operações de câmbio para fins de retorno de recursos aplicados pelos Cotistas residentes ou domiciliados no exterior.

#### *Imposto de Renda*

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

(a) Para o Cotista pessoa física residente no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Cotas devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Cotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

##### Para fundos com carteira de longo prazo<sup>1</sup>:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

O Gestor buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

##### Para fundos com carteira de curto prazo<sup>2</sup>:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;
- os ganhos auferidos na alienação das Cotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(b) Para Cotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Cotas devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Cotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;

---

<sup>1</sup> Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

<sup>2</sup> Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Cotas devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Cotas à alíquota de 15%.

O imposto de renda pago será considerado: (i) definitivo, no caso de Cotistas pessoas físicas, e (ii) antecipação do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica - IRPJ para os Cotistas pessoas jurídicas. Ademais, no caso de pessoa jurídica, o ganho será incluído na base de cálculo do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Na hipótese de alienação de Cotas em bolsa de valores, sobre o valor da alienação, incidirá Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF à alíquota de 0,005%, neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Cotista.

(iii) Para os Cotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Cotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a Cotistas registrados de acordo com a Resolução CMN 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida, para os quais as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Cotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores

#### *Exceções e Outras Incidências*

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Cotista estiver sujeito.

#### (ii) Tributação Aplicável ao Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social - PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Além disso, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

#### *IOF*

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

#### *Imposto de Renda*

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira é isenta do imposto de renda.

### Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

#### 2.23. CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Protocolo do pedido de registro na CVM	Em 1º de dezembro de 2011.
Concessão do registro da Oferta pela CVM	Em 15 de dezembro de 2011.
Publicação do anúncio de início da Oferta	Em 16 de dezembro de 2011.
Prazo de colocação	As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Preferenciais deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início da Oferta e no boletim de subscrição de Cotas, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para a subscrição de Cotas, a contar da data da publicação do referido anúncio no periódico utilizado para divulgação de informações relativas ao Fundo, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços.
Publicação do anúncio de encerramento da Oferta	Em 16 de junho de 2012.

As datas acima são meramente estimativas, estando sujeitas a alterações.

#### 2.24. SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão de eventual contrato de distribuição celebrado pelo Fundo importará no cancelamento do referido registro.

A Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida aos valores mobiliários ofertados, na forma e condições do presente Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data em que for cancelada a Oferta; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, aos quais se aplicará a regra de restituição descrita na seção 2.25. abaixo (página 72).

## 2.25. MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA

A Oferta poderá ser revogada ou sofrer modificações, mediante aprovação da CVM, em função de alterações substanciais, posteriores e imprevisíveis nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou nas circunstâncias que fundamentem o referido pedido. Além disso, a Oferta também poderá sofrer modificações de modo a melhorá-la em favor dos investidores e/ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pelo Fundo.

A eventual modificação ou revogação da Oferta será imediatamente divulgada pelo Distribuidor aos investidores, pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início da Oferta.

Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação do Distribuidor, referida acima, seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio.

Nas hipóteses de (i) revogação da Oferta ou (ii) revogação, pelos investidores, de sua aceitação da Oferta, quando de uma eventual modificação das condições da Oferta, nos termos dos Artigos 25 e 26 da Instrução CVM 400, os montantes eventualmente utilizados pelos investidores na integralização de Cotas durante o prazo de colocação das Cotas serão integralmente restituídos pelo Fundo aos respectivos investidores no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (a) da data em que a Oferta for revogada ou (b) da data em que a revogação da aceitação da Oferta por cada investidor for comunicada ao Distribuidor, sem qualquer remuneração ou atualização, deduzidos dos encargos e tributos devidos, tais como Imposto de Renda e Imposto sobre Operações Financeiras, observadas as alíquotas previstas na legislação vigente. Nestes casos, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação ao Distribuidor referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição de Cotas referentes às Cotas já integralizadas, que ficarão automaticamente cancelados.

## 2.26. ACRÉSCIMO, REMOÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS

Os Direitos de Crédito cedidos poderão ser substituídos em caso de inadimplemento ou no caso de não performance. Nestes casos, os Direitos de Crédito poderão ser substituídos por créditos garantidores de montante, prazo e condições equivalentes, que não causem nenhum efeito sobre a regularidade dos fluxos de pagamentos a serem distribuídos aos Cotistas.

Os Direitos de Crédito não poderão ser acrescidos ou removidos, salvo em decorrência de novas operações firmadas entre o Fundo e a Cedente, sempre em condições que não gerem nenhum efeito sobre a regularidade dos fluxos de pagamentos a serem distribuídos aos Cotistas.

## 2.27. DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO

Além das despesas de registro, relativas ao pagamento da taxa de fiscalização da CVM, nos termos da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, conforme alterada, referente à Oferta e da taxa de registro do Regulamento no cartório de Registro de Títulos e Documentos, dos custos relacionados às publicações relativas à Oferta, das comissões relativas aos serviços de colocação das Cotas devidas ao Distribuidor e aos honorários da Agência Classificadora de Risco e dos consultores legais, o Administrador não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Cotas da Segunda Série.

Adicionalmente, os custos relativos aos serviços prestados pelos Auditores Independentes são incorridos pelo Fundo com relação às atividades normalmente desenvolvidas pelo Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Cotas.

A tabela abaixo discrimina a estimativa dos custos a serem incorridos com a Oferta.

Custo da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta
Despesas de registro	160.000,00	0,27
Publicações	20.000,00	0,03
Comissão de Colocação	650.000,00	1,08
Agência Classificadora de Risco	26.500,00	0,04
Assessoria legal	25.000,00	0,04
Outras despesas	5.000,00	0,01
Total	886.500,00	1,47

Custo Unitário de Distribuição	
Preço por Cota Sênior (R\$)*	Custo por Cota Sênior (R\$)
1.000,00	11,82
* com base no Preço de Emissão na Data de Emissão	
Preço por Cota Subordinada Preferencial (R\$)*	Custo por Subordinada Preferencial (R\$)
1.068,94	25,80

O valor de despesas de registro informado acima refere-se, (i) ao pagamento das taxas da CVM em função do registro da Oferta, no montante de (A) R\$ 82.870,00 (oitenta e dois mil oitocentos e setenta reais) para as Cotas Seniores, (B) de R\$ 76.963,30 (setenta e seis mil novecentos e sessenta e três reais e trinta centavos) para as Cotas Subordinadas Preferenciais, conforme acima descrito; e (ii) ao pagamento das despesas com o registro do Regulamento no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Os custos agrupados na tabela acima sob a rubrica de “Outras despesas” referem-se a gastos diversos observados e/ou estimados para a consecução da Oferta, relativos, por exemplo, a (i) transporte de documentos entre a Sabemi, Administrador, Gestor, Agência Classificadora de Risco e assessores legais, (ii) despesas de representação da Sabemi junto às partes acima referidas, (iii) reuniões, presenciais ou não, dentre outros.

As despesas acima mencionadas incorridas pelo Administrador serão reembolsadas a este pelo Fundo, na medida em que se constituam encargos do Fundo, nos termos descritos neste Prospecto e no Artigo 56 da Instrução CVM 356.

## 2.28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Antes de efetuar a aplicação no Fundo, aos investidores ou potenciais investidores deverão ler atentamente o Regulamento e este Prospecto. O histórico da performance do Fundo poderá ser obtido junto ao Serviço de Atendimento ao Cotista descrito abaixo.

O Serviço de Atendimento ao Cotista também poderá disponibilizar informações adicionais sobre o Fundo, inclusive informações acerca de regras de aplicação e resgate, demonstrativos financeiros, relatórios sobre a administração do Fundo, bem como receber críticas e sugestões.

### Exemplares do Prospecto

Os investidores ou potenciais investidores poderão obter exemplares, em cópia física ou eletrônica, deste Prospecto nos seguintes endereços:

Administradora e Distribuidor das Cotas do Fundo:

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar

Centro, São Paulo - SP

CEP 01009-905

CNPJ: 52.904.364/0001-08

Telefone: (11) 3292-1407

Fax: (11) 3241-3831

At.: Sr. Luis Locaspi

E-mail: [locaspi@concordia.com.br](mailto:locaspi@concordia.com.br)

Website: [http://www.concordia.com.br/downloads/investimentos/fidcs/Prospecto\\_fidc\\_polo\\_2\\_serie.pdf](http://www.concordia.com.br/downloads/investimentos/fidcs/Prospecto_fidc_polo_2_serie.pdf)

Gestor:

POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, salas 1001 a 1010

Leblon, Rio de Janeiro - RJ

CEP 22440-033

CNPJ: 05.451.668/0001-79

Telefone: (21) 3205-9800

Fax: (21) 3205-9899

At.: Sr. Stephan Renaux Chamagne de Sabrit

E-mail: [operacional@polocapital.com](mailto:operacional@polocapital.com)

[stephan.sabrit@polocapital.com](mailto:stephan.sabrit@polocapital.com)

Website: <http://www.polocapital.com/fundos/concordia/fundo.php?fundId=8>

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro, nº 111

São Paulo

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares



2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares

CEP 20050-901 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3545-8686

Internet: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) -> Fundos de Investimento -> Consulta Consolidada de Fundo

Edifício Delta Plaza

CEP 01333-010 - São Paulo - SP

Tel.: (11) 2146-2000

CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Centro, Rio de Janeiro - RJ

[CEP 20031-919](http://www.cetip.com.br)

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar

Jardim Paulistano, São Paulo - SP

CEP 01452-001

[www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br) -> Comunicados e documentos (Prospectos) -> Prospectos - Prospectos de Fundos de Investimento (Cotas de Fundos Fechados) -> busca por “Polo Crédito Consignado FIDC I 2ª Emissão”

## 2.29. ATENDIMENTO AO COTISTA

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do Fundo, potenciais investidores e os Cotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento, fax e e-mail:

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar

Centro, São Paulo - SP

CEP 01009-905

CNPJ: 52.904.364/0001-08

Telefone: (11) 3292-1407

Fax: (11) 3241-3831

At.: Sr. Luis Locaspi

E-mail: [locaspi@concordia.com.br](mailto:locaspi@concordia.com.br)

Website: [www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br)

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a presente distribuição poderão ser obtidas junto à Administradora.

## 2.30. DISPOSIÇÕES GERAIS

Para fins do disposto no Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida entre a Administradora, o Gestor e os Cotistas, inclusive para convocação de Assembleias Gerais de Cotistas e procedimentos de consulta formal.

Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao Fundo ou a questões decorrentes da aplicação do Regulamento.

\* \* \*

### 3. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

---

### 3.1. ORIGEM, FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo são oriundos de Contratos de Concessão de Assistência Financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados - titulares de (i) seguro de acidentes pessoais, o qual garante o pagamento de uma indenização aos seus beneficiários, em caso de morte decorrente de acidente coberto, e (ii) plano de previdência privada, que celebraram contrato de Assistência Financeira com a Sabemi como um meio de auxiliar o complemento da respectiva renda, visando ao pagamento de impostos, quitação de dívidas, dentre outros -, consistentes de empréstimos conferidos pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320.

Adicionalmente, segue abaixo quadro contendo informações descritivas das características relevantes dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo:

Número de Contratos Cedidos até 10/01/2012	15311
Valor Presente Taxa Cessão	R\$ 117.493.082,59
Taxa da Cessão	1,40%
Regime Utilizado	Composto
Prazo	60 meses
Prazo Amortização	Mensal
Garantias	Crédito Consignado em Folha de pagamento previamente acordado.
Data da 1ª cessão	11/7/2011

#### 3.1.1. Procedimentos e Formalização das Operações de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito ao Fundo

A cessão dos Direitos de Crédito da Sabemi para o Fundo será considerada formalizada na data (i) da verificação, pela Sabemi e pelo Custodiante, do cumprimento, pelos Direitos de Crédito, das Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade, (ii) do pagamento pelo Fundo do preço de aquisição e (iii) da assinatura do Termo de Cessão, nos termos abaixo descritos, desde que concluídos até às 11h30 horas da referida data, tendo sido a primeira cessão de Direitos de Crédito ao Fundo realizada em 11 de julho de 2011. Caso os eventos acima mencionados sejam concluídos após o referido horário, a formalização da cessão será considerada realizada no primeiro Dia Útil subseqüente.

A formalização da cessão observará as seguintes etapas na Data de Aquisição e Pagamento:

- (i) a Sabemi, enviará ao Custodiante, por meio eletrônico, o *layout* contendo as informações relativas aos Direitos de Crédito que a Sabemi está disposta a ceder ao Fundo naquela data.
- (ii) o envio do arquivo ao Fundo caracteriza a oferta de cessão dos Direitos de Crédito pela Sabemi ao Fundo. A inserção do valor e da taxa de desconto pela Administradora no site a ser oportunamente indicado pelo Custodiante valida o interesse do Fundo e a disponibilidade para adquirir tais Direitos de Crédito.

- (iii) após o recebimento do arquivo, o Custodiante deverá verificar quais dos Direitos de Crédito oferecidos à cessão pela Sabemi atendem aos Critérios de Elegibilidade. Após a conclusão deste procedimento, o Custodiante colocará à disposição da Sabemi, por meio eletrônico, (i) arquivo retorno contendo a relação dos respectivos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade individualmente identificados, no mínimo, pelas informações dos Direitos de Crédito e o respectivo preço de aquisição; e (ii) arquivo retorno contendo a relação dos Direitos de Crédito que não atendam a qualquer dos Critérios de Elegibilidade, individualmente identificados pelo(s) respectivo(s) Critério(s) de Elegibilidade que não tenha(m) sido atendidos por cada Direito de Crédito ofertado. O Custodiante disponibilizará à Administradora relatórios contendo informações do processamento da aquisição, que serão utilizados pelo Custodiante para as liquidações financeiras.

Na Data de Aquisição e Pagamento, a Administradora elaborará o Termo de Cessão, que deverá ser arquivado pelas partes signatárias, representando o documento comprobatório da realização das operações realizadas entre as partes signatárias, inclusive para fins de fiscalização dos órgãos reguladores da Sabemi e do Fundo e deverá ser registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Ressalvadas as hipóteses de resolução da cessão dos Direitos de Crédito, esta será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Sabemi, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

A Sabemi não responde pela solvência ou solvibilidade dos Segurados, respondendo apenas pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que comporão a carteira do Fundo, conforme adquiridos pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão.

### 3.1.2. Verificação de lastro dos Direitos de Crédito por amostragem

Em decorrência do significativo volume, rotatividade e valores dos *tickets* médios das operações de crédito consignado, a metodologia a ser utilizada pelo Custodiante para a realização dos procedimentos de auditoria de lastro dos Direitos de Crédito que compõem a carteira do Fundo contempla:

**(i) Amostra para Auditoria de Lastro:** Amostra probabilista simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando, ainda, a proporcionalidade em relação à diversificação de devedores, quantidade e valor médio dos Direitos de Crédito, com nível de confiança de 90% (noventa por cento) e erro tolerável aceitável de até 10% (dez por cento). Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Onde:

$\xi_0^2$ : Erro estimado;

A: Tamanho da amostra;

N: População total;

$n_0$ : Fator amostral.

**(ii) Amostra para procedimentos de cobrança:** 100% (cem por cento) dos itens inadimplentes da amostra selecionada para auditoria do lastro.

### 3.2. TAXA DE DESCONTO PARA A AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO

A cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de cada um dos Direitos de Crédito devem ser efetuadas em taxa de desconto aplicada sobre o valor de face do respectivo Direito de Crédito, a ser estabelecida em cada operação de aquisição pelo Fundo ou cessão ao Fundo de Direito de Crédito. Não obstante, a taxa de desconto praticada deverá ser estabelecida no momento da operação de aquisição ou cessão, no melhor interesse do Fundo. Outrossim, a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito devem observar a Taxa de Cessão.

### 3.3. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA

A política de concessão de crédito aos Segurados é desenvolvida e monitorada pela Sabemi, e pode ser sintetizada como sendo:

- (i) Antes da celebração de convênios com Entes Públicos, a Sabemi efetua uma análise prévia do comportamento destes Entes Públicos, buscando identificar eventuais problemas operacionais e financeiros no repasse dos descontos efetuados em folha em operações conveniadas. São também verificadas as condições exigidas pelo Ente Público para a celebração de convênios, para se avaliar a compatibilidade das exigências com os padrões de operação e de segurança da Sabemi. Caso as informações sejam positivas, a Sabemi procura, então, celebrar convênio com o Ente Público analisado.
- (ii) Após a etapa inicial, a Sabemi, em seu processo de análise de crédito, examina a compatibilidade entre a Assistência Financeira pretendida pelo Segurado e seus vencimentos, sempre observando que cada Ente Público Conveniado estabelece um percentual máximo de descontos a serem permitidos nos vencimentos de seus respectivos servidores.
- (iii) A partir da definição dos percentuais máximos de descontos permitidos, conforme determinado pelos Entes Públicos, a Sabemi, para definição da operação de Assistência Financeira, leva em consideração a margem consignável do servidor que está disponível no portal dos Entes Públicos, ainda considerando um redutor como margem de segurança da empresa.
- (iv) Sendo possível a operação em questão, o passo seguinte na análise é verificar se a Assistência Financeira pretendida se encontra dentro dos parâmetros operacionais definidos pela Sabemi em termos de valor mínimo - R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) - e valor máximo - R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) - para a concessão da Assistência Financeira.
- (v) O prazo de duração da Assistência Financeira pretendida deve também estar dentro dos parâmetros de prazo definidos pela Sabemi: mínimo de 12 (doze) meses e máximo de 72 (setenta e dois) meses.
- (vi) Cada Segurado é também analisado em função da sua idade - existem limites diferenciados de idade máxima por Ente Público Conveniado - e existem parâmetros de valores máximos de liberação de

Assistência Financeira nas faixas etárias acima de 65 (sessenta e cinco) anos. Além disso, sempre que o cliente tiver mais que 70 (setenta) anos, o departamento de crédito efetua uma análise individualizada com contato direto com o interessado.

A cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito serão realizadas pela Sabemi e/ou Sabemi Previdência Privada, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados com quem mantém convênio para que as parcelas da Assistência Financeira concedida aos Segurados sejam descontadas em folha de pagamento e sob a supervisão do Custodiante.

As etapas da cobrança consistem em:

- (i) Os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) da Assistência Financeira vencida(s) no período;
- (ii) Os valores descontados são repassados à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada, conforme o caso, por meio do banco oficial dos Entes Públicos Conveniados, ou instituição conveniada a estes;
- (iii) A regularidade dos pagamentos das parcelas da Assistência Financeira é verificada pela Sabemi na mesma data em que os respectivos valores lhe são disponibilizados pelos Entes Públicos Conveniados;
- (iv) Havendo diferença entre os valores previstos e os recebidos, a Sabemi questiona o(s) respectivo(s) Ente(s) Público(s) Conveniado(s) sobre a razão do repasse em montante diverso do esperado; apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- (v) Os valores decorrentes dos Direitos de Crédito recebidos pela Sabemi e/ou pela Sabemi Previdência Privada são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas de tal recebimento.

### *3.3.1. Procedimentos de segregação e repasse ao Fundo dos valores recebidos pela Sabemi quando da liquidação dos Direitos de Crédito*

Diariamente, as receitas decorrentes das Assistências Financeiras realizadas pela Sabemi com seus recursos próprios são importadas para o Sistema de Gestão de Securitização - GESSEC. Após a importação total da carteira, e anteriormente à cessão ao Fundo, os respectivos Direitos de Crédito são segregados de acordo com os Critérios de Elegibilidade definidos no Regulamento.

Embora os Direitos de Crédito estejam disponíveis para cessão ao Fundo, é realizada uma simulação para verificar o montante que será cedido em cada determinado dia. Nesta simulação, é verificada a taxa média ponderada dos títulos, a variação da CDI em relação a CDI da primeira cessão, o valor presente dos títulos na taxa de aquisição e na taxa dos contratos.

Aprovada a cessão pelo Departamento Financeiro, é gerado o arquivo e enviado ao Custodiante, que em duas horas realizada a validação da carteira e o crédito na conta corrente da Cedente. Após esta validação é disponibilizado um arquivo de retorno com os títulos que foram selecionados e aprovados para cessão ao Fundo. Este arquivo é importado

para o GESSEC, onde é realizada a marcação dos títulos e suas respectivas parcelas que foram cedidas.

Diariamente, é realizada a importação das parcelas vencidas dos Direitos de Crédito que tiveram a quitação realizada, ou seja, parcelas que foram pagas pelos Segurados. A informação da quitação de cada parcela também é importada para o GESSEC, o que possibilita à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada realizar o repasse dos valores recebidos referentes ao pagamento dos Direitos de Crédito ao Fundo.

O GESSEC disponibiliza para repasse somente as parcelas dos Direitos de Crédito que tiveram a marcação “cedida”. No caso de pré-pagamento, todas as parcelas cedidas são marcadas para repasse, o que é realizado de 48 (quarenta e oito) em 48 (quarenta e oito) horas, em consonância com o prazo estipulado no Regulamento.

Desse modo, a segregação de recursos por parte da Cedente é feita por meio de controles internos (GESSEC), sendo que os valores descontados dos Segurados, conforme descrito no item anterior, são repassados à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada, conforme o caso, por meio do banco oficial dos Entes Públicos Conveniados, ou instituição conveniada a estes.

Por fim, a Sabemi e/ou a Sabemi Previdência Privada realizam os repasses dos valores decorrentes dos Direitos de Crédito recebidos ao Fundo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas de tal recebimento.

### *3.3.2. Procedimentos de Cobrança Extrajudicial e Judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos*

A Sabemi foi contratada pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito, para atuar como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. A cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:

- (i) Após a Sabemi identificar a inadimplência, é enviada cobrança através de débito em conta corrente com os Bancos Conveniados, para a conta salário dos Segurados, no valor referente à parcela da Assistência Financeira vencida. Nos casos em que o Segurado devedor seja reincidente, é cobrado, além de uma parcela em atraso, também o valor da parcela do mês;
- (ii) Se a causa da inadimplência é a redução prolongada de margem consignável do Segurado, na hipótese do Segurado assumir dívidas de longo prazo que sejam privilegiadas em relação à Assistência Financeira (pensão alimentícia judicial, por exemplo), busca-se renegociação de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem consignável do Segurado; toda e qualquer renegociação, refinanciamento ou concessão de desconto dependem de prévia e expressa autorização da Administradora;
- (iii) Caso a Sabemi não tenha êxito na cobrança por débito em conta corrente, a Sabemi busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações;
- (iv) Se caso a Sabemi não consiga localizar o Segurado, a Sabemi providencia mensalmente pesquisa em bancos de dados especializados, a higienização da base, atualizando assim os dados cadastrais dos Segurados;
- (v) Se decorridos 60 (sessenta) dias e a dívida não foi paga, o Segurado tem seu nome negativado junto ao SERASA;

- (vi) Caso o Segurado se apresente e seja feito um acordo, após o primeiro pagamento, a Sabemi providencia a imediata retirada do registro do SERASA;
- (vii) Se a causa da inadimplência for de Segurado oriundo do Conveniado SIAPE, a Sabemi envia cobrança mensalmente mediante envio de arquivos, através do Portal da Consist, em datas preestabelecidas pelo Ministério do Planejamento. A Consist processa os arquivos de todos os órgãos cadastrados no SIAPE e enviar ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO para processamento da folha de pagamento; e
- (viii) Se a causa da inadimplência é a morte do Segurado, é repassado para cobrança administrativa para contato com a família (ou Ente Público Conveniado ao qual pertencia o falecido) para solicitar a Certidão de Óbito.

Depois de tomadas todas as providências pela Sabemi para a recuperação das parcelas da Assistência Financeira não pagas pelos Segurados que tenham se desligado do Ente Público Conveniado, são adotadas as providências legais para o registro destas operações como prejuízo, sendo realizadas as devidas provisões referentes a tais Direitos de Crédito Inadimplidos.

A Sabemi, na qualidade de agente de cobrança dos Direitos de Crédito, é responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, inclusive os Direitos de Inadimplidos, sem que seja devida qualquer contraprestação.

O Custodiante durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação de Direitos de Crédito ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos de Crédito em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo à Sabemi, se julgar necessário e de acordo com as práticas adotadas pelo mercado, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

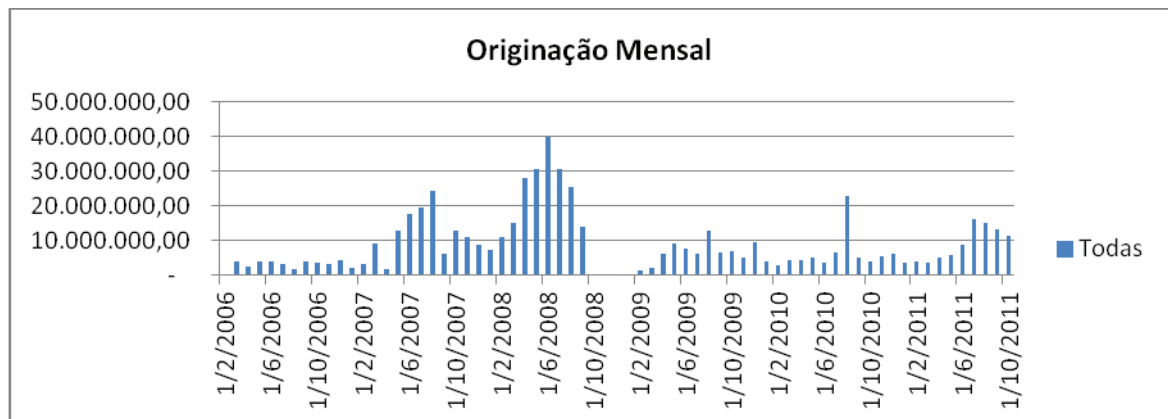
#### 3.4. INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE PRÉ-PAGAMENTO, INADIMPLENTOS E PERDAS

As informações e estatísticas referentes a direitos creditórios de mesma natureza daqueles a serem adquiridos pelo Fundo foram fornecidas e compiladas pela Cedente, e seguem abaixo de forma resumida, apresentando um panorama sintético de inadimplimentos, perdas e pré-pagamento.

Foram originados, em um período de 5 (cinco) anos, 72.193 (setenta e dois mil cento e noventa e três) Contratos de Concessão de Assistência Financeira, que totalizam um montante de R\$ 602.129.000,00 (seiscentos e dois milhões cento e vinte e nove mil reais), considerando-se o valor emprestado.

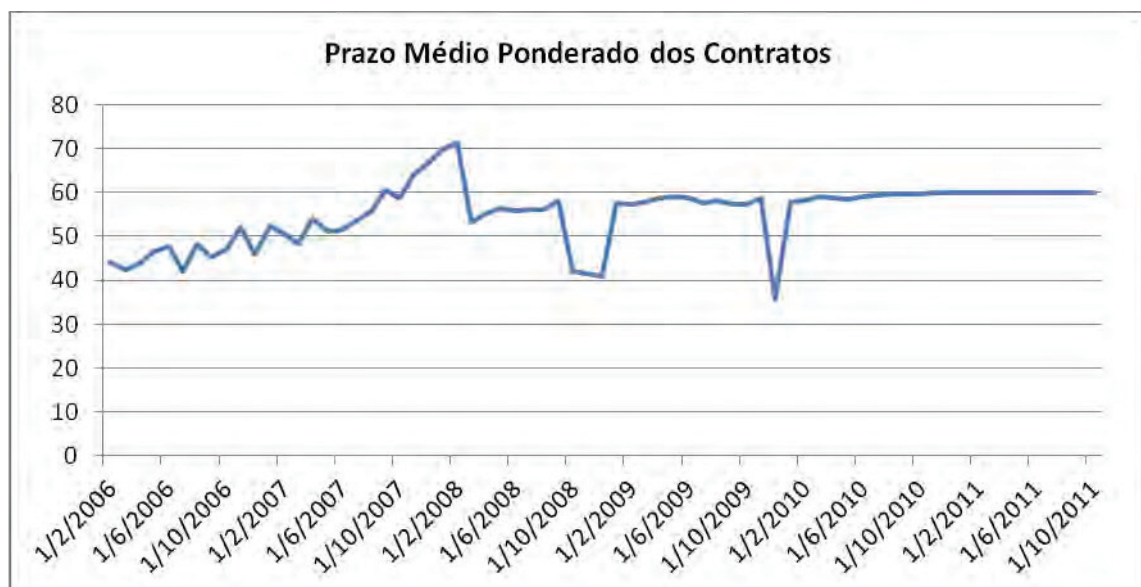


**Gráfico 1 - Produção Mensal**  
(montante, em milhões de reais, dos valores totais dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira celebrados entre a Sabemi e os Segurados entre 01/02/2006 e 01/10/2011)



\*Fonte: Cedente

Para o estabelecimento do prazo médio das operações, foi compilado o volume total de Contratos de Concessão de Assistência Financeira celebrados. O prazo médio ponderado calculado é de 56,6 (cinquenta e seis inteiros e seis décimos) meses.



\*Fonte: Cedente - \*\*Em meses

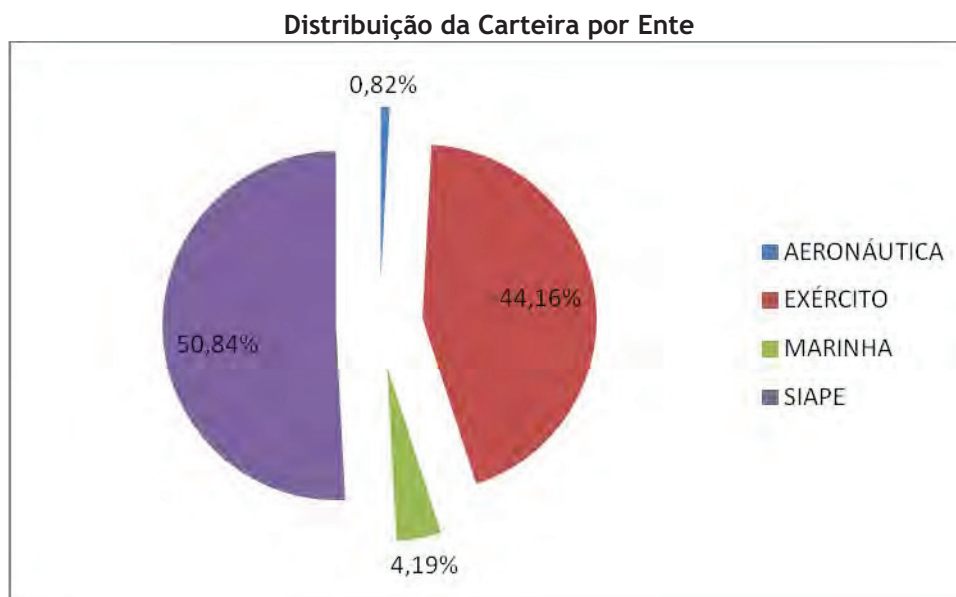
Para o estabelecimento da taxa média dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira, foi compilado o volume total de Contratos de Concessão de Assistência Financeira celebrados, resultando em um percentual de 2,27% (dois inteiros e vinte e sete centésimos por cento) ao mês.



(taxa média dos juros praticados pela Sabemi no âmbito dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira celebrados com os Segurados entre 01/02/2006 e 01/10/2011, calculada por meio da soma dos produtos de cada um dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira multiplicado por seus respectivos pesos, dividida pela soma dos pesos)

\*Fonte: Cedente \*

Com o intuito de verificar a participação de cada um dos Entes Federativos Conveniados, bem como as respectivas representatividades, destacamos e apresentamos a concentração dos maiores Entes Federativos Conveniados consignantes, a qual é retratada abaixo:



\*Fonte: Cedente

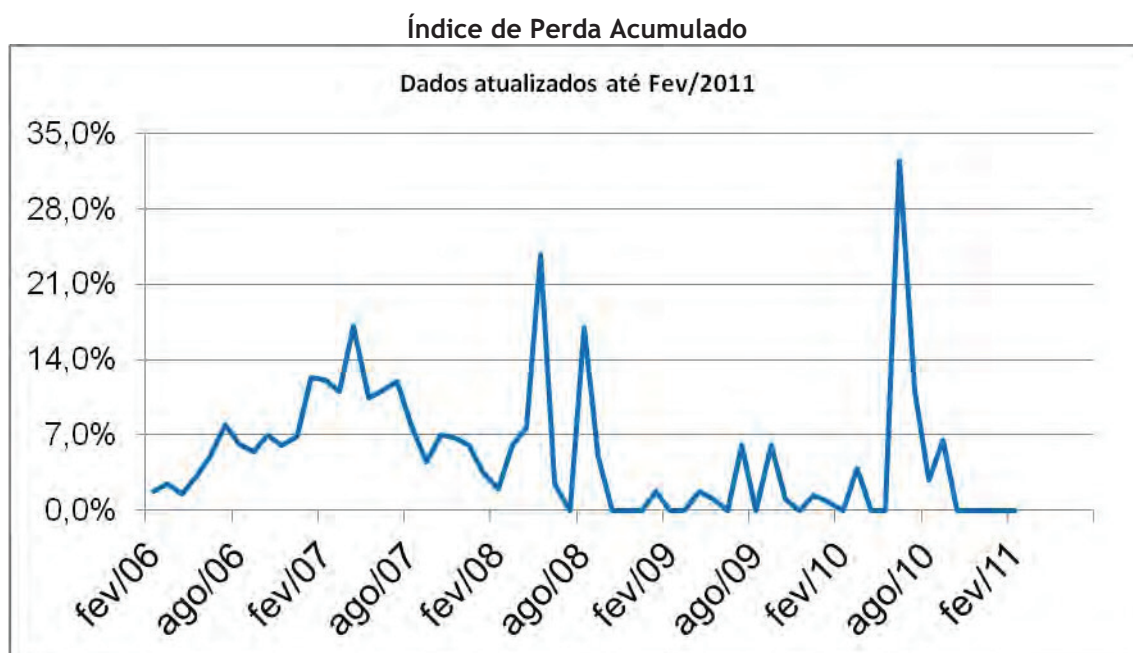
Para o estabelecimento do índice de pré-pagamento nos Contratos de Concessão de Assistência Financeira, foi compilado o volume total de Contratos de Concessão de Assistência Financeira celebrados. Tal prática, comum no mercado de crédito consignados, relaciona-se à boa capacidade do mutuário de restabelecer sua linha de crédito no

máximo da margem consignável permitida, também contribuindo fatores de redução de taxas de juros e de competição entre as instituições financeiras.



(percentual dos montantes acumulados dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira pré-pagos, de março de 2007 a setembro de 2011)

\*Fonte: Cedente



(percentual dos montantes acumulados de perdas dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira, de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2011)

\*Fonte: Cedente



# Desempenho Consolidado da Carteira

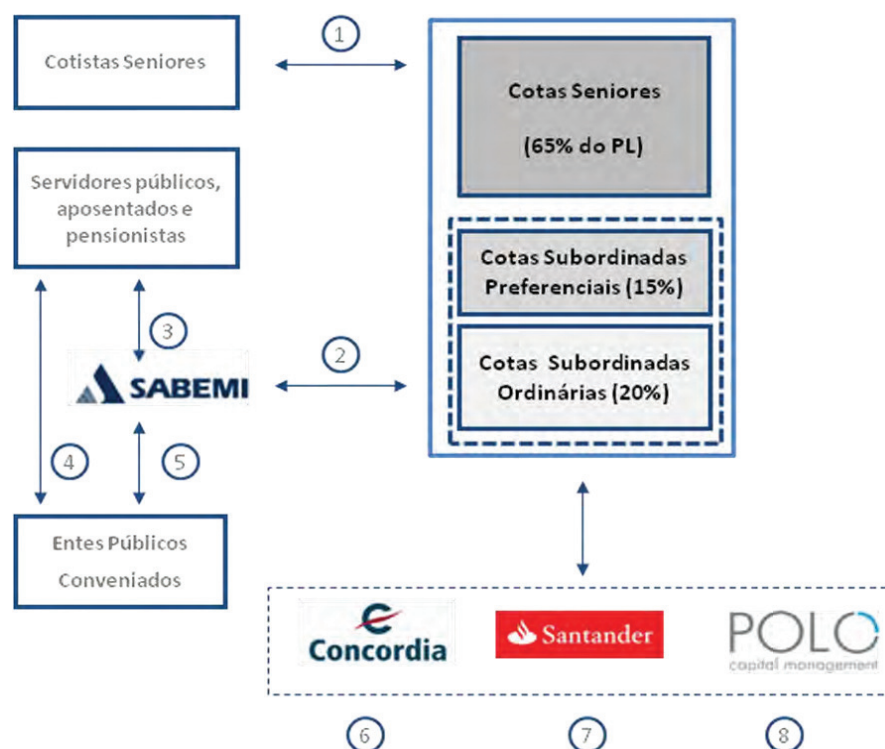
Mês	Fluxo de Geração com vencimento até Fev. 2011	Parcelas Liquidadas				Parcelas não Liquidadas			Índices			
		Atraso entre 30 dias	Atraso entre 31 e 60 dias	Atraso entre 61 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso acima de 180 dias (b)	PMT Não Liquidadas	Vencidas a mais de 60 dias	Vencidas a mais de 90 dias (c)	Vencidas a mais de 180 dias (d)	Índice de inadimplência acima de 90 dias (a) + (b) + (c)	Índice de inadimplência acima de 180 dias (b) + (d)
fev/06	364.941,30	95,45%	0,87%	0,38%	0,00%	0,61%	2,69%	0,00%	0,00%	0,00%	3,30%	2,69%
mar/06	8.344.139,65	96,79%	0,12%	0,32%	0,10%	0,23%	1,35%	1,10%	1,10%	1,10%	2,68%	2,45%
abr/06	5.369.196,86	97,83%	0,15%	0,29%	0,07%	0,12%	1,19%	0,36%	0,36%	0,36%	1,67%	1,55%
mai/06	8.470.579,16	95,43%	0,33%	0,52%	0,14%	0,34%	2,44%	0,81%	0,80%	0,79%	3,59%	3,23%
jun/06	8.154.971,86	92,75%	0,37%	0,93%	0,21%	0,54%	2,37%	2,83%	2,76%	2,68%	5,65%	5,03%
jul/06	5.926.917,93	90,91%	0,38%	0,57%	0,15%	0,35%	5,15%	2,48%	2,42%	2,38%	7,92%	7,53%
ago/06	3.840.788,25	92,70%	0,38%	0,95%	0,14%	0,63%	4,38%	0,82%	0,78%	0,72%	5,77%	5,09%
set/06	8.058.346,90	91,42%	1,04%	1,45%	0,15%	0,42%	3,08%	2,43%	2,31%	2,25%	5,75%	5,13%
out/06	6.897.387,03	91,29%	0,76%	0,71%	0,13%	0,28%	2,40%	4,44%	4,38%	3,97%	7,37%	6,37%
nov/06	6.676.579,56	90,39%	0,94%	1,49%	0,46%	0,78%	3,97%	1,97%	1,84%	1,68%	6,55%	5,65%
dez/06	7.836.700,77	90,73%	0,51%	1,35%	0,11%	0,29%	2,05%	4,95%	4,74%	4,29%	6,96%	6,34%
jan/07	3.749.866,53	85,98%	1,85%	0,65%	0,22%	0,27%	1,83%	9,20%	8,91%	8,23%	10,80%	10,06%
fev/07	6.183.956,23	85,06%	1,07%	1,20%	0,23%	0,46%	3,16%	8,82%	8,47%	8,28%	11,90%	10,93%
mar/07	16.584.180,64	85,21%	1,54%	1,12%	0,20%	0,50%	2,99%	8,45%	8,05%	7,77%	11,36%	10,28%
abr/07	3.417.961,34	87,10%	1,59%	1,22%	0,11%	0,23%	1,99%	7,76%	7,36%	7,16%	9,37%	8,58%
mai/07	20.798.607,56	85,05%	1,58%	1,18%	0,28%	0,58%	2,62%	8,52%	8,14%	7,97%	11,14%	10,08%
jun/07	27.430.818,73	85,28%	1,33%	1,03%	0,22%	0,46%	2,39%	9,29%	8,89%	8,70%	11,56%	10,53%
jul/07	29.182.147,72	83,50%	1,91%	1,18%	0,27%	0,56%	2,34%	10,76%	10,24%	9,99%	12,89%	11,59%
ago/07	33.039.514,57	87,82%	1,39%	0,92%	0,28%	0,48%	1,85%	6,75%	6,41%	6,24%	9,75%	7,62%
set/07	8.213.306,33	96,02%	1,37%	0,58%	0,21%	0,32%	0,82%	0,68%	0,65%	0,62%	1,76%	1,37%
out/07	16.738.979,45	93,19%	1,57%	0,55%	0,20%	0,37%	1,12%	3,00%	2,78%	2,67%	4,16%	3,49%
nov/07	13.707.397,64	92,11%	2,29%	0,68%	0,26%	0,56%	0,91%	3,18%	2,98%	2,89%	4,36%	3,52%
dez/07	10.221.902,49	93,62%	2,30%	0,83%	0,28%	0,41%	0,78%	1,78%	1,67%	1,62%	2,81%	2,24%
jan/08	8.658.047,98	94,85%	2,23%	0,85%	0,33%	0,66%	0,89%	0,18%	0,16%	0,15%	1,71%	1,01%
fev/08	12.149.074,44	94,25%	2,79%	0,96%	0,41%	0,64%	0,95%	0,00%	0,00%	0,00%	1,59%	0,95%
mar/08	17.556.267,04	93,40%	2,59%	0,88%	0,35%	0,60%	1,12%	1,06%	0,99%	0,96%	2,68%	1,98%
abr/08	27.992.087,23	91,74%	2,59%	1,03%	0,45%	0,68%	1,18%	2,34%	2,17%	2,08%	3,93%	3,04%
mai/08	29.998.909,65	94,06%	3,01%	0,96%	0,52%	0,92%	0,49%	0,04%	0,04%	0,04%	1,45%	0,53%
jun/08	38.462.707,72	94,61%	2,64%	0,97%	0,45%	0,82%	0,52%	0,00%	0,00%	0,00%	1,34%	0,52%
jul/08	28.221.486,23	94,64%	2,43%	0,90%	0,45%	1,07%	0,51%	0,00%	0,00%	0,00%	1,58%	0,51%
ago/08	22.795.229,55	94,35%	2,35%	0,89%	0,49%	1,12%	0,77%	0,03%	0,03%	0,03%	1,91%	0,80%
set/08	11.711.932,78	92,39%	1,94%	0,71%	0,39%	0,31%	0,60%	3,85%	3,46%	3,27%	4,19%	3,36%
out/08	5.400,00	96,30%	3,70%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
dez/08	114.499,00	99,54%	0,00%	0,20%	0,00%	0,26%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,26%	0,00%
jan/09	331.424,56	98,35%	1,06%	0,08%	0,17%	0,00%	0,25%	0,08%	0,08%	0,08%	0,34%	0,25%
fev/09	1.110.112,71	99,81%	0,19%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mar/09	1.483.312,14	99,11%	0,57%	0,20%	0,11%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%	0,00%
abr/09	3.990.616,03	96,60%	2,00%	0,57%	0,34%	0,08%	0,00%	0,41%	0,30%	0,24%	0,33%	0,11%
mai/09	5.683.554,48	99,06%	0,48%	0,23%	0,03%	0,02%	0,05%	0,13%	0,09%	0,07%	0,14%	0,09%
jun/09	4.532.413,91	99,46%	0,37%	0,06%	0,02%	0,07%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	0,08%	0,00%
jul/09	3.361.905,54	99,23%	0,18%	0,00%	0,00%	0,03%	0,00%	0,56%	0,49%	0,46%	0,36%	0,36%
ago/09	6.835.522,40	99,13%	0,56%	0,16%	0,05%	0,02%	0,04%	0,04%	0,04%	0,04%	0,10%	0,08%
set/09	3.262.747,68	97,72%	1,08%	0,17%	0,12%	0,08%	0,01%	0,81%	0,64%	0,57%	0,66%	0,43%
out/09	3.335.307,35	97,63%	1,54%	0,26%	0,13%	0,14%	0,14%	0,17%	0,07%	0,05%	0,33%	0,16%
nov/09	2.146.507,86	98,78%	1,07%	0,06%	0,08%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%
dez/09	7.228.287,20	94,47%	3,71%	0,23%	0,11%	0,19%	0,08%	1,24%	1,04%	0,92%	1,16%	0,68%
jan/10	1.598.149,32	98,10%	0,71%	0,65%	0,15%	0,03%	0,11%	0,25%	0,16%	0,12%	0,26%	0,11%
fev/10	1.040.503,75	99,14%	0,16%	0,60%	0,04%	0,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,06%	0,06%
mar/10	1.325.594,90	98,80%	0,35%	0,50%	0,10%	0,07%	0,00%	0,18%	0,08%	0,05%	0,12%	0,01%
abr/10	1.277.886,78	99,20%	0,36%	0,18%	0,02%	0,00%	0,00%	0,24%	0,08%	0,00%	0,00%	0,00%
mai/10	1.331.353,51	99,53%	0,03%	0,07%	0,05%	0,10%	0,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,32%	0,22%
jun/10	768.829,02	97,68%	0,01%	0,22%	0,00%	0,04%	0,00%	2,05%	1,40%	1,09%	1,13%	0,18%
jul/10	1.181.530,55	98,61%	0,67%	0,36%	0,00%	0,00%	0,00%	0,36%	0,15%	0,07%	0,07%	0,00%
ago/10	3.394.072,80	99,06%	0,29%	0,51%	0,08%	0,00%	0,00%	0,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
set/10	614.334,12	99,05%	0,35%	0,27%	0,00%	0,00%	0,00%	0,33%	0,15%	0,00%	0,00%	0,00%
out/10	349.245,72	96,58%	3,39%	0,00%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
nov/10	318.434,20	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
dez/10	175.081,87	99,80%	0,20%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Metodologia: Desempenho Consolidado da Carteira por Fluxo de Geração

Fonte: Cedente.

Ressalta-se que, desde meados de 2010, o sistema de averbação do SIAPE, convênio com maior concentração da Cedente, implantou um sistema que realiza o processo de consignação de reserva da margem consignável de forma eletrônica, o que inibe o índice de fraudes e as chances de inadimplemento por falta da referida margem consignável. Tal processo pode ser visto em outros entes consignantes, como Marinha e Aeronáutica.

### 3.5. FLUXOGRAMA DA OFERTA



Correspondência:

1. O Fundo emite a Segunda Série de Cotas Seniores, que é adquirida pelos Cotistas Seniores.
2. O Fundo utiliza os recursos da Segunda Série para adquirir os Direitos de Crédito oriundos de Contratos de Concessão de Assistência Financeira originados pela Sabemi.
3. Os Direitos de Crédito são originados quando a Sabemi concede Assistência Financeira a Segurados.
4. Os Entes Públicos Conveniados realizam a consignação das deduções em folha de pagamento dos Segurados.
5. Os Entes Públicos Conveniados remetem os montantes retidos dos salários dos Segurados para uma conta de arrecadação mantida na Sabemi.
6. A Concórdia é a instituição administradora do Fundo, representando-o para todos os fins.
7. O Santander é a instituição responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada, escrituração, controladoria e liquidação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros do Fundo.
8. A Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. é a instituição responsável pela gestão da carteira do Fundo, agindo nos termos da política de investimentos adotada pelo Fundo, de acordo com o Regulamento.

\* \* \*

#### 4. FATORES DE RISCO

---

## FATORES DE RISCO

Não obstante a diligência da Administradora e do Gestor em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora e/ou o Gestor mantenha rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista.

Os recursos que constam na carteira do Fundo e os Cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

**Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a Carteira;

**Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Gestor poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o Gestor a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos Cotistas, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

**Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Cotistas.

**Risco de Descontinuidade:** conforme previsto no Regulamento, o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente ao término do seu prazo de duração ou do prazo de resgate das respectivas séries de cotas. Deste modo, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pelo Cedente, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.

**Risco de Concentração:** O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em um único emissor de títulos, ou em Direitos de

Crédito cujo devedor seja um único Segurado, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de crédito desse emissor ou Segurado.

**Risco de Concentração em um Único Cedente:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão cedidos exclusivamente pela Sabemi. A aquisição de Direitos de Crédito originados exclusivamente pela Sabemi pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não continuidade da concessão de Assistência Financeira pela Sabemi aos Segurados e da capacidade desta originar Direitos de Crédito Elegíveis.

**Risco de Descasamento:** Os Direitos de Crédito componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as Cotas tem como um dos parâmetros o CDI, conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, o Gestor, sempre que possível, contratará operações de *swap* de taxas prefixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de o Gestor não conseguir contratar tais operações de *swap* ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas, inclusive Cotas Seniores.

**Risco relacionado à emissão de novas Cotas:** O Fundo poderá, a qualquer tempo, emitir novas Cotas, independentemente de aprovação dos atuais Cotistas, observado o disposto no Capítulo XV do Regulamento e os procedimentos exigidos pela Instrução CVM 356. Na hipótese de emissão de novas Cotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Cotistas, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas da mesma classe que já estejam em circulação na ocasião.

**Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Segurados. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os cotistas e atrasos nos pagamentos das amortizações e/ou dos regates.

**Riscos Associados aos Segurados:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos do Segurado devedor. A capacidade de pagamento do Segurado poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação à Assistência Financeira para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Segurado interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas da Assistência Financeira, respondendo pelo saldo a pagar da Assistência Financeira apenas o patrimônio deixado pelo "de cujus", que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Segurado pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes da Assistência Financeira contraída, o que pode afetar a rentabilidade do Fundo, até mesmo na hipótese de cobertura do seguro de vida, uma vez que a indenização advinda do mesmo pode se mostrar insuficiente.

**Risco de Fungibilidade:** Em seu curso normal, os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos dos Segurados e repassados à instituição conveniada, a qual poderá ser a própria Sabemi ou a Sabemi Previdência Privada, sendo que, caso esta última receba tais recursos, é realizado o seu respectivo repasse à Sabemi previamente ao pagamento ao Fundo. Desse modo, uma vez que os valores referentes aos



Direitos de Crédito transitarão por contas bancárias da Sabemi e/ou da Sabemi Previdência Privada até o seu recebimento pelo Fundo, há o risco de que tais recursos não sejam repassados ao Fundo nos prazos estabelecidos no Regulamento, por exemplo, por motivo de intervenção ou indisponibilidade de recursos da Cedente e/ou da Sabemi Previdência Privada, ou, ainda, em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar.

**Risco Operacional dos Entes Públicos Conveniados:** A Assistência Financeira contraída pelos Segurados é paga por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Público Conveniado a que o Segurado é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Segurados. Nesta hipótese, a Carteira pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos Direitos de Crédito.

**Risco Operacional de Sistemas:** O desconto em folha de pagamento das parcelas da Assistência Financeira e o repasse à Sabemi dos Direitos de Crédito são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Público Conveniado ou de instituição conveniada com este, não tendo a Sabemi, a Administradora ou o Gestor controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração neste sistema pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Segurados ou seu repasse ao Fundo. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.

**Risco Operacional de Cobrança, do Originador e de Fluxo Financeiro:** A cobrança e a coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito são realizadas pela Sabemi e/ou pela Sabemi Previdência Privada, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados que mantêm convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada para que as parcelas da Assistência Financeira concedida aos Segurados sejam descontadas em folha de pagamento. Desta forma, os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) da Assistência Financeira vencida(s) no período e repassam os valores descontados à Sabemi por meio de instituição conveniada com o Ente Público Conveniado, podendo tal instituição ser a própria Sabemi e/ou a Sabemi Previdência Privada, a qual nesta hipótese atua como agente de recebimento dos valores devidos e os repassa à Sabemi. Em seguida, tais valores são repassados pela Sabemi ao Fundo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado de tal recebimento. Assim, o Fundo está sujeito ao eventual risco de atraso ou não ocorrência do repasse dos valores recebidos pela Sabemi Previdência Privada, atuando como agente de recebimento, à Sabemi, bem como ao risco de atraso ou não ocorrência do repasse pela Sabemi ao Fundo dos valores recebidos. Este mesmo risco é verificado na hipótese de recebimento de indenização advinda do seguro de vida nos casos de morte do Segurado.

**Risco do Convênio:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos Segurados é viabilizado por convênios celebrados entre a Sabemi, a Sabemi Previdência Privada e os Entes Públicos Conveniados, diretamente ou por intermédio de associações a estes conveniados. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados, podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos Direitos de Crédito (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o Fundo, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos de Crédito. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de Direitos de Crédito componentes da Carteira, o que lhe pode ser prejudicial.

**Risco do Originador e de Originação:** Os Direitos de Crédito serão originados exclusivamente pela Sabemi, o que pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não constância da concessão de Assistência Financeira pela Sabemi aos Segurados e da capacidade desta em originar Direitos de Crédito Elegíveis. Portanto, o investimento no Fundo está sujeito ao risco de não originação, no futuro, dos Direitos de Crédito pela Sabemi contra os Segurados. Não há como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade, total ou parcial, da Sabemi na prestação dos respectivos serviços, ou, ainda, o pagamento antecipado das obrigações contratadas pelo Segurado no Contrato de Concessão de Assistência Financeira. Caso isto ocorra, a originação dos Direitos de Crédito pela Sabemi pode ser negativamente afetada ou até mesmo impossibilitada, implicando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas, uma vez que a amortização e/ou o resgate das Cotas estão sujeitos à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros.

**Riscos do Mercado Secundário:** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Cotas Seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, apresenta baixa liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

**Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o Fundo recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

**Risco de Resgate das Cotas do Fundo em Direitos de Crédito:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do Fundo em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis.

**Risco de Atraso no Pagamento do Resgate:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos de Crédito são classificados no ativo do Fundo como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.

**Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos de Crédito:** O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos do Crédito por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. A Sabemi poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados, de comprovada competência e idoneidade, para realizar a guarda dos Documentos Representativos do Crédito, os quais estarão sob inteira responsabilidade da Sabemi, permanecendo esta como fiel depositária dos Documentos Representativos do Crédito, não havendo, portanto, qualquer superposição de funções entre a Sabemi e eventual terceiro contratado por esta. Neste caso a Sabemi ou o terceiro contratado têm a obrigação de permitir ao Custodiante e à Administradora ou terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar

difficuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, pelo fato de o terceiro contratado estar localizado em endereço distinto do da Sabemi.

**Risco relacionado à liquidação antecipada pelos Segurados dos Contratos de Assistência de Concessão Financeira:**

Os Segurados podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Concessão de Assistência Financeira, o que poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos no Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

**Ausência de Notificação aos Segurados:** A cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo não será notificada previamente aos Segurados. Na hipótese da Sabemi deixar de exercer a função de agente de cobrança, os Segurados não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento diretamente ao Fundo até que sejam devidamente notificados da cessão. Ao Custodiante não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte da Sabemi dos créditos recebidos pelos Segurados, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Segurados, os Direitos de Crédito relativos aos Segurados não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

**Risco de Questionamento Judicial:** A Assistência Financeira pode ser questionada judicialmente tanto no que se refere à formalização da Assistência Financeira quanto nas taxas aplicadas e na forma de cobrança da Assistência Financeira concedida, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, tais como o questionamento de eventual abusividade nas taxas de juros praticadas pela Sabemi, bem como eventual vício dos Documentos Representativos dos Créditos que impeça a efetiva exigibilidade do crédito (ausência de assinaturas, ilegitimidade de representação, entre outros). Nestes casos, a Assistência Financeira poderá ser modificada ou cancelada em virtude de decisão judicial o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, conseqüentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.

**Risco de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória:** O Fundo poderá estar sujeito a riscos, exógenos ao controle da Administradora, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para o Fundo. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito ao Fundo poderá ser interrompido, podendo, desta forma, comprometer a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da carteira do Fundo podem ter sua validade questionada, podendo acarretar, desta forma, prejuízos aos Cotistas.

**Demais Riscos:** A Sabemi atuará como Cedente, agente de recebimento e agente cobrador dos Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas. Entende-se, portanto, que os principais conflitos da estrutura proposta ficam estabelecidos na obrigatoriedade de repasse dos valores referentes à liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e à efetiva cobrança dos recebíveis que porventura se tornem inadimplidos em favor dos Cotistas. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, do Gestor e/ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da Carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

AS APLICAÇÕES REALIZADAS NO FUNDO NÃO CONTAM COM GARANTIA DA ADMINISTRADORA, DO GESTOR, DO CUSTODIANTE OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

\* \* \*

## 5. A INDÚSTRIA DE CRÉDITO CONSIGNADO

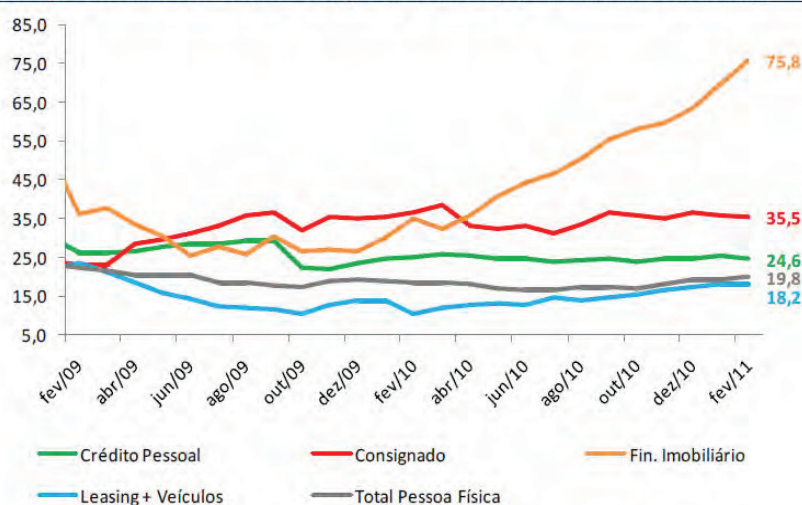
---

## A INDÚSTRIA DE CRÉDITO CONSIGNADO

Visando ilustrar o desempenho da atividade do segmento do mercado no qual o Fundo aplicará os respectivos recursos, qual seja, setor de créditos consignados, a Administradora selecionou os seguintes quadros, demonstrativos de (i) evolução (em pontos percentuais) das operações de crédito a pessoas físicas no período compreendido entre fevereiro de 2009 e fevereiro de 2011 (Quadro 1), (ii) média diária (em milhões de reais) das concessões de crédito a pessoas físicas, medida entre fevereiro de 2009 e fevereiro de 2011 (Quadro 2); (iii) saldo (em milhões de reais) de operações de crédito pessoal a pessoas físicas verificado entre abril de 2008 e fevereiro de 2011 (Quadro 3); e (iv) saldo (em milhões de reais) de operações de crédito consignado a pessoas físicas verificado entre abril de 2008 e fevereiro de 2011 (Quadro 4).

**Quadro 1**

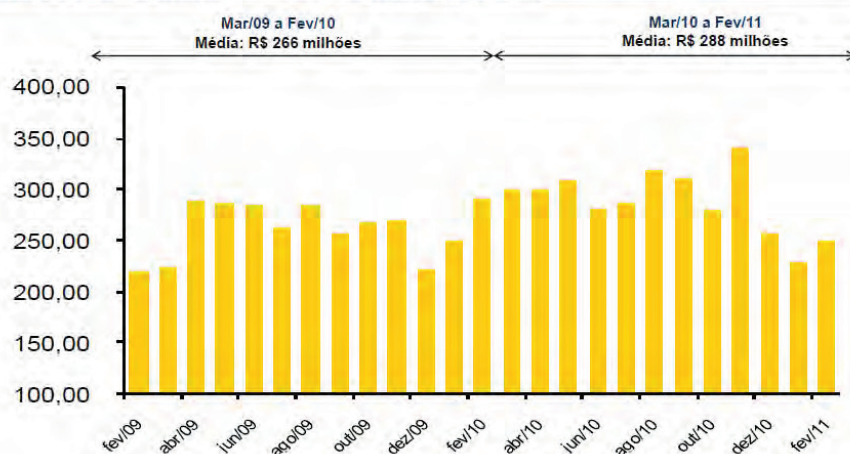
**Evolução das Op. de crédito Pessoa Física – Variação em 12 meses (%) – Modalidades selecionadas**



Fonte: BACEN

**Quadro 2**

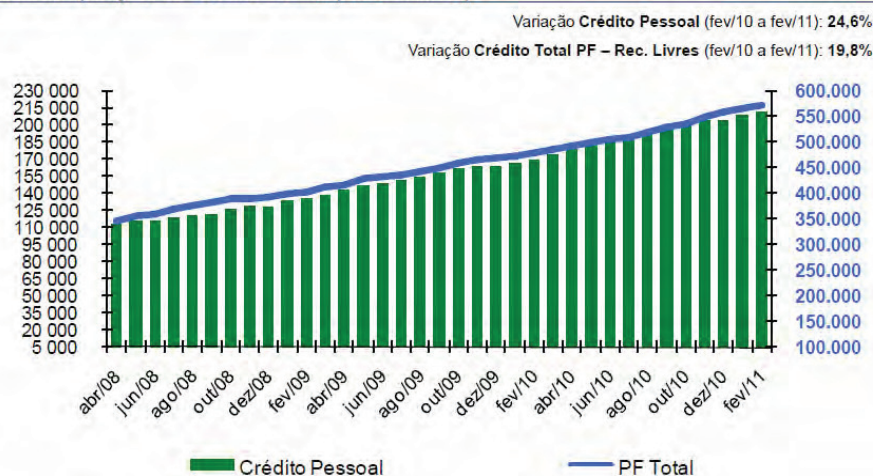
**Média Diária das Concessões PF – Crédito Consignado (R\$ milhões)**



Fonte: BACEN

### Quadro 3

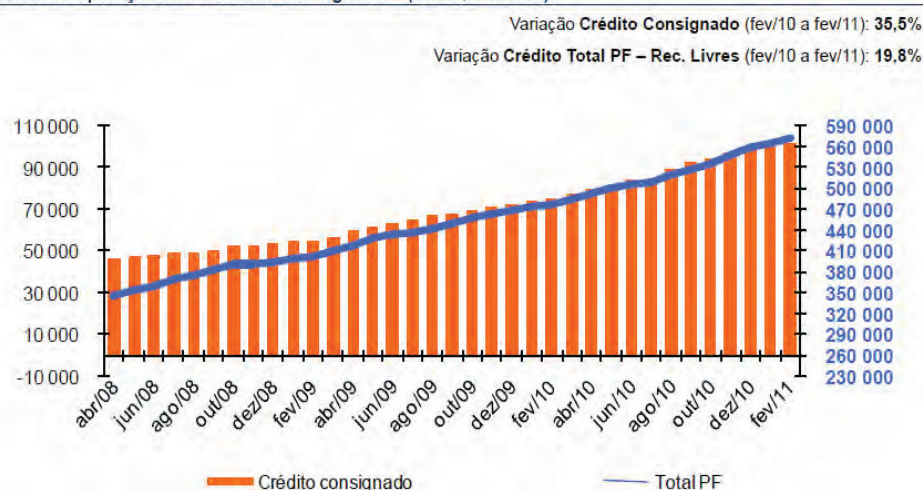
#### Saldo de Operações PF - Crédito Pessoal (Em R\$ milhões)



Fonte: BACEN

### Quadro 4

#### Saldo de Operações PF - Crédito Consignado – (Em R\$ milhões)



Fonte: BACEN

## 6. GERENCIAMENTO DE RISCOS

---



## GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administradora e o Gestor orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente. A política de investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros do Gestor.

Os riscos a que está exposto o Fundo (dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na seção "Fatores de Risco" do presente Prospecto, na página 88) e o cumprimento de sua política de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando acompanhar o nível de exposição a risco.

A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelo Cotista.

## 7. INFORMAÇÕES SOBRE O CEDENTE

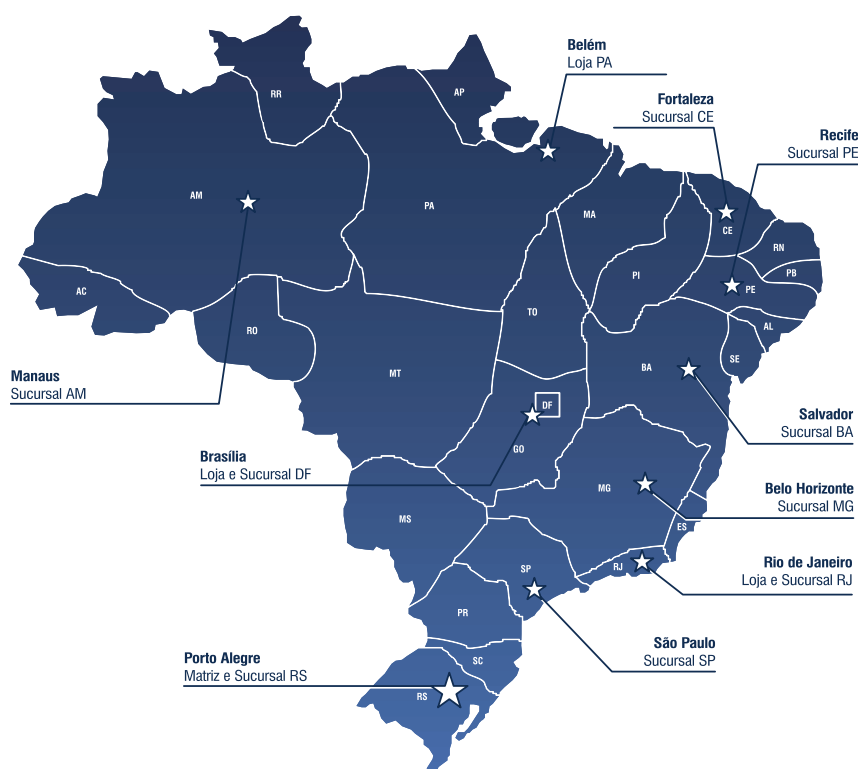
---

A Sabemi, na qualidade de Cedente, é empresa que compõe o Grupo Sabemi, um grupo familiar estabelecido há mais de 30 anos com foco em produtos - Seguros, Previdência e Assistência Financeira - para servidores públicos, civis e militares.

Primeira empresa da organização, a Sabemi atua nos ramos de seguros de pessoas nas categorias prestamista e acidentados pessoais e, ainda, com previdência complementar. Em 2007, registrou no mercado um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

Dentre os indicadores financeiros do ano passado, os principais destaques foram a receita total operacional, que alcançou R\$ 92,2 milhões; o saldo das aplicações financeiras, que aumentou 34,9% em relação ao exercício anterior e totalizou R\$ 94,9 milhões; e o lucro líquido de R\$ 16,3 milhões.

A Sabemi possui sede própria na cidade de Porto Alegre (RS) e sucursais nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Conta ainda com lojas exclusivas no Rio de Janeiro, Distrito Federal, Porto Alegre e Belém do Pará, conforme demonstra o quadro abaixo:









A Diretoria da Sabemi é composta pelo Sr. Antonio Tulio Lima Severo (Presidente), Sr. Alexandre Girardi (Diretor Administrativo Financeiro), Sr. Aírto Luiz Zorzo (Diretor Comercial) e Sra. Eliana Schwingel Diederichsen (Diretora de Operações).

O Conselho de Administração da Sabemi, por sua vez, é composto pelo Sr. Antonio Tulio Lima Severo (Presidente), Sra. Maria Izabel Schneider Severo (Conselheira), Sr. Ruy Lopes Filho (Conselheiro), Sr. Nelson Barrizzelli (Conselheiro) e Sr. José Flávio Monteiro Lobato.

A Sabemi contratou a PWC para auditar suas contas e demonstrações financeiras, na qualidade de auditores externos. A empresa W&P Consultores Associados atua como a responsável pelo setor de auditoria interna da Sabemi desde 2006, monitorando o sistema de controles internos e sugerindo soluções de aprimoramentos visando mitigar os riscos inerentes ao negócio da Sabemi.

Segue abaixo quadro representativo da organização do Grupo Sabemi:

 <b>SABEMI</b> Participações	<b>O Grupo Sabemi</b> é liderado pela Sabemi Participações S/A, que detém o controle das empresas abaixo:
 <b>SABEMI</b> Seguradora	<b>Sabemi Seguradora S/A</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Opera com seguros de pessoas e previdência privada.</li> <li>• Opera com crédito consignado (recursos próprios e de terceiros).</li> </ul>
 <b>SABEMI</b> Tec	<b>Sabemi Tec</b> Tecnologia em Operações Comerciais e no Desenvolvimento de Softwares e Sistemas Gerenciais Ltda. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Processamento de dados; desenvolvimento, programação e análise de sistemas gerenciais; consultoria em informática e sistemas; assistência na aplicação de softwares.</li> </ul>
 <b>SABEMI</b> Cred	<b>Sabemi Cred</b> Promotora de Crédito ao Consumidor Ltda. <b>Sabemi Promo</b> Promotora de Crédito ao Consumidor Ltda. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção de crédito ao consumidor, atuando como correspondente bancária, incluindo: recebimentos, pagamentos e promoção de créditos decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos com instituições financeiras ou equiparados; execução ativa ou passiva de ordens de pagamento; recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e financiamentos; análise de crédito e cadastro; execução de serviços de cobrança extrajudicial; recepção e encaminhamento de propostas de emissão de cartões de crédito e processamento de dados em operações de empréstimo e financiamento.</li> </ul>
 <b>SABEMI</b> Promo	
 <b>SABEMI</b> Previdência	<b>Sabemi Previdência Privada</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Opera no ramo de previdência privada.</li> <li>• Opera com crédito consignado.</li> </ul>

Adicionalmente, segue abaixo o balanço do Grupo Sabemi, em milhões de reais, representativo dos anos de 2007 a 2010:

ATIVO	2007	2008	2009	2010
<b>CIRCULANTE</b>	<b>82.635</b>	<b>103.285</b>	<b>101.819</b>	<b>151.125</b>
DISPONÍVEL	3.218	2.512	5.207	5.448
APLICAÇÕES	71.561	76.824	70.344	94.947
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	2.357	2.790	3.911	4.938
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	5.499	21.158	22.357	45.792
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>44.664</b>	<b>72.168</b>	<b>72.446</b>	<b>59.995</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	26.179	46.429	49.260	36.319
INVESTIMENTOS	5.326	4.849	4.596	12.405
IMOBILIZADO	12.932	11.629	10.230	3.382
INTANGÍVEL	22	9.261	8.360	7.888
DIFERIDO	205	0	0	0
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>127.299</b>	<b>175.453</b>	<b>174.265</b>	<b>211.120</b>

PASSIVO	2007	2008	2009	2010
<b>CIRCULANTE</b>	<b>24.319</b>	<b>41.120</b>	<b>46.669</b>	<b>78.010</b>
CONTAS A PAGAR	6.402	17.199	16.786	19.026
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	3.337	2.815	2.884	3.072
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	3	45	208	411
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	1.420	6.463	8.941	13.862
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS	12.768	12.867	15.702	37.890
PROVISÕES TÉCNICAS – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	389	1.731	2.147	3.748
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>102.980</b>	<b>145.173</b>	<b>145.173</b>	<b>133.110</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.749	18.619	17.385	15.870
CONTAS A PAGAR	0	144	81	10.790
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS	250	268	271	304
PROVISÕES TÉCNICAS – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	505	1.019	1.042	1.210
OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES	4.994	17.189	15.991	3.567
PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS EM SUBSIDIÁRIAS	7.481	18.596	16.209	16.282
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	89.750	97.118	94.002	100.958
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>127.299</b>	<b>175.453</b>	<b>174.265</b>	<b>211.120</b>

Ainda, segue abaixo o Demonstrativo do Resultado dos Exercícios do Grupo Sabemi, em milhões de reais, representativo dos anos de 2007 a 2010:

ATIVO	2007	2008	2009	2010
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>CONSOLIDADO</b>	<b>CONSOLIDADO</b>	<b>CONSOLIDADO</b>	<b>CONSOLIDADO</b>
<b>OPERAÇÕES DE SEGUROS</b>	<b>24.799</b>	<b>19.696</b>	<b>24.198</b>	<b>32.734</b>
Prêmios Ganhos	29.354	21.177	46.155	61.159
Sinistros Retidos	(4.555)	(1.481)	(21.958)	(28.425)
<b>OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>524</b>	<b>3.018</b>	<b>3.899</b>	<b>2.474</b>
Receitas de Contribuição	917	4.003	5.011	5.495
Despesas com Benefícios e Resgates	(393)	(985)	(1.113)	(3.021)
<b>RECEITA LÍQUIDA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA</b>	<b>25.323</b>	<b>22.714</b>	<b>28.096</b>	<b>35.208</b>
<b>OPERAÇÕES DE CORRESPONDENTE</b>	<b>34.494</b>	<b>68.075</b>	<b>20.091</b>	<b>25.569</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA TOTAL</b>	<b>59.817</b>	<b>90.790</b>	<b>48.187</b>	<b>60.777</b>
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	(5.804)	(23.738)	(4.991)	(5.810)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(28.255)	(51.799)	(42.811)	(37.830)
DESPESAS COM TRIBUTOS	(4.594)	(10.245)	(4.740)	(6.919)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>42.066</b>	<b>15.837</b>	<b>18.497</b>	<b>13.315</b>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(13.944)	667	(2.747)	(956)
RESULTADO PATRIMONIAL	(619)	(24)	18	81
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>48.667</b>	<b>21.488</b>	<b>11.412</b>	<b>22.658</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>0</b>	<b>(86)</b>	<b>(231)</b>	<b>257</b>
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>48.667</b>	<b>21.402</b>	<b>11.181</b>	<b>22.916</b>
Contribuição Social	(2.436)	(1.489)	(2.801)	(4.245)
Imposto Renda	(6.713)	(3.165)	(1.597)	(1.895)
PLR	(1.791)	(1.082)	(143)	(480)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>37.727</b>	<b>15.666</b>	<b>6.639</b>	<b>16.296</b>

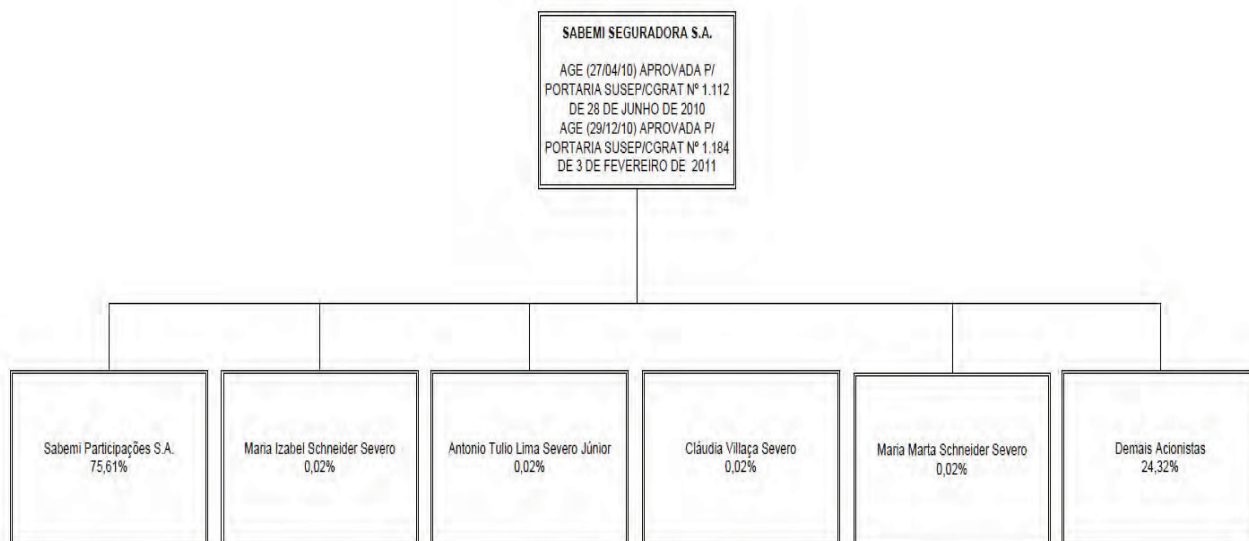
Com relação à Sabemi, no desempenho de suas atividades, listam-se abaixo algumas particularidades:

- Mais de 30 anos de experiência em operações com o setor público;
- Todos os contratos contam com cobertura por apólice de seguro de vida que garanta o pagamento da Assistência Financeira ao Fundo em caso de morte do Segurado;
- Não há alavancagem financeira;
- Parcerias com bancos para *funding*;
- Célula de retenção de clientes, que de forma pró-ativa minimiza o risco de quitações antecipadas e transferência do crédito para outras instituições.
- Convênio para débito em conta com todos os bancos “pagadores de folha”. Em caso de uma eventual inadimplência, existe outra fonte de recuperação da inadimplência: débito em conta.

Quanto aos produtos oferecidos pela Sabemi, são estes:

- **Previdência complementar:** garante o pagamento de uma indenização através de um pecúlio por morte, aos beneficiários do cliente, em caso de seu falecimento;
- **Seguro de acidentes pessoais:** garante o pagamento de uma indenização aos beneficiários do segurado, caso venha a ocorrer sua morte em decorrência de acidente coberto;
- **Assistência Financeira:** empréstimos conferidos pela Sabemi a Segurados - titulares de (i) seguro de acidentes pessoais, o qual garante o pagamento de uma indenização aos seus beneficiários, em caso de morte decorrente de acidente coberto, e (ii) plano de previdência privada, que celebraram contrato de Assistência Financeira com a Sabemi como um meio de auxiliar o complemento da respectiva renda, visando ao pagamento de impostos, quitação de dívidas, dentre outros -, por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento;
- **Seguro prestamista:** garante o pagamento do saldo devedor da dívida assumida, junto à instituição financeira concedente dos recursos, em caso de morte por qualquer causa;
- **AP Sabemi Plus:** o seguro contra acidentes pessoais oferecido pela Sabemi, garantindo o segurado contra falecimento por acidente coberto, entrega mensal de cestas de alimentação (por seis meses) e auxílio completo para a realização dos principais trâmites do funeral.

Por fim, o Quadro 1 abaixo retrata a composição acionária da Sabemi:



## 8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

---



## 8.1. INFORMAÇÕES SOBRE AS PARTES

### 8.1.1. Administradora e Distribuidor das Cotas do Fundo - Concórdia S/A Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

Com vinte e seis anos de atuação nos mercados de renda fixa, variável e de futuros, a Concórdia possui escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro, e conta com profissionais especializados, responsáveis por gerir o patrimônio de pessoas e instituições que buscam rentabilidade e solidez para seus investimentos.

Com atuação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, realiza a intermediação para seus clientes de negócios em ações, futuros financeiros, *commodities* e títulos públicos e privados, com experiência em operações de *hedge* e *swaps*.

A gestão de recursos é um dos principais focos da Concórdia, que oferece diversas possibilidades de fundos de investimentos abertos e exclusivos.

Desde 2003 a Concórdia dedica-se à prestação de serviços com foco em administração, gestão e distribuição de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, tendo atuado em operações envolvendo estruturas fiduciárias de securitização de recebíveis.

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios sob administração da Concórdia são submetidos a processos de monitoramento de suas operações, garantindo conformidade com a legislação vigente e os mais altos padrões éticos e morais.

Atualmente, a Concórdia Corretora administra e/ou presta serviços de gestão de carteiras para 16 (dezesesseis) fundos de investimento, com um patrimônio líquido total de, aproximadamente, R\$2,3 bilhões.

### 8.1.2. Gestor - Polo Capital Gestão de Recursos Ltda.

#### 8.1.2.1 Introdução

A Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. é uma gestora de fundos de investimentos independente fundada em 2002, sendo autorizada a administrar recursos de terceiros através do Ato Declaratório nº 7.162, de 19 de março de 2003.

O Gestor atualmente possui um patrimônio sob gestão de aproximadamente R\$ 2,75 bilhões.

O processo de investimento assim como a experiência e diversificação da equipe são uns dos principais diferenciais do Gestor.

Dentre as suas estratégias ilíquidas, o Gestor investe desde 2006 em crédito privado, a qual atualmente representa uma das principais áreas de negócios do Gestor, contando com uma equipe dedicada para os processos de originação, estruturação, análise de crédito e gestão de ativos.

A atuação do Gestor na estratégia de Crédito Privado tem como objetivo aproveitar oportunidades do mercado de crédito de forma flexível onde seja possível selecionar diferentes modalidades e instrumentos de crédito,

principalmente dentro das classes de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Recebíveis Imobiliários, Cédulas de Crédito Imobiliário, arbitragem de risco, debêntures, e *eurobonds*.

Com interesses alinhados ao investidor, o Gestor é sempre remunerado apenas pela taxa de performance e de administração. Desta forma, os ganhos oriundos dos instrumentos de crédito serão todos direcionados aos Fundos.

#### 8.1.2.2 Equipe de profissionais (Estratégia Crédito Privado)

Através da ampla experiência dos seus profissionais, o Gestor possui uma experiência sólida em gestão de recursos, em controle de operações e na área comercial. A equipe de profissionais é composta atualmente por 42 colaboradores, distribuídos nas áreas de gestão, operacional e comercial. Segue abaixo uma descrição dos membros da equipe de gestão da Polo Capital:

- **Sr. Marcos Duarte:** Atua na área de gestão dos fundos da Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. e é responsável pelas decisões estratégicas da empresa desde dezembro de 2002. Iniciou sua carreira no Banco Icatu em 1992, onde trabalhou no departamento macroeconômico. Em 1994 transferiu-se para o Bankers Trust Company, sendo responsável pela gestão da carteira proprietária de renda variável e por produtos soberanos. Em 1997 foi para o Banco CSFB, onde foi responsável pela gestão da carteira de renda fixa no México e Argentina. Graduado em Engenharia de Produção pela UFRJ. Atualmente é Conselheiro Fiscal da Telemar Norte Leste e da Brasil Telecom, bem como é suplente do Conselho Fiscal da Trisul S.A.
- **Sr. Cláudio José Carvalho de Andrade:** Atua na área de gestão dos fundos da Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. e é responsável pelas decisões estratégicas da empresa desde dezembro de 2002. Iniciou sua carreira no Banco de Investimento Garantia em 1993, sendo responsável de 1997 até 2002 pela gestão do portfólio de valor relativo da carteira proprietária de renda variável. Graduado em Administração de Empresas pela FGV-SP. Atualmente é suplente dos Conselhos Fiscais da Vivo e da AGRE S.A.
- **Sr. André Pines:** Responsável pela área de operações e administrativa da Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. desde setembro de 2005. Iniciou sua carreira em 1992 na área de desenvolvimento de sistemas do Banco Cindam, assumindo posteriormente a área de processamento bancário. Em 1999 foi para o UBS Asset Management como COO da operação no Brasil. Em 2002 atuou como *controller* da Degussa Dental Brasil. Entre 2003 e 2005 foi o sócio na Fidúcia Asset Management, responsável pelas áreas de *compliance*, administrativa, IT, jurídica e processamento. Em 2005 transferiu-se para a Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. Graduado em Engenharia de Computação pela PUC-Rio com pós-graduação em administração pela FGV-Rio. Atualmente é suplente dos Conselhos Fiscais da TIM, Tecnisa S.A. e do Banco ABC.
- **Sr. Carlos Alves:** Atua na área de gestão da Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. desde maio de 2003. É responsável pelos setores de eletricidade, papel e celulose, petróleo / petroquímico e transporte. Iniciou sua carreira em 2000 como analista do setor elétrico no Banco de Investimento UBS. Transferiu-se para Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. em 2003. Graduado em Engenharia de Produção pela PUC-Rio. Atualmente é suplente dos Conselhos Fiscais da EVEN, Telemar Norte Leste, Brasil Telecom, CSU Cardsystem e do Banco Panamericano.
- **Sr. Stephan de Sabrit:** Responsável pela originação e estruturação de ativos de crédito privado. Iniciou sua carreira em 1998 no Unibanco atuando como *trader* de títulos de renda fixa internacional. Em 2000 transferiu-se para Bulltlick Capital Markets atuando como diretor responsável do escritório no Brasil. Em 2006 trabalhou na Latour Capital

Group sendo responsável pela área de distribuição transferindo-se em 2007 para a Planner Corretora onde atuou como diretor responsável pela área de *Investment Banking*. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado.

- **Sr. Rogério Bimbi:** Responsável pela originação e gestão de créditos não performados. Atuou de 1998 a 2007 como gestor de crédito da divisão de consumer finance no Lloyds TSB / HSBC. Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- **Sr. Roberto Watanabe:** Responsável pela originação e estruturação de ativos de crédito privado. O Sr. Watanabe atuou na área de empréstimos sindicalizados do Wachovia Securities em Nova Iorque, de 1998 a 2003. Foi analista-chefe para operações estruturadas da Moody's Investors Services no Brasil entre 2003 e 2006. Foi responsável pela área de Debt Capital Markets do Deutsche Bank Brasil, de 2006 a 2008, e pela área de Debt Capital Markets da Planner Corretora de 2008 a 2009. Graduado em Administração de empresas pela FGV-SP.
- **Sr. Wellington de Assis:** Responsável pela análise de crédito e estruturação dos ativos de crédito privado. O Sr. Assis foi membro da equipe da área operacional do Gestor entre 2003 e 2006. Graduado em Engenharia de Telecomunicações pelo IME.
- **Sr. Raphael Galhardo:** Responsável pela análise de crédito e controle dos ativos de crédito privado desde 2009, tendo atuado na área operacional do Gestor de 2007 a 2009. Anteriormente, foi membro de equipe da área de operacional do Pactual Asset Management em 2007. Graduado em Engenharia Civil pela UFRJ.
- **Sr. Luiz Felipe Novaes:** atua na área jurídica da Emissora, tendo iniciado sua carreira em 2004 no escritório de advocacia Fernando Ximenes Advogados, e em 2006 na área jurídica do Banco BBM S.A. Bacharel em Direito pela PUC Rio.

#### 8.1.3. Custodiante - Banco Santander (Brasil) S.A.

O Custodiante é controlado pelo Banco Santander S.A., com grupo sediado na Espanha. O Santander, em 2007, participou do consórcio que fechou um importante negócio na história da indústria bancária do mundo ao adquirir 96,95% das ações do banco holandês ABN AMRO, por € 71 bilhões.

Fundado em 1857, o grupo do Banco Santander S.A. possui atualmente US\$ 1,6 trilhão em ativos, administra quase US\$ 1,8 trilhão em fundos, possui mais de 90 milhões de clientes, mais de 13.660 agências e está presente em 40 países. Em 2008, o Banco Santander S.A. foi considerado o melhor banco do mundo, e o melhor banco da América Latina, segundo a revista Euromoney - Awards of Excellence (prêmio de excelência), e, em 2009, foi considerado o melhor banco do mundo e o melhor banco da Europa Ocidental, segundo a revista The Banker. Atualmente, o Banco Santander S.A. desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal.

Em 2009, o Banco Santander S.A. registrou lucro líquido de mais de € 12,4 bilhões. A América Latina representa 36,0% dos resultados do Santander no mundo. Em 2009, a América Latina foi responsável por um lucro líquido de mais de € 3,2 bilhões.

Em 1957, o grupo do Banco Santander S.A. entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998

adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.), e em 2000 adquiriu o Banespa.

Com a compra do Banco Real, realizada em 24 de julho de 2007, e a posterior incorporação de suas ações em 29 de agosto de 2008, o Santander consolidou-se como o terceiro maior banco privado do País, e continuou a ocupar esta posição em 2009, pelo *ranking* por ativo total do Bacen. O Santander tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes - pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. A sua presença está estrategicamente concentrada nas regiões Sul e Sudeste, responsáveis pela maior fatia do Produto Interno Bruto nacional.

O Santander possui uma participação de mercado expressiva nessas regiões. Em 2009, o Santander possuía uma carteira de mais de 10,2 milhões de contas correntes de clientes ativos, 3.593 pontos de venda e 18.094 caixas eletrônicos, encerrando o ano de 2009 com um total de ativos de R\$ 316,0 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 69,3 bilhões.

O Santander possui uma participação de 20% dos resultados do grupo do Banco Santander S.A. no mundo e de 56% no resultado da América Latina.

#### 8.1.4. Agência Classificadora de Risco - Standard & Poor's

Com escritórios em 23 países e uma história de quase 150 anos, a Standard & Poor's é conhecida por investidores do mundo todo como líder serviços de inteligência no mercado financeiro. Atualmente, a Standard & Poor's dedica seus esforços para fornecer informações que facilitem a tomada de decisões de investimento baseadas em inteligência de mercado, na forma de *ratings* de crédito, índices, pesquisas de investimento e avaliações e soluções de riscos.

De maneira mais notável, a Standard & Poor's é conhecida como fornecedora independente de *ratings* de crédito. Em 2008, publicou mais de um milhão de novos *ratings* e revisões de *ratings*, e avaliou um total de US\$ 32 trilhões de dólares em títulos de dívida em mercado. A Standard & Poor's também é conhecida por manter um dos índices de ações *large-cap* (ações de empresas de grande valor de mercado) mais acompanhados: o Standard & Poor's 500. Em 2007, o Standard & Poor's 500 celebrou o seu 50º aniversário. Adicionalmente, o Standard & Poor's Global 1200 cobre cerca de 30 mercados que constituem aproximadamente 70% da capitalização de mercado global. Atualmente, há mais de US\$ 1,5 trilhão em ativos de investimento diretamente atrelados aos índices da Standard & Poor's, enquanto US\$ 5 trilhões em ativos são referenciados aos índices da Standard & Poor's - mais do que todas as empresas fornecedoras de índices combinadas.

Além disso, a divisão de avaliação de ações da Standard & Poor's é uma das maiores provedoras independentes de informação de investimentos do mundo, oferecendo análises fundamentalistas que cobrem mais de 2.000 empresas. É, também, líder na oferta de análises e informações sobre fundos de investimento.

#### 8.1.5. Auditoria - PWC

PWC é um conjunto de firmas separadas e independentes que trabalham de forma integrada na prestação de serviços de assessoria tributária e empresarial e de auditoria. As firmas que compõem o grupo econômico estão presentes em 153 (cento e cinquenta e três) países e congregam mais de 154.000 (cento e cinquenta e quatro mil) colaboradores e sócios em todo o mundo.

A PWC está presente no Brasil desde 1915, quando inaugurou seu primeiro escritório no Rio de Janeiro, possuindo cerca de 4.000 (quatro mil) profissionais distribuídos em 16 (dezesesseis) escritórios em todas as regiões brasileiras.

A PWC presta serviços de auditoria, consultoria tributária e societária, consultoria de negócios, com foco em segmentos econômicos específicos, em quatro áreas:

- Sustentabilidade empresarial;
- Gestão de riscos corporativos;
- Reestruturações organizacionais, fusões, aquisições e recuperação de empresas;
- Melhoria de processos e de desempenho, incluindo terceirização de funções contábeis e fiscais, entre outras.

#### 8.1.6. Assessores Legais - FreitasLeite Advogados

Escritório de advocacia empresarial formado em 1989, conta com ampla experiência e tradição nas áreas de mercado financeiro e de capitais. FreitasLeite busca fornecer uma assessoria legal de qualidade, abrangente e ágil, para seus clientes no Brasil e no exterior. O escritório tem, dentre seus clientes, dezenas de instituições financeiras, semelhantes e outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento. FreitasLeite é um assessor jurídico com forte participação em operações de securitização, tendo destacada participação na estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios.

### 8.2. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES

#### 8.2.1. Relacionamento entre a Administradora e o Custodiante

Além dos serviços que a Administradora e o Custodiante prestam ao Fundo, até a data deste Prospecto não existe qualquer outro relacionamento entre a Administradora e o Custodiante.

#### 8.2.2. Relacionamento entre a Administradora e a Agência Classificadora de Risco

Além dos serviços que a Administradora e o Custodiante prestam ao Fundo, na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de 5 (cinco) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios para os quais a Agência Classificadora de Risco presta os serviços de classificação de risco de cotas. Para cada fundo de investimento, a Agência Classificadora de Risco realiza uma proposta individualizada para a prestação dos serviços.

#### 8.2.3. Relacionamento entre a Administradora e os Auditores Independentes

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série, a Administradora atualmente não mantém relacionamento com os Auditores Independentes, sendo certo,

entretanto, que os Auditores Independentes poderão ser contratados no futuro para a prestação dos serviços de auditoria independente das contas de fundos de investimento administrados pela Administradora.

#### 8.2.4. Relacionamento entre o Custodiante e a Agência Classificadora de Risco

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série, o Custodiante atualmente mantém relacionamento com a Agência Classificadora de Risco, tendo em vista que a Agência Classificadora de Risco presta serviços de classificação de risco a outros fundos de investimento administrados ou cujos ativos são custodiados pelo Custodiante.

#### 8.2.5. Relacionamento entre o Custodiante e os Auditores Independentes

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série, o Custodiante atualmente mantém relacionamento com os Auditores Independentes, tendo em vista que os Auditores Independentes prestam serviços de auditoria independente das contas de outros fundos de investimento administrados ou cujos ativos são custodiados pelo Custodiante.

#### 8.2.6. Relacionamento entre o Gestor e a Administradora

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série, o Gestor atualmente não mantém relacionamento com a Administradora, sendo certo, entretanto, que o Gestor poderá ser contratado no futuro para a prestação dos serviços de gestão de carteiras de fundos de investimento administrados pela Administradora.

#### 8.2.7. Relacionamento entre o Gestor e o Custodiante

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série, alguns dos fundos de investimento cujas carteiras são geridas pelo Gestor contrataram o Custodiante para prestar os serviços de escrituração, custódia e controladoria.

Adicionalmente, alguns dos fundos de investimento cujas carteiras são geridas pelo Gestor são administrados pela CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.318.407/0001-19, e têm cotas distribuídas pela ABN AMRO Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.014.223/0001-49, ambas entidades relacionadas ao Custodiante.

Alguns dos fundos de investimento cujas carteiras são geridas pelo Gestor investem em emissões de renda fixa e variável do Banco Santander (Brasil) S.A. (acima qualificado), sendo certo que os investimentos em renda variável não caracterizam o controle do Banco Santander (Brasil) S.A. por parte destes fundos de investimento.

#### 8.2.8. Relacionamento entre o Gestor e a Agência Classificadora de Risco

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série, o Gestor atualmente não mantém relacionamento com a Agência Classificadora de Risco, sendo certo, entretanto, que a Agência Classificadora de Risco poderá ser contratada no futuro para a prestação de classificação de risco de outros fundos de investimento cujas carteiras são geridas pelo Gestor.

Entre 2006 e 2009, a Standard & Poor's prestou serviços de classificação de risco do Polo Precatório Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizado, fundo de investimento cuja carteira é gerida pelo Gestor.

#### 8.2.9. Relacionamento entre o Gestor e os Auditores Independentes

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série, alguns dos fundos de investimento cujas carteiras são geridas pelo Gestor contrataram os Auditores Independentes para auditarem as respectivas contas.

#### 8.2.10. Relacionamento entre a Agência Classificadora de Risco e os Auditores Independentes

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série, a Agência Classificadora de Risco atualmente mantém relacionamento com os Auditores Independentes, tendo em vista que os Auditores Independentes prestam serviços de auditoria independente das contas de outros fundos de investimento cuja classificação de risco é avaliada pela Agência Classificadora de Risco.

Não há nenhuma outra relação comercial relevante entre os participantes do Fundo que poderia de alguma forma resultar em um conflito de interesses entre os participantes. Reforçamos que as partes possuem completa independência na realização de suas respectivas atividades no âmbito do Fundo.

### 8.3. CONFLITOS DE INTERESSE

De uma forma geral, os Fatores de Risco apresentados neste Prospecto (páginas 88 a 94) descrevem os possíveis conflitos de interesses resultantes do relacionamento entre as partes na prestação dos serviços para o Fundo. Neste sentido, foram celebrados contratos, descritos neste Prospecto (página 114), para regular o relacionamento entre os participantes.

A Sabemi atuará como Cedente, agente de recebimento e agente cobrador dos Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas. Entende-se, portanto, que os principais conflitos da estrutura proposta ficam estabelecidos na obrigatoriedade de repasse dos valores referentes à liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e à efetiva cobrança dos recebíveis que porventura se tornem inadimplidos em favor dos Cotistas.

Não obstante, tendo em vista que a totalidade das Cotas Subordinadas Ordinárias será adquirida pelo Cedente, este é, portanto, parte interessada no correto funcionamento do Fundo.

Não existem conflitos de interesses entre os envolvidos nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

#### 8.4. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO

Destacamos abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo Fundo.

##### 8.4.1. Contrato de Cessão ou Termo de Cessão

É o instrumento celebrado entre o Fundo, por meio da Administradora, e a Sabemi, com a interveniência do Custodiante, em 11 de maio de 2011, para a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis. A aquisição ou a cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito, sem direito de regresso contra a Sabemi, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

##### 8.4.2. Contrato de Cobrança e Depósito

O Contrato de Cobrança e Depósito, celebrado em 11 de maio de 2011 entre o Fundo, representado pela Administradora, e a Sabemi, com a interveniência do Custodiante, tem por objeto a prestação dos serviços de cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis passíveis de cobrança de titularidade do Fundo, bem como guarda, manutenção, armazenamento, organização e custódia de todos os Documentos Representativos de Crédito, observados os procedimentos e os critérios definidos no referido contrato.

##### 8.4.3. Contrato de Custódia

Contrato celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e o Custodiante, com a interveniência da Administradora e do Gestor, em 4 de maio de 2011, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos direitos de crédito e ativos financeiros integrantes da Carteira, bem como sua supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do Fundo.

##### 8.4.4. Contrato de Gestão

Contrato celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e o Gestor, o qual tem por objeto a delegação ao Gestor dos poderes de gestão da Carteira, em 10 de maio de 2011, de modo que possa, ora em diante, intervir na constituição da sua Carteira, com observância às restrições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e segundo a política de investimento estabelecidas no Regulamento.

##### 8.4.5. Contrato de Concessão de Assistência Financeira

O contrato de concessão de assistência financeira concedida pela Sabemi aos Segurados - titulares de (i) seguro de acidentes pessoais, o qual garante o pagamento de uma indenização aos seus beneficiários, em caso de morte decorrente de acidente coberto, e (ii) plano de previdência privada, que celebraram contrato de Assistência Financeira com a Sabemi como um meio de auxiliar o complemento da respectiva renda, visando ao pagamento de impostos, quitação de dívidas, dentre outros -, consistente de empréstimo conferido pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento, dando origem aos Direitos de Crédito.



#### 8.4.6. Convênio Sabemi

O convênio celebrado entre a Sabemi e a Sabemi Previdência Privada em 02 de março de 2010, por meio do qual a Sabemi autoriza a Sabemi Previdência Privada a proceder em sua própria rubrica de consignação junto aos Entes Públicos Conveniados para desconto em folha de pagamento, descontos de parcelas de Assistência Financeira concedidas, e a receber os respectivos valores.

\* \* \*

## ANEXO I - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

01

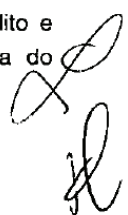
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
MANTO 11029327

27 ABR 2003 10:37:79

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**  
CNPJ/MF nº 52.904.364/0001-08

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**

1. Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários ("**Administrador**"), resolve:
  - i Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("**Instrução CVM nº 356/01**"), em regime de condomínio fechado, que será denominado **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I ("Fundo")**;
  - ii Aprovar o regulamento do Fundo, que segue anexo ao presente instrumento de constituição ("**Regulamento**");
  - iii Nomear como Diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo o Sr. Ricardo Augusto Leão Martins, brasileiro, separado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 03.640.583-5, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 667.161.447-49, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Av. Rio Branco, nº 110, 32º andar, Centro, CEP 20040-001;
  - iv Assumir as funções de administrador do Fundo, bem como de responsável pela distribuição das cotas do Fundo;
  - v Deliberar sobre a contratação das seguintes instituições: (i) **POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, salas 1001 a 1010, Leblon, CEP 22440-033, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.451.668/0001-79, devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório CVM nº 7.162, de 19 de março de 2003, para assumir a função de gestor da carteira do Fundo ("**Gestor**"); (ii) **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, para a prestação dos serviços de custódia qualificada, escrituração, controladoria e liquidação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros (conforme definidos no Regulamento) integrantes da carteira do



JOE r2

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
MACROECONOMIA

27 ABR 2009 003409779

Fundo, de forma a cumprir com o Artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01; (iii) **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo; e (iv) **STANDARD & POOR'S RATING SERVICES (MCGRAW-HILL INTERAMERICANA DO BRASIL LTDA.)**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, para ser responsável pela classificação de risco das cotas seniores e cotas subordinadas preferenciais de emissão do Fundo;

- vi Deliberar sobre a distribuição pública de cotas da primeira série do Fundo, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM nº 400/03**"), totalizando o montante de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), composta por 65.000 (sessenta e cinco mil) Cotas Seniores, de valor inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da regulamentação expedida pela CVM, bem como aos demais fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.
- vii A totalidade das Cotas Subordinadas Ordinárias do Fundo, a ser emitida em lote único e indivisível, será subscrita e integralizada única e exclusivamente pela Sabemi Seguradora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.163.234/0001-38.
- viii A oferta pública de distribuição das Cotas Subordinadas Preferenciais do Fundo será realizada mediante esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
- ix A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 22.750 (vinte e duas mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo, consequentemente 12.250 (doze mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas (sendo 5.250 (cinco mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Preferenciais e 7.000 (sete mil) Cotas Subordinadas Ordinárias), poderá se dar por encerrado o período de distribuição de Cotas Seniores da 1ª Emissão do Fundo. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo 3º do artigo 33 do Regulamento.
- x As Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais do Fundo serão registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("**CETIP**"). Ainda, as Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais emitidas pelo Fundo serão registradas para negociação no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP. As Cotas do Fundo deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início da oferta pública de distribuição das cotas do Fundo respectivo e no boletim de subscrição das cotas do Fundo, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do protocolo na CVM dos documentos referidos no Artigo 20, Parágrafo 1º, da Instrução CVM nº 356/01 ("**Prazo de Distribuição**"). A integralização, a amortização e o resgate de Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica



27 ABR 003409779

disponível. O valor mínimo inicial de aplicação por investidor é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não havendo valores mínimos para a aplicação subsequente no Fundo, nem valor máximo de aplicação no Fundo; e.

- xi Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM nº 356/01 e pela Instrução CVM nº 400/03, para a obtenção do registro automático para funcionamento do Fundo e da distribuição pública das cotas seniores emitidas pelo Fundo.
2. Estando, assim, deliberado o presente instrumento de constituição, vai o presente assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 27 de abril de 2011.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por: **José Roberto Matias**  
Cargo: **Procurador**

Por: **Lúcia Looze**  
Cargo: **Procurador**

Antonio J. Almeida  
Substituto

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP: 04013-000 - São Paulo/SP

Estado	R\$ 7.052,99	Protocolado e prenotado sob o n. 3.409.781 em
Ipesp	R\$ 2.004,54	27/04/2011 e registrado, hoje, em microfilme
R. Civil	R\$ 1.484,84	sob o n. 3.409.779, em títulos e documentos.
T. Justiça	R\$ 371,21	São Paulo, 27 de abril de 2011
Total	R\$ 371,21	
Selos e taxas Recolhidos p/verba	R\$ 11.284,79	

Paulo Roberto de Carvalho Rego - Oficial  
Antonio Jose da Silva Almeida - Oficial Substituto

3

TP Oficial de Registro de Tít. e Docs.  
Confirmando e Registrado Por:  
Charles da Silva Pedro

1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS/SP  
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

27 ABR 2003 409779

ANEXO  
REGISTRADO

REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I



ANEXO II - INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente),

CONSIDERANDO QUE até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de cotas de emissão do Fundo, cabendo, assim, única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo ("Regulamento"),

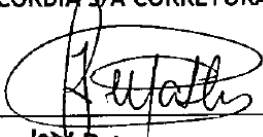
RESOLVE:

a) aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 03 de maio de 2011.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por:   
Cargo: **José Roberto Matias  
Procurador**


Por:   
Cargo: **Lúcia Locaspi  
Procurador**

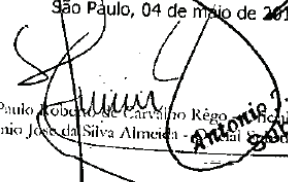


1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP  
Emol. R\$ 250,96 Protocolado e prenotado sob o n. **3.410.449** em  
Estado R\$ 71,48 **04/05/2011** e registrado, hoje, em microfilme  
Ipsesp R\$ 52,86 sob o n. **3.410.447** em títulos e documentos.  
R. Civil R\$ 13,38 Averbado à margem do registro n. **3409779**  
T. Justiça R\$ 13,38 São Paulo, 04 de maio de 2011

Total R\$ 402,06

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

 1º Oficial de Registro de Tít. e Docs.  
Conferido e Registrado Por:  
Charles da Silva Pedro

  
Paulo Roberto de Carvalho Régio  
Antonio José da Silva Almeida - Substituto



2

PORTAL DE SERVIÇOS E TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DO FUNDO DE INVESTIMENTO

ANEXO I

- 4 MAI 003410447

REGISTRADO

**REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**



ANEXO III - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente),

CONSIDERANDO QUE até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de cotas de emissão do Fundo, cabendo, assim, única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo ("Regulamento"),


RESOLVE:

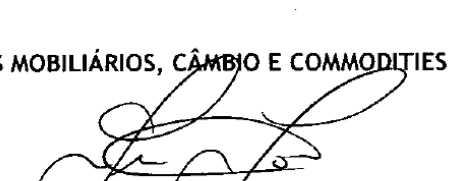
a) aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.

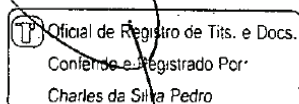
Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 09 de maio de 2011.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por:   
Cargo: **Ricardo Gattal**  
**Diretor**

Por:   
Cargo: **Luis Locaspi**  
**Procurador**



**Antonio J. S. Almeida**  
Estado de São Paulo  
R. Civil  
T. Justiça

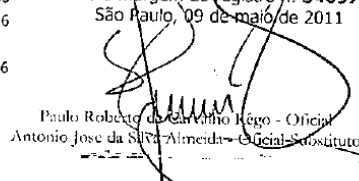


Total

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP: 01013-000 - São Paulo/SP  
R\$ 254,33 Protocolado e prenotado sob o n. 3.410.947 em  
R\$ 72,44 09/05/2011 e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 53,57 sob o n. 3.410.945, em títulos e documentos.  
R\$ 13,56 Averbado à margem do registro n. 3409779  
R\$ 13,56 São Paulo, 09 de maio de 2011

R\$ 407,46

Seios e taxas  
Recolhidos  
p/verba

  
Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial  
Antonio Jose da Silva Almeida - Oficial Substituto

02

ANEXO I



**REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**

A handwritten signature in dark ink, consisting of a stylized, cursive letter 'P' followed by a loop.

ANEXO IV - INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente),

CONSIDERANDO QUE até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de cotas de emissão do Fundo, cabendo, assim, única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo ("Regulamento"),

RESOLVE:

a) aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 13 de maio de 2011.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por:

Cargo:

*Ricardo Gattai*  
Diretor

Por:

Cargo:

*Luiz Loospi*  
Procurador

*Antonio J. S. Almeida*  
Substituto



Emol. R\$ 240,84  
Estado R\$ 68,60  
Ipsesp R\$ 50,73  
R. Civil R\$ 12,85  
T. Justiça R\$ 12,85  
Total R\$ 385,87  
Selos e taxas Recolhidos p/verba

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP: 01013-000 - São Paulo/SP  
R\$ 240,84 Protocolado e prenotado sob o n. 3.411.441 em  
13/05/2011 e registrado, hoje, em microfilme  
sob o n. 3.411.439, em títulos e documentos.  
Averbado a margem do registro n.  
3409779/27/04/2011  
São Paulo, 13 de maio de 2011

Oficial de Registro de Tít. e Docs.  
Conferido e Registrado Por  
Charles da Silva Pedro

Paulo Roberto da Carvalho Rego - Oficial  
Antonio Jose da Silva Almeida - Oficial Substituto

13MAY2011 003411439

1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS/SP

ANEXO I

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

13 MAI 003411439

REGISTRADO

**REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**



ANEXO V - INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO



22 JUN 003415270

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente),

CONSIDERANDO QUE até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de cotas de emissão do Fundo, cabendo, assim, única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo ("Regulamento"),

**RESOLVE:**

- a) aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 21 de junho de 2011.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por:   
Cargo: **Jose Roberto Matias  
Procurador**

Por:   
Cargo: **Luis Loanepl  
Procurador**

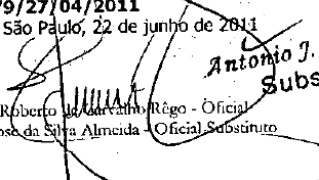


Emol.  
Estado  
Ipsesp  
R. Civil  
T. Justiça

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP: 01013-000 - São Paulo/SP  
R\$ 250,57 Protocolado e prenotado sob o n. **3.415.272** em  
R\$ 71,37 **22/06/2011** e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 52,78 sob o n. **3.415.270**, em títulos e documentos.  
R\$ 13,36 Averbado à margem do registro n.  
R\$ 13,36 **3409779/27/04/2011**  
São Paulo, 22 de junho de 2011

Total R\$ 401,44

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

  
**Antonio J. S. Almeida  
Substituto**  
Paulo Roberto da Silva Almeida - Oficial  
Antonio Jose da Silva Almeida - Oficial Substituto

1  
1º Oficial de Registro de Tít. e Docs.  
Conferido e Registrado Por:  
Charles da Silva Pedro

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS 32  
M. T. R. L. M. 100.000.000

22 JUN 2003 15:27

REGISTRADO

ANEXO I

REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I

2

ANEXO VI - INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
FUNDO

-1 JUN 003413244

CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES  
CNPJ/MF nº 52.904.364/0001-08

INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO  
INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Libero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente),

CONSIDERANDO QUE até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de cotas de emissão do Fundo, cabendo, assim, única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca da contratação de prestadores de serviços ao Fundo,

RESOLVE:

a) retificar o item "v" do Instrumento Particular de Constituição do Fundo, datado de 27 de abril de 2011, o qual se encontra registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 003409779, de 27 de abril de 2011 ("Instrumento de Constituição"), de modo a substituir a KPMG Auditores Independentes, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, pela **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, 9º, 10º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º andares, Torre Torino, Água Branca, CEP 05001-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20, na qualidade de responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo, de modo a que o referido item tenha a seguinte redação:

- v *Deliberar sobre a contratação das seguintes instituições: (i) **POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, salas 1001 a 1010, Leblon, CEP 22440-033, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.451.668/0001-79, devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório CVM nº 7.162, de 19 de março de 2003, para assumir a função de gestor da carteira do Fundo ("Gestor");*

000 02

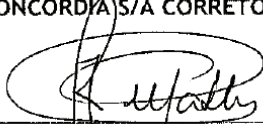
(ii) **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, para a prestação dos serviços de custódia qualificada, escrituração, controladoria e liquidação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros (conforme definidos no Regulamento) integrantes da carteira do Fundo, de forma a cumprir com o Artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01; (iii) **PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo; e (iv) **STANDARD & POOR'S RATING SERVICES (MCGRAW-HILL INTERAMERICANA DO BRASIL LTDA.)**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, para ser responsável pela classificação de risco das cotas seniores e cotas subordinadas preferenciais de emissão do Fundo;


b) ratificar, de modo que restem inalterados e convalidados, os demais termos e condições do Instrumento de Constituição, restando certo que o respectivo Anexo I mantém a redação que lhe foi dada pelo Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo, conforme aprovado pela Administradora em 13 de maio de 2011, tendo sido registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 003411439, em 13 de maio de 2011.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 31 de maio de 2011.

CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Por:   
Cargo: **José Roberto Matias**  
**Procurador**

Por:   
Cargo: **Luis Locaspi**  
**Procurador**

REGISTRADO

-1 JUN 2011 003413244

**Antonio J. S. Almeida**  
**Substituto**

**1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e**  
**Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25**  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP

R\$ 24,77 Protocolado e prenotado sob o n. **3.413.246** em  
R\$ 7,05 **01/06/2011** e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 5,21 sob o n. **3.413.244**, em títulos e documentos.  
R\$ 1,31 Averbado à margem do registro n.  
R\$ 1,31 **3409779/27/04/2011**  
São Paulo, 01 de junho de 2011

Total R\$ 39,65

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial  
Antonio Jose da Silva Almeida - Oficial Substituto

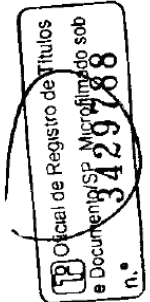
2

**1º Oficial de Registro de Tít. e Docs.**  
Conferido e Registrado Por:  
Charles da Silva Pedro

ANEXO VII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DA SEGUNDA SÉRIE DE COTAS SENIORES E DE  
EMISSÃO DE COTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE  
EMIÇÃO DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES E DE  
EMIÇÃO DE COTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS DO**

**POLO CRÉDITO CONSIGNADO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**



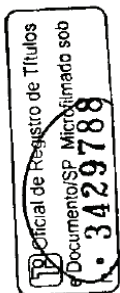
Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente),

**CONSIDERANDO** que, nos termos do Artigo 33 do regulamento do Fundo, devidamente aprovado em 21 de junho de 2011, registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 22 de junho de 2011, sob nº 003415270 ("Regulamento"), a Administradora pode, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, independentemente de aprovação dos cotistas do Fundo, emitir novas cotas do Fundo, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM nº 356/01"), e os limites estipulados no Regulamento;

**CONSIDERANDO** que a Administradora deseja realizar a oferta pública de distribuição das cotas seniores da 2ª série do Fundo ("Cotas Seniores"), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400/03"), totalizando o montante de até 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) novas Cotas Seniores, no valor de R\$ 1.000 (um mil reais) cada uma, perfazendo o total da referida oferta o valor de até R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais), cujas demais características encontram-se descritas na minuta do Suplemento nº 02 ao Regulamento ("Suplemento"), o qual segue anexo ao Regulamento aprovado pelo presente instrumento, nos termos do Anexo I abaixo;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

**RESOLVE** a Administradora retificar e ratificar o Regulamento, nos termos a seguir explicitados, inclusive para nele acrescentar o Suplemento, a fim de promover a devida emissão dos referidos valores mobiliários:



1) Fica aprovada a oferta pública de distribuição de Cotas Seniores da 2ª série do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, totalizando o montante de até R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais), composta por até 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores, de valor inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da regulamentação expedida pela CVM, bem como aos demais fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios, nos termos do Suplemento anexo ao presente instrumento e que passa a ser parte integrante do Regulamento;

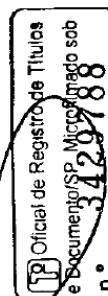
2) Em virtude do disposto no item 1) acima e em atendimento à Razão de Garantia estabelecida no Artigo 45 do Regulamento, serão emitidas pelo Fundo, outrossim, (i) até 11.250 (onze mil duzentas e cinquenta) cotas subordinadas preferenciais ("**Cotas Subordinadas Preferenciais**"), e (ii) até 15.400 (quinze mil e quatrocentas) cotas subordinadas ordinárias ("**Cotas Subordinadas Ordinárias**") e, em conjunto com as Cotas Subordinadas Preferenciais, as "**Cotas Subordinadas**". As Cotas Subordinadas Preferenciais terão valor inicial de R\$ 1.068,94 (um mil e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos), conforme o respectivo valor unitário verificado em 22 de novembro de 2011. O valor das Cotas Subordinadas Preferenciais será atualizado, devendo ser utilizado, para fins de emissão, o valor de abertura da Cota Subordinada Preferencial em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor;

3) Considerando que (i) em atendimento ao Parágrafo 2º do Artigo 28 do Regulamento, a primeira oferta pública de distribuição de Cotas Subordinadas Preferenciais foi realizada mediante esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM nº 476/09**"), tendo sido encerrada em 07 de outubro de 2011, (ii) o Artigo 9º da Instrução CVM nº 476/09 determina que, a menos que registrada na CVM, uma oferta pública de distribuição de valores mobiliários realizada mediante esforços restritos de colocação não pode ser sucedida por outra oferta pública de distribuição realizada sob o mesmo regime antes de decorridos 4 (quatro) meses da data do encerramento da primeira oferta ("**Período de Lock-Up**"), e (iii) haja vista o descrito no item (i) acima, o Período de Lock-Up não fora finalizado até a presente data, a nova oferta pública de distribuição de Cotas Subordinadas Preferenciais será realizada nos termos da Instrução CVM nº 400/03, sendo, portanto, registrada na CVM.



4) As Cotas Subordinadas Ordinárias serão distribuídas publicamente em lote único e indivisível, nos termos do Artigo 5º, II, da Instrução CVM nº 400/03, e destinadas única e exclusivamente à Sabemi Seguradora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.163.234/0001-38.

5) A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 9.750 (nove mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores da 2ª série do Fundo e, considerando a Razão de Garantia, 5.250 (cinco mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas (sendo 2.250 (duas mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Preferenciais e 3.000 (três mil) Cotas Subordinadas Ordinárias), poderá se dar por encerrado o período de distribuição de Cotas Seniores da 2ª série do Fundo. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Parágrafo 3º do Artigo 33 do Regulamento.



6) As Cotas Seniores da 2ª Série e as Cotas Subordinadas Preferenciais do Fundo serão registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"). Ainda, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Preferenciais serão registradas para negociação no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP. As cotas do Fundo deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início da oferta pública de distribuição das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Preferenciais e no respectivo boletim de subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do protocolo na CVM dos documentos referidos no Artigo 20, Parágrafo 1º, da Instrução CVM nº 356/01. A integralização, a amortização e o resgate de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Preferenciais podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível. Será admitida a integralização total ou parcial, bem como a amortização e/ou o resgate de Cotas Subordinadas Ordinárias em direitos de crédito que se enquadrem na política de investimento do Fundo. O valor mínimo inicial de aplicação por investidor é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não havendo valores mínimos para a aplicação subsequente no Fundo, nem valor máximo de aplicação no Fundo.

5) Adicionalmente, retifica-se a definição de "Data de Verificação", constante do item 30 do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento, a fim de que esta fique em consonância com o Artigo 9º, Parágrafo 1º, inciso IX, do Regulamento, de modo a que o referido dispositivo passe a vigorar com a seguinte nova redação:

30. Data de Verificação: o último Dia Útil de cada mês;

6) Ratificar e consolidar todas as demais cláusulas e condições do Regulamento, ora aprovado e promulgado, conforme documento anexo, que incorpora o teor do presente instrumento e o Suplemento referente à 2ª série de Cotas Seniores.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 29 de novembro de 2011.

**José Roberto Matias**  
Procurador


**Ricardo Gattai**  
Diretor


**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE  
VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES  
ADMINISTRADORA DO FUNDO**

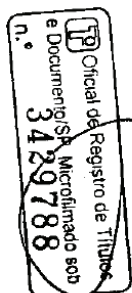
Por:  
Cargo:

Por:  
Cargo:

Testemunhas:

1.   
Nome: **Caroline da Silva**  
RG: RG: 35.005.882-9 - SSP/SP  
CPF: 386.217.238-40

2.   
Nome: **Daniel Franco**  
RG: RG. 38.449.542-6 SSP/SP  
CPF: 277.180.548-02



**1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25**  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP: 01013-000 - São Paulo/SP  
Emol. R\$ 5.703,84 Protocolado e prenotado sob o n. **3.430.375** em  
Estado R\$ 1.621,10 **30/11/2011** e registrado, hoje, em microfilme  
Ipsp R\$ 1.200,81 sob o n. **3.429.788**, em títulos e documentos.  
R. Civil R\$ 300,21 Averbado à margem do registro n.  
T. Justiça R\$ 300,21 **3409779/27/04/2011**  
São Paulo, 30 de novembro de 2011  
Total R\$ 9.126,17  
Solos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

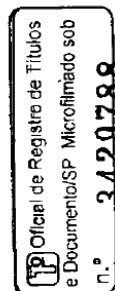
**Paulo Roberto de Carvalho** (Rgo - Oficial)  
**Antonio Jose da Silva Almeida** - Oficial Substituto

**Antonio J. S. Almeida**  
Substituto

**TP** Oficial de Registro de Tts. e Docs.  
Conferido por:  
☐ Charles S. Pedro

**ANEXO I – REGULAMENTO DO FUNDO**

(contendo o Suplemento nº 02, referente à 2ª Série de Cotas Seniores do Fundo)

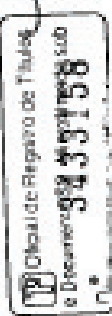


ANEXO VIII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO

01

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Libero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente), haja vista a necessidade do atendimento às exigências formuladas pela CVM nos termos (i) do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 1271, de 15 de dezembro de 2011, e (ii) do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 1280, de 20 de dezembro de 2011, a Administradora, diante da permissão conferida pelo Artigo 46, Parágrafo Único, do regulamento do Fundo ("Regulamento"), bem como pelo Artigo 26, Parágrafo Único, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, **RESOLVE** aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.



Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 10 de janeiro de 2012

<p><b>José Roberto Matias</b> Procurador</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>	<p><b>Luis Locatelli</b> Procurador</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>
<p><b>CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES</b></p>	
<p>Por: <b>Carmem da Silva</b> Cargo: RG-25.095.882-9 - SSP/SP CPF 385.217.238-40</p>	<p>Por: <b>Adalberto Camilo Monteiro</b> Cargo: CPF: 089.458.348-42 RG: 17.457.030-2 SSP/SP</p>

**Ofício de Registro de Títulos e Documentos**  
**Cartório de Protestos Jurídicos da Capital - CNPJ: 13.564.000/0001-15**  
 Rua XV de Novembro, 149 - 7º andar - Centro - CEP: 01001-000 - São Paulo/SP

Em 27/01/2012, protocolado e prenotado sob o n.º 3433158 em 18/01/2012, registrado, hoje, em eletrônico sob o n.º 3.433.158, em duas (2) vias, e uma (1) via original, averbado à margem do registro n.º 3433158 em 27/01/2012.

São Paulo, 10 de janeiro de 2012.

**Total: R\$ 425,85**

Sócio e Taxas  
 Recolhido  
 Averba

*[Assinatura]*  
**Daniel Carlos Mendes Oliveira**  
 Suplente

*[Assinatura]*  
**Adalberto Camilo Monteiro**  
 Procurador

02

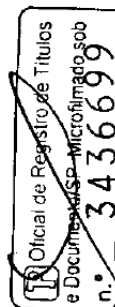
## ANEXO I

### REGULAMENTO DO POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I



ANEXO IX - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEXTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEXTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**



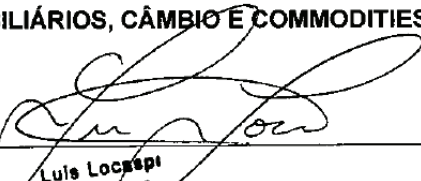
Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Libero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("**Administradora**" e "**Fundo**", respectivamente), haja vista a necessidade do atendimento às exigências formuladas pela CVM nos termos do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 050, de 1º de fevereiro de 2012, a Administradora, diante da permissão conferida pelo Artigo 46, Parágrafo Único, do regulamento do Fundo ("**Regulamento**"), bem como pelo Artigo 26, Parágrafo Único, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, **RESOLVE** aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento assinado.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2012.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por:   
Cargo: **José Roberto Matias**  
**Procurador**

Por:   
Cargo: **Luis Locaspi**  
**Procurador**



Emol.  
Estado  
Ipsesp  
R. Civil  
T. Justiça

Total R\$ 430,15


Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP. 01014-000 - São Paulo/SP  
R\$ 268,65 Protocolado e prenotado sob o n. **3.437.781** em  
R\$ 76,25 **14/02/2012** e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 56,61 sob o n. **3.436.699**, em títulos e documentos.  
R\$ 14,32 Averbado à margem do registro n. **3409779**  
R\$ 14,32 em **27/04/2011**

São Paulo, 14 de fevereiro de 2012

Paulo Roberto de Carvalho Rego - Oficial  
Danilo de Moraes Oliveira - Oficial Substituto

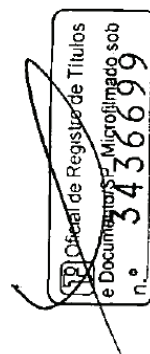
**OSEIAS FERREIRA NOBRE FILHO**  
**Substituto**

 Oficial de Registro de Tít. e Docs.  
Conferido  
Charles da Silva Pedro

1



## ANEXO X - REGULAMENTO DO FUNDO



## REGULAMENTO

DO

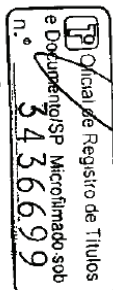
**POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**

A handwritten signature, possibly of a legal representative, located at the bottom right of the page.

- 1 -

## ÍNDICE

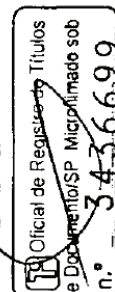
CAPÍTULO I – DO FUNDO, DEFINIÇÕES E PÚBLICO ALVO .....	3 -
CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS DO FUNDO .....	11 -
CAPÍTULO III – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA .....	12 -
CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO .....	13 -
CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE .....	15 -
CAPÍTULO VI – DA ADMINISTRAÇÃO .....	16 -
CAPÍTULO VII – DA SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA .....	18 -
CAPÍTULO VIII – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA .....	19 -
CAPÍTULO IX – DA GESTÃO .....	19 -
CAPÍTULO X – DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO .....	20 -
CAPÍTULO XI – DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS DO FUNDO .....	22 -
CAPÍTULO XII – DA POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS .....	22 -
CAPÍTULO XIII – DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO .....	25 -
CAPÍTULO XIV – DOS FATORES DE RISCO .....	32 -
CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE COTAS .....	39 -
CAPÍTULO XVI – DA RESERVA DE FUNGIBILIDADE E DA RESERVA DE LIQUIDEZ .....	44 -
CAPÍTULO XVII – DA RAZÃO DE GARANTIA .....	45 -
CAPÍTULO XVIII – DA ASSEMBLEIA GERAL .....	46 -
CAPÍTULO XIX – DOS EVENTOS DE SUSPENSÃO DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO .....	49 -
CAPÍTULO XX – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO .....	49 -
CAPÍTULO XXI – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO .....	51 -
CAPÍTULO XXII – DOS ENCARGOS DO FUNDO .....	54 -
CAPÍTULO XXIII – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS .....	55 -
CAPÍTULO XXIV – DA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO .....	56 -
CAPÍTULO XXV – DO FORO .....	56 -
ANEXO I – SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES .....	58 -
ANEXO II – TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO .....	61 -
ANEXO III – DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO POR AMOSTRAGEM .....	63 -
ANEXO IV – LIMITE MÁXIMO DE CONCENTRAÇÃO POR ENTE PÚBLICO CONVENIADO, EM TERMOS PERCENTUAIS, COM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO .....	64 -
ANEXO V – SUPLEMENTO DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES .....	65 -



**REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**

**CAPÍTULO I – DO FUNDO, DEFINIÇÕES E PÚBLICO ALVO**

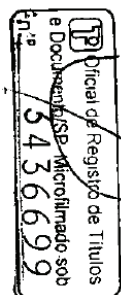
**Artigo 1º:** O **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I** é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.



**Parágrafo 1º:** Para o efeito do disposto no presente Regulamento e nas disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, considera-se:

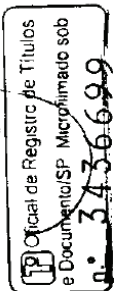
1. Administradora: a **Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08;
2. Agência Classificadora de Risco: a agência classificadora de risco das Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais do Fundo;
3. Agente de Escrituração: o Banco Santander (Brasil) S.A., com sede na com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, Bloco A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42;
4. Assembleia Geral de Cotistas: a assembleia geral de cotistas do Fundo;
5. Assistência Financeira: os contratos de concessão de assistência financeira celebrados pela Sabemi com os Segurados, consistentes de empréstimos concedidos pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento;
6. Ativos Financeiros: ativos detidos pelo Fundo que não sejam Direitos de Crédito e estejam entre aqueles mencionados no artigo 5º deste Regulamento;
7. BACEN: o Banco Central do Brasil;
8. Bancos Conveniados: bancos junto aos quais os Segurados possuem conta-corrente na qual é realizado o desconto das parcelas da Assistência Financeira, e que realizam o repasse dos respectivos valores à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada;
9. CDI: Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - "over extragrupo", expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela CETIP (abaixo definida);

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a loop.



10. Cedente: a Sabemi, abaixo definida;
11. CETIP: CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
12. Circular SUSEP 320: a Circular SUSEP nº 320, de 02 de março de 2006 e suas alterações posteriores;
13. Condições de Cessão: as condições de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo;
14. Contrato de Cessão: o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito sem Coobrigação e Outras Avenças celebrado 11 de maio de 2011 entre o Fundo e a Sabemi, com a interveniência do Custodiante;
15. Contrato de Cobrança e Depósito: o contrato de cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos e de depósito dos Direitos de Crédito, celebrado em 11 de maio de 2011 entre o Fundo, representado pelo Administrador e a Sabemi, com a interveniência do Custodiante;
16. Contrato de Concessão de Assistência Financeira: o contrato de concessão de assistência financeira concedida pela Sabemi aos Segurados, dando origem aos Direitos de Crédito, consistente de empréstimo conferido pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento;
17. Contrato de Custódia: o contrato de prestação de serviços qualificados para fundo(s) de investimento - custódia qualificada e controladoria de Ativos e Passivo celebrado em 4 de maio de 2011 entre a Administradora, o Custodiante, a Sabemi e o Gestor;
18. Contrato de Gestão: o contrato de prestação de serviços de gestão da carteira do Fundo celebrado em 10 de maio de 2011 entre o Fundo, representado pela Administradora, e o Gestor;
19. Convênio Sabemi: o convênio celebrado entre a Sabemi e a Sabemi Previdência Privada, por meio do qual a Sabemi autoriza a Sabemi Previdência Privada a proceder em sua própria rubrica de consignação junto aos Entes Públicos Conveniados para desconto em folha de pagamento, descontos de parcelas de Assistência Financeira concedidas, e a receber os respectivos valores;
20. Cotas: as cotas de emissão do Fundo;
21. Cotas Seniores: as cotas seniores do Fundo;

22. Cotas Subordinadas: as Cotas Subordinadas Ordinárias e as Cotas Subordinadas Preferenciais quando referidas em conjunto;
23. Cotas Subordinadas Ordinárias: são aquelas Cotas que se subordinam às Cotas Subordinadas Preferenciais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos resultados da carteira do Fundo;
24. Cotas Subordinadas Preferenciais: são aquelas Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos resultados da carteira do Fundo;
25. Cotistas: os investidores que venham adquirir Cotas de emissão do Fundo;
26. Crítérios de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
27. Custodiante: o Banco Santander (Brasil) S.A., com sede na com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, Bloco A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42
28. CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;
29. Data de Emissão: a data em que os recursos decorrentes da integralização de determinada Série de Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas Preferenciais e/ou de Cotas Subordinadas Ordinárias, em moeda corrente nacional, ou os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo por ocasião da integralização de Cotas Subordinadas Ordinárias, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
30. Data de Verificação: o último Dia Útil de cada mês;
31. Dia Útil: segunda a sexta-feira, exceto feriados no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na praça de sede da Administradora.
32. Direitos de Crédito: direitos de crédito oriundos de contratos de concessão de assistência financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, consistentes de empréstimos conferidos pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320;

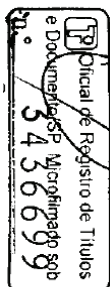


A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a loop and a horizontal stroke.

33. Direitos de Crédito Elegíveis: os Direitos de Crédito que atendam cumulativamente (i) às Condições de Cessão e (ii) aos Critérios de Elegibilidade, bem como que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão;
34. Direitos de Crédito Inadimplidos: os Direitos de Crédito Elegíveis que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;
35. Documentos Representativos do Crédito: os convênios firmados entre a Sabemi e a Sabemi Previdência Privada e os Entes Públicos Conveniados e os contratos de concessão de assistência financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320;
36. Entes Públicos Conveniados: pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais e/ou municipais que mantenham convênio firmado com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada, dentre os quais o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil, a Aeronáutica, o SIAPE e o INSS;
37. Eventos de Avaliação: as situações descritas no Capítulo XX deste Regulamento;
38. Eventos de Liquidação: as situações descritas no Capítulo XXI deste Regulamento;
39. Eventos de Suspensão de Aquisição de Direitos de Crédito: as situações descritas no Capítulo XIX deste Regulamento;
40. Fundo: o **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**;
41. Gestor: **Polo Capital Gestão de Recursos Ltda.**, com sede na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22440-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.451.668/0001-79, autorizada pela CVM a prestar os serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, nos termos do meio do Ato Declaratório CVM nº 7.162, de 19 de março de 2003;
42. Índice de Excesso de Spread: é o índice utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo, apurado em cada Data de Verificação de acordo com a seguinte fórmula:

$$ES = \left\{ \left[ 1 + \frac{RDC_D + ROA_D - RCS_D - D_D}{DC_D + OA_D} \right]^{12} - 1 \right\} \times 100$$

onde:



RDC<sub>D</sub>: somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Direitos de Crédito adimplentes pertencentes ao Fundo apropriados no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo;

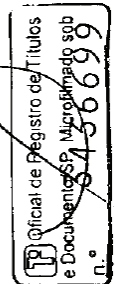
ROA<sub>D</sub>: somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Ativos Financeiros pertencentes ao Fundo, apropriados no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo;

RCS<sub>D</sub>: somatório do valor contábil da remuneração das Cotas Seniores em circulação apropriada no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo;

D<sub>D</sub>: somatório do valor contábil das despesas incorridas pelo Fundo no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo, excluindo-se a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD).

DC<sub>D</sub>: somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito adimplentes pertencentes ao Fundo na data referencial de cálculo; e

OA<sub>D</sub>: somatório do valor contábil dos Ativos Financeiros pertencentes ao Fundo na data referencial de cálculo.



43. Índice de Atraso: O Índice de Atraso utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Atraso_{F,D} = \left( \frac{PNP_{F,D}}{PT_D} \right)$$

onde:

Atraso<sub>F,D</sub>: Índice de Atraso calculado para a faixa "F" na Data de Verificação.

PT<sub>D</sub>: somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito na Data de Verificação, sendo Direitos de Crédito a vencer e vencidos e não pagos por até 180 (cento e oitenta) dias, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativos a Contratos de Concessão de Assistência Financeira integralmente provisionados, nos termos da Resolução n.º 2.682, integrantes da carteira do Fundo.

PNP<sub>F,D</sub>: somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes a Contratos de Concessão de Assistência Financeira que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à Data de Verificação, vencido e não pago conforme a respectiva faixa de atraso F.

D: Data de Verificação

F: Faixa de dias de atraso, respeitado os seguintes conjuntos:

- 1) F30: faixa de atraso acima de 30 dias, segundo a Resolução n.º 2.682, provisionado nas faixas de atraso C, D, E, F, e G;



- 2) F60: faixa de atraso acima de 60 dias, segundo a Resolução nº. 2.682, provisionado nas faixas de atraso D, E, F, e G;
- 3) F90: faixa de atraso acima de 90 dias, segundo a Resolução nº. 2.682, provisionado nas faixas de atraso E, F, e G; e
- 4) F120: faixa de atraso acima de 120 dias, segundo a Resolução nº. 2.682, provisionado nas faixas de atraso F e G.

44. Índice de Perda Acumulada: O Índice de Perda Acumulada utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Perda_D = \left( \frac{PA_D}{P_D} \right)$$

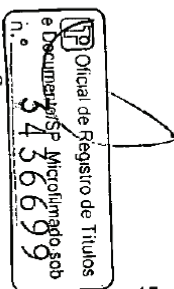
onde:

$Perda_D$ : Índice de Perda Acumulada calculado na Data de Verificação.

$P_D$ : somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada até a respectiva Data de Verificação, sem a exclusão de (i) Direitos de Créditos integralmente provisionados e/ou (ii) Direitos de Créditos recomprados.

$PA_D$ : somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes a Contratos de Concessão de Assistência Financeira que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à Data de Verificação, vencido e não pago por prazo superior a 180 dias, incluindo aqueles Direitos de Crédito passíveis de baixa e os Contratos de Concessão de Assistência Financeira cedidos pelo Fundo a um terceiro, que possuam um Direito de Crédito em atraso acima de 180 dias.

D: Data de Verificação.



45. Índice de Pré-pagamentos: o Índice de Pré-pagamento acumulado utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PPMT_D = \left( \frac{PP_D}{P_D} \right)$$

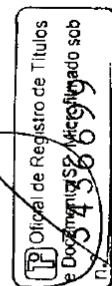
onde:

PPMT<sub>D</sub>: Índice de Pré-pagamento acumulado calculado na Data de Verificação.

P<sub>D</sub>: somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada até a respectiva Data de Verificação, sem a exclusão de (i) Direitos de Créditos integralmente provisionados e/ou (ii) Direitos de Créditos recomprados.

PP<sub>D</sub>: somatório do valor de recursos pagos pelos tomadores sobre os Direitos de Crédito referentes aos Contratos de Concessão de Assistência Financeira a título de liquidação antecipada da totalidade do respectivo Contratos de Concessão de Assistência Financeira, desde a primeira cessão realizada pelo Fundo e até a Data de Verificação.

D: Data de Verificação.



46. Índice de Recompras: o Índice de Recompra acumulado utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Recompra_D = \left( \frac{CM_D}{P_D} \right)$$

onde:

PPMT<sub>D</sub>: Índice de Recompra acumulado calculado na Data de Verificação.

P<sub>D</sub>: somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada até a respectiva Data de Verificação, sem a exclusão de (i) Direitos de Créditos integralmente provisionados e/ou (ii) Direitos de Créditos recomprados.

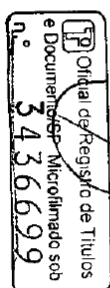
CM<sub>D</sub>: somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito vencidos e inadimplidos recomprados pela Cedente, desde a primeira cessão realizada pelo Fundo.

D: Data de Verificação.

47. Instrução CVM nº 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores;
48. Portal da Consist: Portal de Suporte & Serviços da Consist, por meio do qual a Sabemi envia mensalmente cobranças, em datas preestabelecidas pelo Ministério do Planejamento, de Direitos de Crédito Inadimplidos devidos por Segurados oriundos do SIAPE, nos termos do Artigo 23, Parágrafo 2º, VII, deste Regulamento;
49. Razão de Garantia: a relação mínima equivalente a 153,85% (cento e cinquenta e três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) entre o patrimônio líquido do Fundo e o

valor das Cotas Seniores, nos termos do artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356. Isto quer dizer que o Fundo deverá ter, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas e, portanto, 65% (sessenta e cinco por cento), no máximo, por Cotas Seniores. Adicionalmente, as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo através do site da Administradora ([www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br));

50. Reserva de Amortização: a reserva constituída para o pagamento das amortizações das Cotas Seniores;
51. Reserva de Fungibilidade: a reserva constituída para minimizar o risco de não ocorrência de repasse dos valores recebidos advindos do adimplemento dos Direitos de Crédito Elegíveis pela Sabemi ao Fundo, nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento;
52. Reserva de Liquidez: a reserva constituída pelo Administrador em favor do Fundo, a fim de garantir o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos de Crédito Elegíveis, nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento;
53. Resolução CMN nº. 2.682: a Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº. 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme posteriormente alterada.
54. Sabemi: a **Sabemi Seguradora S.A.**, com sede Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Sete de Setembro, n.º 515, térreo, 5º e 9º andares. CEP: 90.010-190 e inscrita no CNPJ sob nº 87.163.234/0001-38;
55. Sabemi Previdência Privada: a **Sabemi Previdência Privada**, entidade aberta de previdência complementar, com sede Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Sete de Setembro, n.º 515, térreo, 4º andar. CEP: 90.010-190 e inscrita no CNPJ sob nº 88.747.928/0001-85;
56. SERASA: SERASA S.A.;
57. SERPRO: Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO;
58. Segurados: os titulares de (i) seguro de acidentes pessoais, o qual garante o pagamento de uma indenização aos seus beneficiários, em caso de morte decorrente de acidente coberto, e (ii) plano de previdência privada que, celebraram contrato de Assistência Financeira com a Sabemi como um meio de auxiliar o complemento da respectiva renda, visando ao pagamento de impostos, quitação de dívidas, dentre outros;



59. SIAPÉ: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Poder Executivo Federal;

60. SUSEP: SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo 2º:** O Fundo poderá apresentar Séries de Cotas Seniores com prazos e regras de amortização distintas.

**Parágrafo 3º:** O Fundo destina-se exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM nº 409"), bem como aos demais fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em Direitos de Crédito.

**Parágrafo 4º:** Para os fins do disposto no parágrafo 4º acima, qualquer investidor qualificado, quer seja pessoa física ou pessoa jurídica, poderá adquirir Cotas do Fundo, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores.

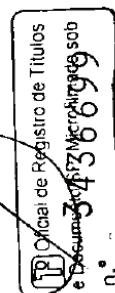
**Parágrafo 5º:** Investidores não residentes poderão adquirir Cotas do Fundo, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada, do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

## CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS DO FUNDO

**Artigo 2º:** É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis oriundos de Contratos de Concessão de Assistência Financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento.

**Parágrafo 1º:** A Sabemi mantém convênio com Entes Públicos Conveniados e o Convênio Sabemi para que os valores concedidos a título de Assistência Financeira aos Segurados sejam consignados para desconto em folha de pagamento.

**Parágrafo 2º:** As Cotas Seniores do Fundo buscarão atingir o "Benchmark das Cotas Seniores", conforme definido em cada Suplemento da respectiva série de Cotas Seniores. Atingido o Benchmark das Cotas Seniores, os resultados excedentes do Fundo serão destinados ao pagamento de amortizações e resgates das Cotas Subordinadas Preferenciais.



**Parágrafo 3º:** As Cotas Subordinadas Preferenciais do Fundo buscarão atingir o "Benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais" equivalente à variação do CDI, acrescido de um *spread* de 7,0 % a.a. (sete por cento ao ano). Os resultados do Fundo que excederem ao *Benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais serão destinados ao pagamento de amortizações e resgates das Cotas Subordinadas Ordinárias, as quais não possuem *benchmark* de rentabilidade pré-definido.

**Parágrafo 3º:** A aquisição de Cotas Seniores ou Subordinadas do Fundo não representa qualquer garantia ou promessa do Fundo, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, da Sabemi, da Sabemi Previdência Privada ou dos Segurados acerca da rentabilidade das aplicações de recursos no Fundo.

**Parágrafo 4º:** Resultados e rentabilidades obtidos pelo Fundo no passado não representam quaisquer garantias de resultados ou rentabilidade futuros.

### **CAPÍTULO III – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DESTINAÇÃO DOS RECURSOS, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA**

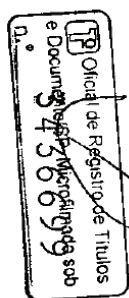
**Artigo 3º:** Visando atingir o objetivo proposto, o Fundo alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de Ativos Financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

**Artigo 4º:** Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.

**Artigo 5º:** A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis ("Ativos Financeiros") poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- I. Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- II. Títulos de emissão do BACEN;
- III. Créditos securitizados pelo Tesouro Nacional
- IV. Cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos nas alíneas I, II e III *supra*;

**Parágrafo 1º:** O Fundo poderá realizar operações em que a Administradora e/ou o Gestor, ou fundos de investimento por eles administrados e/ou geridos, atuem como contraparte do Fundo.



**Parágrafo 2º:** O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito da Administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

**Parágrafo 3º:** O Gestor envidará seus melhores esforços a fim de que seja aplicado ao Fundo e aos Cotistas o tratamento tributário aplicável aos fundos de longo prazo, Entretanto, não há garantia de que o tratamento aplicável aos Cotistas, quando da amortização e/ou resgate de suas Cotas, será o mais benéfico dentre os previstos na legislação tributária vigente.

**Artigo 6º:** O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

**Parágrafo 1º:** Para o efeito do disposto no *caput*, as operações com derivativos somente podem ser realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

**Parágrafo 2º:** As operações em mercado de derivativos serão realizadas somente na modalidade "com garantia".

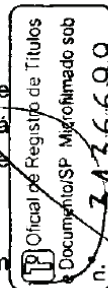
**Artigo 7º:** O Fundo poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos no artigo 5º acima, incisos I, II e III.

**Artigo 8º:** Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.

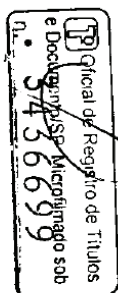
#### **CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO**

**Artigo 9º:** Para que possam ser adquiridos para a carteira do Fundo, os Direitos de Crédito devem ser classificados como Direitos de Crédito Elegíveis.

**Parágrafo 1º:** As Condições de Cessão serão verificadas mediante validação de declaração firmada pela Sabemi de que os Direitos de Crédito oferecidos à cessão atendem integralmente às regras abaixo relacionadas:



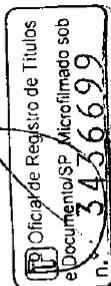
- I. decorram de Assistência Financeira celebrados entre a Sabemi e os Segurados, cujas Entes Públicos Conveniados mantenham convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada;
- II. decorram de Assistência Financeira concedida pela Sabemi a Segurados cujas parcelas tenham valor nominal pré-fixado e sejam amortizadas mensalmente;
- III. decorram de Assistência Financeira concedida pela Sabemi a Segurados que não apresentem, na data de aquisição pelo Fundo, parcelas vencidas e não pagas junto à Sabemi;
- IV. tenham seu pagamento efetivado por meio de consignação em folha de pagamento do servidor público ou através de folha de benefícios dos aposentados ou pensionistas do INSS, devidamente autorizada pelo respectivo Segurado;
- V. com base na respectiva legislação aplicável, inclusive na esfera de competência do Ente Público Conveniado, somente poderão ser adquiridos Direitos de Crédito cuja autorização para consignação em folha de pagamento somente possa ser cancelada pelo respectivo Segurado com a aquiescência do consignatário;
- VI. a idade do Segurado deve ser entre 18 (dezoito) e 70 (setenta) anos, inclusive;
- VII. devem, obrigatoriamente, contar com cobertura por apólice de seguro de vida que garanta o pagamento da Assistência Financeira ao Fundo em caso de morte do Segurado;
- VIII. a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de cada um dos Direitos de Crédito deve ser efetuada em taxa de desconto aplicada sobre o valor de face do respectivo Direito Creditório, a ser estabelecida em cada operação de aquisição pelo Fundo ou cessão ao Fundo de Direito Creditório. Não obstante, a taxa de desconto praticada deverá ser estabelecida no momento da operação de aquisição ou cessão, no melhor interesse do Fundo. Outrossim, a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito devem ser efetuadas em taxa de cessão equivalente ao maior entre: (i) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao mês; ou (ii) o equivalente a 55% (cinquenta e cinco por cento) da taxa média praticada pela Sabemi na concessão dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, oriundos da concessão de Assistência Financeira aos Segurados, observados em ambos os casos o eventual reajuste realizado na forma do inciso IX abaixo ("Taxa de Cessão");
- IX. Caso seja verificado, no último Dia Útil de cada mês ("Data de Verificação"), que a relação entre a Taxa DI desde a primeira cessão ao Fundo até a respectiva Data de Verificação, for superior a 115% (cento e quinze por cento), a Taxa de Cessão, verificada





na forma do inciso VIII acima, será reajustada na mesma proporção da referida variação da Taxa DI; e

- X. as cessões de Direitos de Crédito ao Fundo referentes a operações de Assistência Financeira somente poderão ocorrer após o desconto e repasse à Sabemi da primeira parcela do contrato de Assistência Financeira do respectivo Segurado, quando a averbação de tais contratos de Assistência Financeira na respectiva margem consignável do Segurado não ocorrer por meio eletrônico ou de forma automática.



## CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

**Artigo 10:** Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo Custodiante. Para fins do disposto na legislação e no Regulamento, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

- I. o prazo de vencimento das parcelas a serem cedidas ao Fundo deve ser de, no máximo, 60 (sessenta) meses, contados da cessão desde que o vencimento da última parcela não seja posterior ao prazo de duração da respectiva Série de Cotas Seniores emitida;
- II. as parcelas a serem cedidas ao Fundo devem ter valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- III. o limite máximo de concentração por Segurado para a cessão de Direitos de Crédito para o Fundo é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); e
- IV. os Direitos de Crédito a serem cedidos não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento no momento da cessão para o Fundo.

**Parágrafo 1º:** O limite máximo de concentração por Ente Público Conveniado em termos percentuais, com relação ao patrimônio líquido do Fundo, verificado pelo Custodiante, consta do Anexo IV ao presente Regulamento. Na hipótese de haver proposta para alteração no Anexo IV, esta deverá ser previamente submetida e analisada pela Agência Classificadora de Risco.

**Parágrafo 2º:** Na hipótese do Direito de Crédito Elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, não haverá direito de regresso contra o Custodiante, o Gestor e/ou a Administradora, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

**Parágrafo 3º:** A Sabemi será responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que comporão a carteira do Fundo, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo



por parte do Custodiante, do Gestor e/ou da Administradora qualquer responsabilidade a esse respeito.

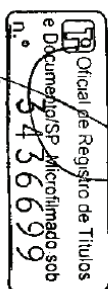
**Parágrafo 4º:** A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Saberni, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

## **CAPÍTULO VI – DA ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 11:** As atividades de administração do Fundo serão exercidas pela Administradora.

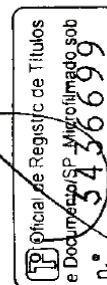
**Artigo 12:** Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- I. manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos cotistas;
  - c) o livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
  - d) o livro de presença de cotistas;
  - e) o Prospecto do Fundo;
  - f) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
  - g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
  - h) os relatórios do auditor independente.
- II. receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- III. entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do Fundo, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- IV. divulgar, anualmente, no periódico utilizado para divulgações do Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo Fundo;
- V. custear as despesas de propaganda do Fundo;



A handwritten signature in ink, consisting of a stylized 'S' followed by a loop.

- VI. fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor, bem como o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo Fundo;
- VII. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- VIII. providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo; e



**Parágrafo Único:** A divulgação das informações prevista no inciso IV deste artigo pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação, devidamente indicado no Prospecto do Fundo, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação destas informações.

**Artigo 13:** É vedado à Administradora:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- II. utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- III. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

**Parágrafo 1º:** As vedações de que tratam os incisos I a III do *caput* deste artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

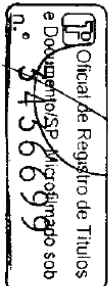
**Parágrafo 2º:** Excetua-se do disposto no parágrafo anterior a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do BACEN e créditos securitizados pelo Tesouro

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a flourish.

Nacional, integrantes da carteira do Fundo, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III deste Regulamento.

**Artigo 14:** É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- II. realizar operações e negociar com Ativos Financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução CVM nº 356;
- III. aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV. adquirir Cotas do próprio Fundo;
- V. pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM nº 356, bem como neste Regulamento;
- VI. vender Cotas do Fundo a prestação;
- VII. prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- VIII. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- IX. obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- X. efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.



## CAPÍTULO VII – DA SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

**Artigo 15:** A Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo indicado no Prospecto, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356.

**Parágrafo Único:** Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

**Artigo 16:** No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral de Cotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de Cotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição da Administradora, no exercício das funções de administração do Fundo; ou b) pela liquidação antecipada do Fundo.

## CAPÍTULO VIII – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

**Artigo 17:** Pelos serviços de administração do Fundo, a Administradora receberá uma taxa de administração equivalente a 0,8% (oito décimos por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o mínimo mensal de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) ("Taxa de Administração").

**Parágrafo 1º:** A remuneração da Administradora é calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual referido no *caput* deste artigo sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

**Parágrafo 2º:** Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

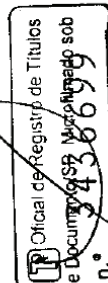
**Parágrafo 3º:** A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

**Parágrafo 4º:** O Fundo não possui taxa de ingresso, de performance e/ou taxa de saída.

## CAPÍTULO IX – DA GESTÃO

**Artigo 18:** O Gestor será responsável pela gestão da carteira do Fundo, de acordo com a Política de Investimento do Fundo prevista neste Regulamento.

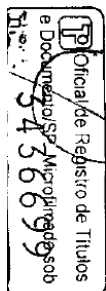
**Parágrafo Único:** O Gestor, observadas as limitações legais e da Instrução CVM nº 356 e deste Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da carteira do Fundo, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o



de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do Fundo.

**Artigo 19:** Não obstante o estabelecido no artigo anterior, é de responsabilidade do Gestor:

- I. Proceder à análise dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo;
- II. Validar a Taxa de Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, conforme o disposto no inciso VII do Parágrafo 1º do Artigo 9º deste Regulamento;
- III. Verificar o atendimento dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo às Condições de Cessão;
- IV. Executar e supervisionar a conformidade dos investimentos do Fundo com a política de investimentos descrita neste Regulamento;
- V. Monitorar o desempenho do Fundo, a forma de valorização das Cotas e a evolução do valor do patrimônio do Fundo;
- VI. Sugerir à Administradora modificações neste Regulamento no que se refere às competências de gestão dos investimentos do Fundo ou qualquer outra que julgue necessária;
- VII. Propor a convocação de Assembleia Geral de Cotistas; e
- VIII. Participar e votar em assembleias gerais de ativos e emissores de Ativos Financeiros que componham a carteira do Fundo, representando o Fundo, com poderes para deliberar e votar sobre quaisquer assuntos relacionados aos ativos do Fundo, de acordo com os melhores interesses do Fundo.



**Parágrafo 1º:** Não será de responsabilidade do Gestor o exercício da administração do Fundo, que compete à Administradora, único titular dos direitos e obrigações decorrentes de tal condição, conforme estabelecido neste Regulamento.

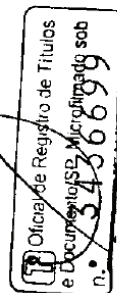
**Parágrafo 2º:** Pelos serviços de gestão de carteira do Fundo e aqueles descritos no *caput*, o Gestor receberá remuneração conforme prevista no Contrato de Gestão.

## CAPÍTULO X – DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

**Artigo 20:** As atividades de custódia e controladoria do Fundo prevista no artigo 38 da Instrução CVM nº 356 serão exercidas pelo Custodiante.

**Parágrafo 1º:** O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- I. receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito representados por operações financeiras;
- II. validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- III. realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo Contrato de Cessão e demais Documentos Representativos do Crédito comprobatórios da operação;
- IV. fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- V. diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e
- VI. cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.



**Parágrafo 2º:** As atividades de escrituração de Cotas do Fundo serão realizadas pelo Agente de Escrituração, nos termos do contrato de prestação de serviços de escrituração de cotas.

**Parágrafo 3º:** A Sabemi foi contratada pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito, para atuar (i) como fiel depositária dos Documentos Representativos dos Créditos a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como agente de cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis. A Sabemi poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados para realizar os serviços descritos neste parágrafo.

**Parágrafo 4º:** Em decorrência da expressiva diversificação de devedores e significativo volume de créditos cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, o lastro dos Direitos de Crédito por amostragem, conforme metodologia definida no Anexo III a este Regulamento, comunicando o resultado desta verificação à Administradora e à Agência Classificadora de Risco do Fundo. Independentemente do disposto neste parágrafo, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto à Sabemi, a existência e formalização dos Documentos Representativos dos Créditos e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito.

A handwritten signature or mark, possibly a stylized 'S' or a similar symbol, located below the text of Paragraph 4.

**Parágrafo 5º:** Ao realizar a verificação referida no parágrafo 4º acima, o Custodiante apurará a existência física de contrato celebrado por escrito entre a Sabemi e o respectivo Segurado relativo à contratação da Assistência Financeira, bem como de autorização por escrito para o desconto em folha de pagamento.

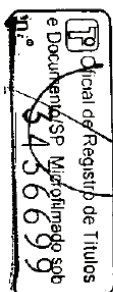
## **CAPÍTULO XI – DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS DO FUNDO**

**Artigo 21:** A distribuição das Cotas do Fundo será realizada pela Administradora, a qual poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços.

## **CAPÍTULO XII – DA POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS**

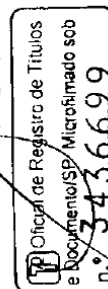
**Artigo 22:** A política de concessão de crédito aos Segurados é desenvolvida e monitorada pela Sabemi, e pode ser sintetizada como sendo:

- I. Antes da celebração de convênios com Entes Públicos, a Sabemi efetua uma análise prévia do comportamento destes Entes Públicos, buscando identificar eventuais problemas operacionais e financeiros no repasse dos descontos efetuados em folha em operações conveniadas. São também verificadas as condições exigidas pelo Ente Público para a celebração de convênios, para se avaliar a compatibilidade das exigências com os padrões de operação e de segurança da Sabemi. Caso as informações sejam positivas a Sabemi procura então celebrar convênio com o Ente Público analisado.
- II. Após a etapa inicial, a Sabemi, em seu processo de análise de crédito, examina a compatibilidade entre a Assistência Financeira pretendida pelo Segurado e seus vencimentos, sempre observando que cada Ente Público Conveniado estabelece um percentual máximo de descontos a serem permitidos nos vencimentos de seus respectivos servidores.
- III. A partir da definição dos percentuais máximos de descontos permitidos, conforme determinado pelos Entes Públicos, a Sabemi, para definição da operação de Assistência Financeira, leva em consideração a margem consignável do servidor que está disponível no portal dos Entes Públicos, ainda considerando um redutor como margem de segurança da empresa.
- IV. Sendo possível a operação em questão, o passo seguinte na análise é verificar se a Assistência Financeira pretendida se encontra dentro dos parâmetros operacionais definidos pela Sabemi em termos de valor mínimo – R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) – e valor máximo – R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) – para a concessão da Assistência Financeira.





- V. O prazo de duração da Assistência Financeira pretendida deve também estar dentro dos parâmetros de prazo definidos pela Sabemi: mínimo de 12 (doze) meses e máximo de 72 (setenta e dois) meses.
- VI. Cada Segurado é também analisado em função da sua idade – existem limites diferenciados de idade máxima por Ente Público Conveniado – e existem parâmetros de valores máximos de liberação de Assistência Financeira nas faixas etárias acima de 65 anos. Além disso, sempre que o cliente tiver mais que 70 anos o departamento de crédito efetua uma análise individualizada com contato direto com o interessado.



**Artigo 23:** A cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito serão realizadas pela Sabemi e/ou Sabemi Previdência Privada, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados com quem mantêm convênio para que as parcelas da Assistência Financeira concedida aos Segurados sejam descontadas em folha de pagamento e sob a supervisão do Custodiante.

**Parágrafo 1º:** As etapas da cobrança consistem em:

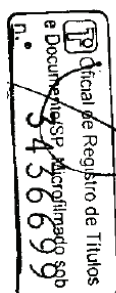
- I. Os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) da Assistência Financeira vencida(s) no período;
- II. Os valores descontados são repassados à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada, conforme o caso, por meio do banco oficial dos Entes Públicos Conveniados, ou instituição conveniada a estes;
- III. A regularidade dos pagamentos das parcelas da Assistência Financeira é verificada pela Sabemi na mesma data em que os respectivos valores lhe são disponibilizados pelos Entes Públicos Conveniados;
- IV. Havendo diferença entre os valores previstos e os recebidos, a Sabemi questiona o(s) respectivo(s) Ente(s) Público(s) Conveniado(s) sobre a razão do repasse em montante diverso do esperado; apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- V. Os valores decorrentes dos Direitos de Crédito recebidos pela Sabemi e/ou pela Sabemi Previdência Privada são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas de tal recebimento.

**Parágrafo 2º:** A Sabemi foi contratada pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito, para atuar como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. A cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:

Assinatura manuscrita.



- I. Após a Sabemi identificar a inadimplência é enviada cobrança através de débito em conta corrente com os Bancos Conveniados, para a conta salário dos Segurados, no valor referente à parcela da Assistência Financeira vencida. Nos casos em que o Segurado devedor seja reincidente é cobrado, além de uma parcela em atraso, também o valor da parcela do mês;
- II. Se a causa da inadimplência é a redução prolongada de margem consignável do Segurado, na hipótese do Segurado assumir dívidas de longo prazo que sejam privilegiadas em relação à Assistência Financeira (pensão alimentícia judicial, por exemplo), busca-se renegociação de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem consignável do Segurado; toda e qualquer renegociação, refinanciamento ou concessão de desconto dependem de prévia e expressa autorização da Instituição Administradora.
- III. Caso a Sabemi não tenha êxito na cobrança por débito em conta corrente, a Sabemi busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações;
- IV. Se caso a Sabemi não consiga localizar o Segurado, a Sabemi providencia mensalmente pesquisa em bancos de dados especializados, a higienização da base, atualizando assim os dados cadastrais dos Segurados;
- V. Se decorridos 60 (sessenta) dias e a dívida não foi paga, o Segurado tem seu nome negativado junto ao SERASA;
- VI. Caso o Segurado se apresente e seja feito um acordo, após o primeiro pagamento, a Sabemi providencia a imediata retirada do registro do SERASA;
- VII. Se a causa da inadimplência for de Segurado oriundo do Conveniado SIAPE, a Sabemi envia cobrança mensalmente mediante envio de arquivos, através do Portal da Consist, em datas preestabelecidas pelo Ministério do Planejamento. A Consist processa os arquivos de todos os órgãos cadastrados no SIAPE e enviar ao SERPRO para processamento da folha de pagamento; e
- VIII. Se a causa da inadimplência é a morte do Segurado, é repassado para cobrança Administrativa para contato com a família (ou ente Público Conveniado à qual pertencia o falecido) para solicitar a Certidão de Óbito.

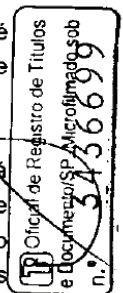


**Parágrafo 3º:** Depois de tomadas todas as providências pela Sabemi para a recuperação das parcelas da Assistência Financeira não pagas pelos Segurados que tenham se desligado do Ente Público Conveniado, são adotadas as providências legais para o registro destas operações

como prejuízo, sendo realizadas as devidas provisões referentes a tais Direitos de Crédito Inadimplidos.

**Parágrafo 4º:** A Sabemi, na qualidade de agente de cobrança dos Direitos de Crédito, é responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, inclusive os Direitos de Inadimplidos, sem que seja devida qualquer contraprestação.

**Parágrafo 5º:** O Custodiante durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação de Direitos de Crédito ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos de Crédito em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo à Sabemi, se julgar necessário e de acordo com as práticas adotadas pelo mercado, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.



### **CAPÍTULO XIII – DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO**

**Artigo 24:** Para efeito da determinação do valor dos ativos e do Patrimônio Líquido do Fundo, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

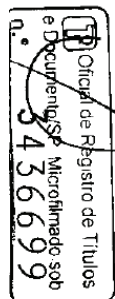
**Parágrafo 1º:** Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados todo Dia Útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao Segurado, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira:

- I. Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter seus valores ajustados a valor de mercado (*mark-to-market*), observadas as regras e os procedimentos definidos no manual de marcação a mercado do Custodiante e em acordo com as normas do BACEN e da CVM, aplicáveis aos fundos de investimentos em Direitos de Crédito;
- II. Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no plano contábil;
- III. As perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos na regulamentação aplicável em vigor. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão destas

desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos;

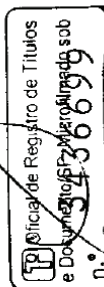
- IV. Tendo em vista que não há mercado ativo para os Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas à eventual inadimplência dos mesmos; e
- V. O Custodiante constituirá, a partir da respectiva data de aquisição de cada Direitos de Crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o disposto na Resolução CMN nº. 2.682. Consiste o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa na reserva mensal de valores correspondentes a um percentual dos Direitos de Crédito correspondentes ao mesmo Contrato de Concessão ("efeito vagão"), conforme o nível de risco adotado, observado que referido nível de risco variará de acordo com os critérios previstos na referida regulamentação.
- VI. Os níveis de risco, provisão e faixas de atraso observarão os seguintes critérios, de acordo com o disposto na Resolução CMN nº. 2.682, conforme tabela abaixo, sendo que, na data de aquisição, os Direitos de Crédito correspondentes ao mesmo Contrato de Concessão de Assistência Financeira terão uma provisão inicialmente constituída em valor correspondente a 0,5% (meio por cento).

Nível de Risco	Dias de Atraso	% de Provisão a ser aplicado aos Direitos de Crédito do mesmo Contrato de Concessão de Assistência Financeira
AA	0	0,50%
A	Até 14	0,50%
B	15 a 30	1,00%
C	31 a 60	3,00%
D	61 a 90	10,00%
E	91 a 120	30,00%
F	121 a 150	50,00%
G	151 a 180	70,00%
H	Acima de 180	100,00%



- VII. Os Contratos de Concessão de Assistência Financeira que contenham quaisquer Direitos de Crédito inadimplidos classificados como de nível de risco "H" serão transferidos para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos 6 (seis) meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior, permanecendo registrados em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e enquanto não esgotados os procedimentos de cobrança.

**Parágrafo 2º:** O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais ativos componentes da carteira do Fundo será inicialmente atribuído: (i) às Cotas Subordinadas Ordinárias, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas, e, posteriormente, (ii) às Cotas Subordinadas Preferenciais, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedidos tais recursos, tal descumprimento será atribuído às Cotas Seniores.



**Parágrafo 3º:** Por outro lado, na hipótese do Fundo atingir o *Benchmark* das Cotas Seniores e o *Benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais definidos no Capítulo II toda a rentabilidade a ele excedentes será atribuído inicialmente à recomposição do capital investido pelos Cotistas Subordinados Ordinários. Após referida recomposição do capital investido pelos Cotistas Subordinados Ordinários, a rentabilidade excedente será atribuída exclusivamente às Cotas Subordinadas Ordinárias.

**Parágrafo 4º:** A partir da data da primeira integralização de Cotas, e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- I. no pagamento dos custos correntes do Fundo;
- II. no pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, em moeda corrente nacional;
- III. no pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Seniores;
- IV. no pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Subordinadas Preferenciais; e
- V. no pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Subordinadas Ordinárias.

**Parágrafo 5º:** Serão adotados os critérios previstos na Resolução CMN nº 2.682, para a constituição de provisão para liquidação duvidosa para Direitos de Crédito Elegíveis, quando de sua aquisição pelo Fundo.

**Parágrafo 6º:** O atraso decorrente da impontualidade no pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis pelo Segurado deverá ensejar, no mínimo mensalmente, a revisão de sua classificação de risco segundo a Resolução CMN nº 2.682.

**Parágrafo 7º:** A classificação do nível de risco será feita com base em critérios consistentes e verificáveis, bem como amparada por informações internas e externas à Administradora,

incluindo a classificação de risco atribuída aos Direitos de Créditos Elegíveis pela Agência Classificadora de Risco, nos termos do Parágrafo 6º, acima.

**Parágrafo 8º:** A classificação dos Direitos de Crédito Elegíveis de um mesmo Segurado deve ser definida em função daquela que apresentar maior risco, admitindo-se, excepcionalmente, classificação diversa para determinado Direito de Crédito Elegível, observado o disposto na Resolução CMN nº 2.682.

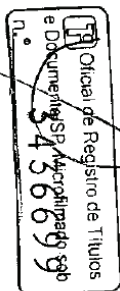
**Parágrafo 9º:** Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

**Artigo 25:** A primeira valoração das Cotas ocorrerá a partir do primeiro dia útil seguinte à primeira integralização de Cotas Seniores ("Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores"), e a última na data de resgate da última das Cotas em circulação. A partir da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, o valor unitário das Cotas Seniores será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate. O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo o permita, buscará atingir rentabilidade do *Benchmark* das Cotas Seniores. O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- I. o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme o parágrafo 9º do artigo 24 deste Regulamento, pelo número de Cotas Seniores emitidas; ou
- II. o valor unitário das Cotas Seniores no dia útil imediatamente anterior acrescido do *Benchmark* das Cotas Seniores *pro rata* no período, conforme 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nas alíneas "a", "b" ou "c" deste inciso:
  - a) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série "n", terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{\text{SobretaxaSenior } n}{100} \right) + 1 \right\},$$

- b) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série "n", terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:



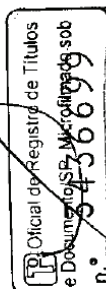
$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{SpreadSenior\ n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série "n", terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left( \frac{Taxa\ Pré}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}}$$

onde:

- $VCSn_T$  valor de cada Cota Sênior da Série "n" para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data "T".
- $VCSn_{T-1}$  valor de cada Cota Sênior da Série "n" para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data "T". No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão,  $VCSn_{T-1}$  é igual a R\$ 1.000,00 (mil reais).
- $CDI_{T-1}$  Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis) (a "Taxa DI"), referente ao dia útil anterior à data "T". Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 11,50%, então  $DI_{T-1} = 11,50$ .
- $SobretaxaSenior_n$  percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da Série "n" ser apurado na forma do item "a" acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n". Exemplo: Se a Sobretaxa da Cota Senior definida no Suplemento for 120%, então  $SobretaxaSenior_n = 120$ .
- $SpreadSenior_n$  spread da Cota na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser



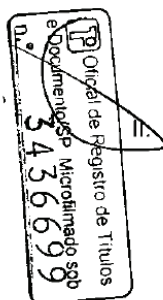


utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da Série "n" ser apurado na forma do item "b" acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n". Exemplo: Se o *spread* da Cota Senior for 2,40% ao ano, então  $SpreadSenior_n = 2,4$ .

**Taxa Pré<sub>n</sub>** percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da Série "n" ser apurado na forma do item "c" acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n". Exemplo: Se a *Taxa Pré* definida no Suplemento for 20% ao ano, então  $Taxa Pré_n = 20$ .

**Parágrafo 1º:** A partir do primeiro dia útil seguinte à primeira integralização de Cotas Subordinadas Preferenciais, o valor unitário das Cotas Subordinadas Preferenciais será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate. O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Subordinadas Preferenciais, desde que o patrimônio do Fundo o permita, buscará atingir rentabilidade do *Benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais*. As Cotas Subordinadas Preferenciais terão seu valor unitário calculado conforme uma das alíneas abaixo, conforme o caso:

- I. caso a Cota Subordinada Preferencial não atinja o *Benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais*, o cálculo do seu valor unitário considerará (a) o valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme o parágrafo 9º do artigo 24 deste Regulamento, deduzido (b) do valor das Cotas Seniores em circulação, e dividido pelo número de Cotas Subordinadas Preferenciais em circulação na respectiva data de cálculo; ou



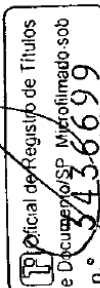
caso a Cota Subordinada Preferencial atinja o *Benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais*, seu valor unitário será aferido através do cálculo do valor unitário das Cotas Subordinadas Preferenciais no dia útil imediatamente anterior acrescido do *Benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais pro rata* no período; conforme 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nas alíneas "a", "b" ou "c" deste inciso:

- a) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_t = VCSPn_{t-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{CDI_{t-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{SobretaxaSubPn}{100} \right) + 1 \right\},$$

- b) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{SpreadSubPn}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$



- c) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left( \frac{TaxaPré}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$VCSPn_T$	valor de cada Cota Subordinada Preferencial para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data "T".
$VCSPn_{T-1}$	valor de cada Cota Subordinada Preferencial para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data "T". No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQS_{n_{T-1}}$ é igual a R\$ 1.000,00 (mil reais).
$CDI_{T-1}$	Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil ( <i>overnight</i> ), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis) (a "Taxa DI"), referente ao dia útil anterior à data "T". Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 11,50%, então $DI_{T-1} = 11,50$ .

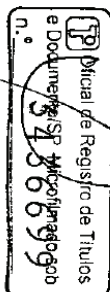


**SobretaxaSubP<sub>n</sub>** percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item "a" acima.

**SpreadSubP<sub>n</sub>** *spread* da Cota na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item "b" acima, observado o definido no artigo 2º, parágrafo 3º deste regulamento. Exemplo: Se o *spread* da Cota Subordinada Preferencial for 7,00% ao ano, então  $SpreadSubP_n = 7,0$ .

**Taxa Pré<sub>n</sub>** percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item "c" acima.

**Parágrafo 2º:** A partir do primeiro dia útil seguinte à primeira integralização de Cotas Subordinadas Ordinárias, o valor de cada Cota Subordinada Ordinária será equivalente ao maior entre zero e o valor do patrimônio líquido (i) subtraído (a) do somatório do valor atualizado das Cotas Seniores em circulação e (b) do somatório do valor atualizado das Cotas Subordinadas Preferenciais em circulação; e (ii) dividido pelo número de Cotas Subordinadas Ordinárias em Circulação.



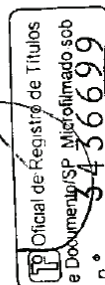
#### CAPÍTULO XIV – DOS FATORES DE RISCO

**Artigo 26:** Não obstante a diligência da Administradora e do Gestor em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora e/ou o Gestor mantenha rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista.

**Parágrafo Único:** Os recursos que constam na carteira do Fundo e os Cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

- I. **Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo;

II. **Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Gestor poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o Gestor a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos Cotistas do Fundo, nos valores solicitados e nos prazos contratados.



III. **Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas.

IV. **Risco de Descontinuidade:** o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente ao término do seu prazo de duração ou do prazo de resgate das respectivas séries de cotas. Deste modo, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pelo Cedente, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

V. **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.

VI. **Risco de Concentração:** O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em um único emissor de títulos, ou em Direitos de Crédito cujo devedor seja um único Segurado, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de crédito desse emissor ou Segurado.

VII. **Risco de Concentração em um Único Cedente:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão cedidos exclusivamente pela Sabemi. A aquisição de Direitos de Crédito originados exclusivamente pela Sabemi pode comprometer a continuidade do

A handwritten signature in dark ink, consisting of a stylized 'S' followed by a loop and a horizontal stroke.

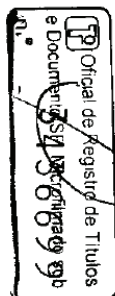
Fundo, em função da não continuidade da concessão de Assistência Financeira pela Sabemi aos Segurados e da capacidade desta originar Direitos de Crédito Elegíveis.

VIII. **Risco de Descasamento:** Os Direitos de Crédito componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as Cotas tem como um dos parâmetros o CDI, conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, o Gestor, sempre que possível, contratará operações de *swap* de taxas prefixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de o Gestor não conseguir contratar tais operações de *swap* ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas, inclusive Seniores.

IX. **Risco relacionado à emissão de novas Cotas:** O Fundo poderá, a qualquer tempo, emitir novas Cotas, independentemente de aprovação dos atuais Cotistas, observado o disposto no Capítulo XV deste Regulamento e os procedimentos exigidos pela Instrução CVM 356. Na hipótese de emissão de novas Cotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Cotistas, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas da mesma classe que já estejam em circulação na ocasião.

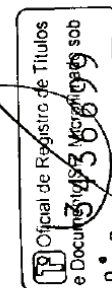
X. **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Segurados. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os cotistas e atrasos nos pagamentos das amortizações e/ou dos regates.

XI. **Riscos Associados aos Segurados:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos do Segurado devedor. A capacidade de pagamento do Segurado poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação à Assistência Financeira para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Segurado interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas da Assistência Financeira, respondendo pelo saldo a pagar da Assistência Financeira apenas o patrimônio deixado pelo "de cujus", que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Segurado pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes da Assistência Financeira contraída, o que pode afetar a rentabilidade do Fundo, até mesmo



na hipótese de cobertura do seguro de vida, uma vez que a indenização advinda do mesmo pode se mostrar insuficiente.

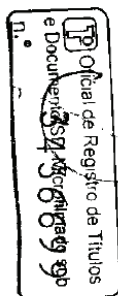
- XII. **Risco de Fungibilidade:** Em seu curso normal, os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos dos Segurados e repassados à instituição conveniada, a qual poderá ser a própria Sabemi ou a Sabemi Previdência Privada, sendo que, caso esta última receba tais recursos, é realizado o seu respectivo repasse à Sabemi previamente ao pagamento ao Fundo. Desse modo, uma vez que os valores referentes aos Direitos de Crédito transitarão por contas bancárias da Sabemi e/ou da Sabemi Previdência Privada até o seu recebimento pelo Fundo, há o risco de que tais recursos não sejam repassados ao Fundo nos prazos estabelecidos neste Regulamento, por exemplo, por motivo de intervenção ou indisponibilidade de recursos da Cedente e/ou da Sabemi Previdência Privada, ou, ainda, em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar.



- XIII. **Risco Operacional dos Entes Públicos Conveniados:** A Assistência Financeira contraída pelos Segurados é paga por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Público Conveniado a que o Segurado é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Segurados. Nesta hipótese, a carteira do Fundo pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos Direitos de Crédito.
- XIV. **Risco Operacional de Sistemas:** O desconto em folha de pagamento das parcelas da Assistência Financeira e o repasse à Sabemi dos Direitos de Crédito são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Público Conveniado ou de instituição conveniada com este, não tendo a Sabemi, a Administradora ou o Gestor controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração neste sistema pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Segurados ou seu repasse ao Fundo. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.
- XV. **Risco Operacional de Cobrança, do Originador e de Fluxo Financeiro:** A cobrança e a coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito são realizadas pela Sabemi e/ou pela Sabemi Previdência Privada, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados que mantêm convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada para que as parcelas da Assistência Financeira concedida aos Segurados sejam descontadas em folha de pagamento. Desta forma, os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) da Assistência Financeira vencida(s) no período e repassam os valores descontados à Sabemi por meio de instituição conveniada com o Ente Público Conveniado, podendo tal instituição ser a

própria Sabemi e/ou a Sabemi Previdência Privada, a qual nesta hipótese atua como agente de recebimento dos valores devidos e os repassa à Sabemi. Em seguida, tais valores são repassados pela Sabemi ao Fundo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado de tal recebimento. Assim, o Fundo está sujeito ao eventual risco de atraso ou não ocorrência do repasse dos valores recebidos pela Sabemi Previdência Privada, atuando como agente de recebimento, à Sabemi, bem como ao risco de atraso ou não ocorrência do repasse pela Sabemi ao Fundo dos valores recebidos. Este mesmo risco é verificado na hipótese de recebimento de indenização advinda do seguro de vida nos casos de morte do Segurado.

- XVI. **Risco do Convênio:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos Segurados é viabilizado por convênios celebrados entre a Sabemi, a Sabemi Previdência Privada e os Entes Públicos Conveniados, diretamente ou por intermédio de associações a estes conveniados. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos Direitos de Crédito (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o Fundo, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos de Crédito. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de Direitos de Crédito componentes da carteira do Fundo, o que lhe pode ser prejudicial.



- XVII. **Risco do Originador e de Originação:** Os Direitos de Crédito serão originados exclusivamente pela Sabemi, o que pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não constância da concessão de Assistência Financeira pela Sabemi aos Segurados e da capacidade desta em originar Direitos de Crédito Elegíveis. Portanto, o investimento no Fundo está sujeito ao risco de não originação, no futuro, dos Direitos de Crédito pela Sabemi contra os Segurados. Não há como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade, total ou parcial, da Sabemi na prestação dos respectivos serviços, ou, ainda, o pagamento antecipado das obrigações contratadas pelo Segurado no Contrato de Concessão de Assistência Financeira. Caso isto ocorra, a originação dos Direitos de Crédito pela Sabemi pode ser negativamente afetada ou até mesmo impossibilitada, implicando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas, uma vez que a amortização e/ou o resgate das Cotas estão sujeitos à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros.

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.



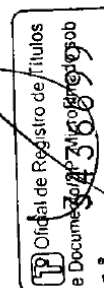
XVIII. **Riscos do Mercado Secundário:** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Cotas Seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, apresenta baixa liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

XIX. **Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o Fundo recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

XX. **Risco de Resgate das Cotas do Fundo em Direitos de Crédito:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do Fundo em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis;

XXI. **Risco de Atraso no Pagamento do Resgate:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos de Crédito são classificados no ativo do Fundo como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.

XXII. **Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos de Crédito:** O Custodiante realizará a verificação da regularidade da Documentação Comprobatória dos Direitos de Crédito por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. A Sabemi poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados, de comprovada competência e idoneidade, para realizar a guarda dos Documentos Representativos do Crédito, os quais estarão sob inteira responsabilidade da Sabemi, permanecendo esta como fiel depositário dos Documentos Representativos do Crédito, não havendo, portanto, qualquer superposição de funções entre a Sabemi e eventual terceiro contratado por esta. Neste caso a Sabemi ou o terceiro contratado têm a obrigação de permitir ao Custodiante e à Administradora ou terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais

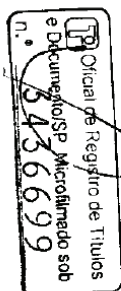


A handwritten signature in dark ink, located at the bottom right of the page.

documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, pelo fato de o terceiro contratado estar localizado em endereço distinto do da Sabemi.

**XXIII. Risco relacionado à liquidação antecipada pelos Segurados dos Contratos de Assistência de Concessão Financeira:** Os Segurados podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Concessão de Assistência Financeira, o que poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos neste Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.

**XXIV. Ausência de Notificação aos Segurados:** A cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo não será notificada previamente aos Segurados. Na hipótese da Sabemi deixar de exercer a função de agente de cobrança, os Segurados não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento diretamente ao Fundo até que sejam devidamente notificados da cessão. Ao Custodiante não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte da Sabemi dos créditos recebidos pelos Segurados, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Segurados, os Direitos de Crédito relativos aos Segurados não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

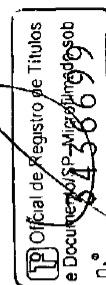


**XXV. Risco de Questionamento Judicial:** A Assistência Financeira pode ser questionada judicialmente tanto no que se refere à formalização da Assistência Financeira quanto nas taxas aplicadas e na forma de cobrança da Assistência Financeira concedida, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, tais como o questionamento de eventual abusividade nas taxas de juros praticadas pela Sabemi, bem como eventual vício dos Documentos Representativos dos Créditos que impeça a efetiva exigibilidade do crédito (ausência de assinaturas, ilegitimidade de representação, entre outros). Nestes casos, a Assistência Financeira poderá ser modificada ou cancelada em virtude de decisão judicial o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, consequentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.

**XXVI. Risco de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória:** O Fundo poderá estar sujeito a riscos, exógenos ao controle da Administradora, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para o Fundo. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito ao Fundo poderá ser interrompido, podendo, desta forma, comprometer a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da carteira do Fundo podem ter sua validade questionada, podendo acarretar, desta forma, prejuízos aos Cotistas.

A handwritten signature in dark ink, consisting of a stylized 'S' followed by a flourish.

XXVII. **Demais Riscos:** A Sabemi atuará como Cedente, agente de recebimento e agente cobrador dos Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas. Entende-se, portanto, que os principais conflitos da estrutura proposta ficam estabelecidos na obrigatoriedade de repasse dos valores referentes à liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e à efetiva cobrança dos recebíveis que porventura se tornem inadimplidos em favor dos Cotistas. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, do Gestor e/ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.



**Artigo 27:** As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

#### **CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE COTAS**

**Artigo 28:** As Cotas do Fundo serão de classe Sênior e Subordinada, sendo que as Cotas Subordinadas são subdividas em (i) Cotas Subordinadas Preferenciais e (ii) Cotas Subordinadas Ordinárias. Todas as Cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de cotista.

**Parágrafo 1º:** Apenas as Cotas Seniores serão objeto de oferta pública nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

**Parágrafo 2º:** As Cotas Subordinadas Preferenciais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

**Parágrafo 3º:** As Cotas Subordinadas Ordinárias serão emitidas em lote único e indivisível, e serão subscritas e integralizadas única e exclusivamente pela Sabemi, nos termos dos Boletins de Subscrição e Integralização.

**Artigo 29:** As Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais serão objeto de classificação de risco (*rating*) pela Agência Classificadora de Risco e será feita uma reavaliação periódica a cada trimestre. As Cotas Subordinadas Ordinárias não serão objeto de classificação de risco.

**Parágrafo Único:** Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das Cotas Seniores do Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos:

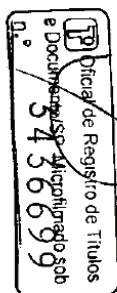


- I. comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo indicado no Prospecto ou através de correio eletrônico; e
- II. envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

**Artigo 30:** A integralização, a amortização e o resgate de Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais do Fundo podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível.

**Parágrafo 1º:** Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas previstas neste Regulamento.

**Parágrafo 2º:** Será admitida a integralização total ou parcial de Cotas Subordinadas Ordinárias do Fundo, com Direitos de Crédito que se enquadrem na política de investimento do Fundo. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento, bem como os critérios definidos no Anúncio de Início de Distribuição de Cotas e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das Cotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor da Cota Subordinada Ordinária seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização.



**Parágrafo 3º:** As Cotas Subordinadas Ordinárias poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em Direitos de Crédito.

**Artigo 31:** Na emissão de Cotas Seniores e Subordinadas do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do Fundo. Para fins de amortização e resgate das Cotas Seniores e Subordinadas do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor do dia do pagamento da amortização respectiva.

**Parágrafo 1º:** As Cotas Seniores da 1ª Série, bem como as Cotas Subordinadas terão Valor Unitário de Emissão idêntico na primeira Data de Emissão das Cotas da respectiva Série.

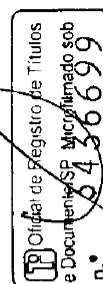
**Parágrafo 2º:** O preço de subscrição das Cotas Seniores de cada Série poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para

A handwritten signature or mark, possibly a stylized "S" or a similar character, located at the bottom right of the page.

todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

**Artigo 32:** No ato da subscrição das Cotas, o subscritor assinará Boletim de Subscrição que será autenticado pela Administradora. Do Boletim de Subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II – quantidade e classe de cotas subscritas; e III - preço de subscrição e condições para sua integralização.

**Artigo 33:** A critério da Administradora, novas Cotas do Fundo, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos Cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução CVM nº 356 e os limites estipulados neste Regulamento. Assim sendo, o Fundo poderá distribuir e manter séries distintas de Cotas Seniores concomitantemente em circulação, com Valor Unitário de Emissão, na 1ª Data de Emissão das Cotas de cada Série, definido no Suplemento de cada Série de Cotas Seniores, nos termos do Anexo I e em quantidades e condições previamente estabelecidas em seu respectivo Suplemento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Cotas Seniores, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 356.



**Parágrafo 1º:** Não haverá direito de preferência para os Cotistas da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo, ou para os Cotistas de quaisquer das Séries subsequentes à 1ª Série, na aquisição de Cotas de eventuais novas séries de Cotas que possam vir a ser emitidas pelo Fundo.

**Parágrafo 2º:** Na emissão de Cotas mencionadas no *caput*, a Administradora deverá emitir tantas Cotas Subordinadas Ordinárias e Preferenciais quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das Cotas Seniores e o patrimônio líquido do Fundo, nos termos do artigo 45 deste Regulamento.

**Parágrafo 3º:** As Cotas mencionadas no *caput* deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no Anúncio de Início de Distribuição de Cotas Seniores respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para a subscrição de Cotas, a contar da data da publicação do referido anúncio no periódico utilizado para divulgação de informações relativas ao Fundo.

**Parágrafo 4º:** O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a Administradora solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

**Artigo 34:** As Cotas serão escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. As Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais serão registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, da CETIP. Ainda, as Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais emitidas pelo Fundo serão registradas para negociação no SF –

A handwritten signature in black ink, located at the end of the text in Article 34.

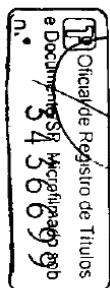
Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por investidores qualificados.

**Artigo 35:** As Cotas emitidas pelo Fundo não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

**Artigo 36:** As amortizações de cada Série de Cotas Seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no respectivo Suplemento de cada Série de Cotas Seniores, conforme Anexo I deste Regulamento, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

**Parágrafo Único:** Enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, o Fundo obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia tratada no artigo 45 deste Regulamento.

**Artigo 37:** A Administradora deverá constituir Reserva de Amortização, de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Elegíveis da carteira para os Ativos Financeiros:



- I. A partir de 60 (sessenta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.
- II. A partir de 45 (quarenta e cinco) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 75% (setenta e cinco) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.
- III. A partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.

**Parágrafo Único:** Caso a Administradora verifique não ser possível a formação da Reserva de Amortização de acordo com o descrito no *caput*, a Administradora deverá interromper a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

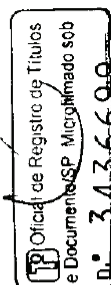
**Artigo 38:** As Cotas Subordinadas Preferenciais e Ordinárias somente poderão ser amortizadas ou resgatadas caso o Fundo atenda a todos os índices e parâmetros previstos neste Regulamento e no Suplemento de cada Série de Cotas Seniores, especialmente à Razão de Garantia, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 39, e seu parágrafo único, deste Regulamento.

**Artigo 39:** A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, na hipótese de: (i) as Cotas Subordinadas representarem mais de 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) as Cotas Subordinadas Preferenciais representarem percentual superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo, as Cotas Subordinadas Preferenciais poderão ser amortizadas, desde que observados os seguintes critérios:

- I. as Cotas Subordinadas Ordinárias não poderão representar percentual inferior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo após a amortização; e
- II. as Cotas Subordinadas Preferenciais serão amortizadas visando exclusivamente ao reequilíbrio da relação prevista no *caput* deste artigo. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições deste capítulo, bem como a Razão de Garantia prevista neste Regulamento.

**Parágrafo 1º:** A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, observado o disposto no parágrafo 2º abaixo, na hipótese de: (i) as Cotas Subordinadas representarem mais de 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) as Cotas Subordinadas Ordinárias representarem percentual superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, as Cotas Subordinadas Ordinárias poderão ser amortizadas mediante solicitação da Sabemi, desde que observados os seguintes critérios:

- I. a Reserva de Liquidez deverá estar devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Regulamento;
- II. o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;
- III. na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo III e Anexo IV deste Regulamento não tenham sido excedidos; e



- IV. as Cotas Subordinadas Preferenciais não representem percentual inferior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo após a amortização; e
- V. as Cotas Subordinadas Ordinárias serão amortizadas visando exclusivamente ao reequilíbrio da relação prevista neste parágrafo. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições deste capítulo, bem como a Razão de Garantia prevista neste Regulamento.

**Parágrafo 2º:** Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização, com o consequente resgate, das Cotas Seniores de cada uma das Séries de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

**Artigo 40:** A amortização das Cotas Seniores de quaisquer das Séries do Fundo poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de Cotas previstos para cada Série, na impossibilidade de enquadramento do Fundo à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos de Crédito Elegíveis.

**Parágrafo Único:** A antecipação do início da amortização de Cotas Seniores do Fundo poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

**Artigo 41:** O pagamento das amortizações das Cotas Seniores obedecerá às condições, datas, percentuais e valores previstos no Suplemento de cada Série de Cotas Seniores.

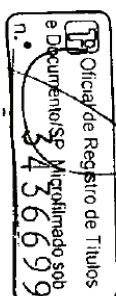
**Artigo 42:** Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do Fundo, amortização de Cotas ou de sua liquidação.

**Parágrafo 1º:** Por ocasião do resgate de que trata o *caput*, a Administradora observará, no que for cabível, os procedimentos definidos neste Capítulo e no Capítulo XXI deste Regulamento.

**Parágrafo 2º:** O Fundo não efetuará amortizações, resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis. Se a data de amortização ou resgate ocorrer em dia não útil, o pagamento da amortização ou do resgate será efetuado no primeiro dia útil subsequente. Para fins do disposto neste parágrafo entende-se por dia útil aquele definido no parágrafo 2º do artigo 17 deste Regulamento.

## CAPÍTULO XVI – DA RESERVA DE FUNGIBILIDADE E DA RESERVA DE LIQUIDEZ

**Artigo 43:** Para minimizar o risco de não ocorrência de repasse pela Sabemi ao Fundo dos valores recebidos advindos do adimplemento dos Direitos de Crédito Elegíveis, a Administradora constituirá, desde o momento inicial de subscrição de cada Série de Cotas Seniores, uma



Reserva de Fungibilidade no montante equivalente a 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) valor do somatório dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, apurado na última Data de Verificação.

**Parágrafo 1º:** Os recursos da Reserva de Fungibilidade integrarão o patrimônio do Fundo e constituirão uma provisão para o pagamento de eventuais valores recebidos pela Sabemi advindos dos Direitos de Crédito Elegíveis e não repassados ao Fundo nos termos deste Regulamento.

**Parágrafo 2º:** Os recursos da Reserva de Fungibilidade serão alocados exclusivamente para aquisição dos títulos previstos nos inciso I, II e III do artigo 5º deste Regulamento.

**Artigo 44:** Para garantir o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos de Crédito Elegíveis, a Administradora constituirá, desde o momento inicial de subscrição das Cotas Seniores de cada Série, uma Reserva de Liquidez no montante equivalente a 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) valor do somatório dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, apurado na última Data de Verificação.

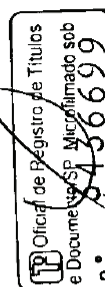
**Parágrafo 1º:** Os recursos da Reserva de Liquidez integrarão o patrimônio do Fundo e constituirão uma provisão para o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos de Crédito Elegíveis.

**Parágrafo 2º:** Os recursos da Reserva de Liquidez serão alocados exclusivamente para aquisição dos títulos previstos nos inciso I, II e III do artigo 5º deste Regulamento.

## CAPÍTULO XVII – DA RAZÃO DE GARANTIA

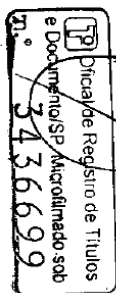
**Artigo 45:** Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução nº 356, a relação entre o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor total das Cotas Seniores será de 153,85% (cento e cinquenta e três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento). Isto quer dizer que o Fundo deverá ter, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas e, portanto, 65% (sessenta e cinco por cento), no máximo, por Cotas Seniores. Adicionalmente, as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo através do *site* da Administradora ([www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br)).

**Parágrafo 1º:** Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no *caput*, ou seja, caso: (i) as Cotas Subordinadas representem percentual inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo; ou (ii) as Cotas Subordinadas Ordinárias representem percentual inferior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos:





- I. A Administradora imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis.
- II. A Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência à Sabemi, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:
  - a) noticiará a inobservância do percentual mencionado no *caput* e a interrupção da aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis e solicitará à Sabemi que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;
  - b) informará à Sabemi o número mínimo de Cotas Subordinadas Ordinárias e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado no *caput*.
- III. A Sabemi deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso II, alínea "a", deste parágrafo, tantas Cotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido do Fundo e Cotas Seniores mencionada no *caput*.



**Parágrafo 2º:** Em razão do disposto no *caput*, a Administradora poderá providenciar a emissão de Cotas Subordinadas Ordinárias do Fundo a qualquer tempo, a fim de restabelecer a relação patrimonial prevista neste artigo, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto no Capítulo XV deste Regulamento.

## CAPÍTULO XVIII – DA ASSEMBLEIA GERAL

**Artigo 46:** Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- II. alterar o Regulamento do Fundo, exceto em relação ao disposto no inciso VI abaixo;
- III. deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Gestor;
- IV. deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de Taxa de Administração que tenha sido objeto de redução;
- V. deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do Fundo; e

- VI. deliberar sobre a alteração do prazo de duração de cada Série de Cotas Seniores do Fundo, do *Benchmark* das Cotas Seniores, bem como de quaisquer outras características conforme definido em cada Suplemento anexo ao Regulamento do Fundo.

**Parágrafo Único:** O Regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

**Artigo 47:** A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

**Parágrafo Único:** Somente pode exercer as funções de Representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

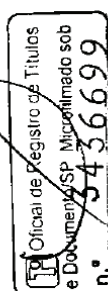
- I. ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- II. não exercer cargo ou função na Administradora, no Gestor, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- III. não exercer cargo na Sabemi.

**Artigo 48:** A convocação da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo far-se-á mediante anúncio publicado no(s) periódico(s) indicados no Prospecto, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

**Parágrafo 1º:** A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos cotistas.

**Parágrafo 2º:** Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

**Parágrafo 3º:** Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os





anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da Administradora.

**Parágrafo 4º:** Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

**Parágrafo 5º:** Para efeito do disposto no parágrafo 2º, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

**Artigo 49:** Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas pode reunir-se por convocação da Administradora ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

**Artigo 50:** Na Assembleia Geral de Cotistas, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada cota um voto, ressalvado o disposto no parágrafo 1º deste artigo.

**Parágrafo 1º:** As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 46, incisos III a V, deste Regulamento, serão tomadas, em primeira convocação, pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

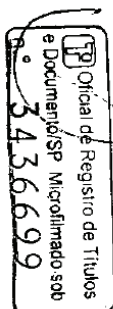
**Parágrafo 2º:** As deliberações sobre as matérias indicadas no artigo 46, inciso VI, dependerão de aprovação, em Assembleia Geral, de Cotistas Seniores que representem 67% (sessenta e sete por cento) das Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

**Parágrafo 3º:** Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

**Parágrafo 4º:** Não têm direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas a Administradora e seus empregados.

**Artigo 51:** As decisões da Assembleia Geral de Cotistas devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

**Parágrafo Único:** A divulgação referida no *caput* deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.



**Artigo 52:** As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I. lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral de Cotistas;
- II. cópia da ata da Assembleia Geral de Cotistas;
- III. exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV. modificações procedidas no prospecto.

#### **CAPÍTULO XIX – DOS EVENTOS DE SUSPENSÃO DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO**

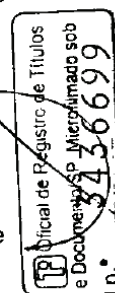
**Artigo 53:** O Fundo deverá suspender a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, na hipótese de verificação de qualquer um dos seguintes índices:

- I. Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 represente percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento);
- II. Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 represente percentual superior a 20% (vinte por cento);
- III. Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 represente percentual superior a 15% (quinze por cento);
- IV. Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F120 represente percentual superior a 10% (dez por cento);
- V. Índice de Perda Acumulada represente percentual superior a 8% (oito por cento);
- VI. Índice de Pré-Pagamento superior a 50% (cinquenta por cento);
- VII. Índice de Recompra superior a 20% (vinte por cento); e
- VIII. Após 6 (seis) meses da Data de Emissão, o Índice de Excesso de Spread inferior a 0,5% (cinco décimos por cento).

**Parágrafo 1º:** Para fins de cálculo dos índices relacionados nos incisos I a VIII do *caput* será utilizada a média móvel de 3 (três) meses do respectivo índice, calculada da Data de Verificação. Os índices relacionados nos incisos I a VIII do *caput*, serão calculados pelo Custodiante na Data de Verificação, cabendo à Administradora analisá-los para fins da verificação ou não de um Evento de Suspensão de Aquisição de Direitos de Crédito.

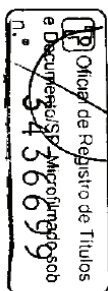
**Parágrafo 2º:** A suspensão de aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis pelo Fundo permanecerá válida até o momento em que se verifique que todos os índices descritos nos incisos I a VIII do *caput* não excedam os limites acima relacionados.

#### **CAPÍTULO XX – DO EVENTOS DE AVALIAÇÃO**

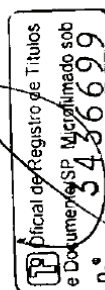


**Artigo 54:** Na hipótese de ocorrência de qualquer uma das situações a seguir descritas, caberá à Administradora, ao Gestor, ao Custodiante, ou aos Cotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pelo Gestor e pela Administradora, delibere sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, e consequente definição de cronograma de pagamentos dos Cotistas:

- I. caso ocorra um evento de suspensão de aquisição de Direitos de Crédito por mais de 03 (três) meses consecutivos;
- II. inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI deste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação Antecipada, verificada pelo Custodiante;
- III. renúncia da Administradora à administração do Fundo;
- IV. inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos no parágrafo 1º do artigo 20 deste Regulamento, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;
- V. aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V deste Regulamento, verificada pelo Custodiante;
- VI. rebaixamento da classificação de risco inicial de Cotas Seniores ou das Cotas Subordinada Preferenciais do Fundo em um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- VII. não subscrição, por qualquer motivo, pela Sabemi, uma vez decorrido o prazo de que trata o inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 45, de tantas Cotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia;
- VIII. inobservância pela Sabemi dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Cobrança e Depósito com relação à cobrança dos Direitos de Crédito, desde que, se notificada pela Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, a Sabemi não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;
- IX. não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das Cotas Seniores;
- X. caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores ou às Subordinadas Preferenciais por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;



- XI. se houver rescisão do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos cotistas, reunidos em Assembleia Geral, a escolha de um novo custodiante para o Fundo no prazo de 30 (trinta) dias;
- XII. ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão;
- XIII. existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos de Crédito não foram regularmente e devidamente formalizados;
- XIV. caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior.



**Parágrafo Único:** Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de Cotas Subordinadas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo. Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 57, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral.

**Artigo 55:** Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares de Cotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

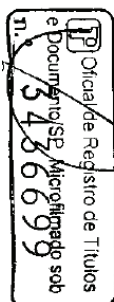
## **CAPÍTULO XXI – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

**Artigo 56:** Cada Série de Cotas Seniores do Fundo será liquidada por ocasião do término do seu prazo de duração.

**Artigo 57:** O Fundo será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

- I. por deliberação de Assembleia Geral de Cotistas, nas hipóteses descritas no artigo 45, parágrafo 1º e artigo 16, II, "b", ambos deste Regulamento;
- II. se o Fundo mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- III. caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

- IV. caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;
- V. se houver amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- VI. impossibilidade do Fundo adquirir Direitos de Crédito admitidos por sua política de investimentos;
- VII. se houver decretação de falência, decretação de Regime Especial de Fiscalização ou cassação da autorização para funcionamento da Sabemi;
- VIII. Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 represente percentual superior a 35% (trinta e cinco por cento);
- IX. Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 represente percentual superior a 30% (trinta por cento);
- X. Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 represente percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento);
- XI. Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F120 represente percentual superior a 15% (quinze por cento);
- XII. Caso o Índice de Perda Acumulada, represente percentual superior a 12% (doze por cento);
- XIII. Caso o Índice de Pré-Pagamento seja superior a 70% (setenta por cento); e
- XIV. Caso o Índice de Recompra seja superior a 30% (trinta por cento).



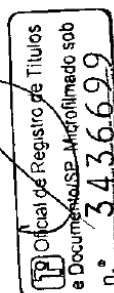
**Parágrafo 1º:** Os índices relacionados nos incisos VIII a XIV do *caput*, serão calculados pelo Custodiante na Data de Verificação, cabendo à Administradora analisá-los para fins da verificação ou não de um Evento de Liquidação. Para fins de cálculo dos referidos índices, será utilizada a média móvel de 3 (três) meses do respectivo índice, calculada na Data de Verificação.

**Parágrafo 2º:** Nas hipóteses do inciso I supra, se a decisão Assembleia Geral for a de não liquidação do Fundo, fica desde já assegurado o resgate das Cotas Seniores dos Cotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.

**Parágrafo 3º:** Na liquidação antecipada do Fundo, não havendo a disponibilidade de recursos, os Cotistas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis constantes da carteira do Fundo, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

**Parágrafo 4º:** Na hipótese da Assembleia Geral de Cotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.



**Parágrafo 5º:** A Administradora deverá notificar os cotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Administradora perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.

**Parágrafo 6º:** Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em circulação.

**Artigo 58:** Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá i) notificar os Cotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de Cotas do Fundo definidos no artigo 57 acima. A Administradora deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral de Cotistas, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os Cotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos cotistas dissidentes de que trata o parágrafo 2º do artigo 57 supra.

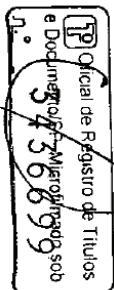
**Artigo 59:** Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 24, parágrafo 1º, deste Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas. O eventual excedente será destinado prioritariamente ao pagamento dos titulares de Cotas Subordinadas Preferenciais, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular, observando-se:



- I. os Cotistas Subordinados poderão receber tal pagamento em Direitos de Crédito, nos termos do parágrafo 2º do artigo 56, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 24, parágrafo 1º, deste Regulamento, desde que assim deliberado em Assembleia Geral convocada para este fim, e;
- II. que Administradora poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 24, parágrafo 1º, deste Regulamento, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do Fundo, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

**Parágrafo Primeiro:** Após o pagamento integral das Cotas Subordinadas Preferenciais, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o eventual excedente será destinado ao pagamento dos titulares de Cotas Subordinadas Ordinárias, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular, observando-se o disposto nos incisos I e II do caput deste Artigo.

**Parágrafo Segundo:** A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observando: i) as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral de Cotistas, e; ii) que cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

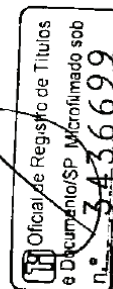


## CAPÍTULO XXII – DOS ENCARGOS DO FUNDO

**Artigo 60:** Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração prevista neste Regulamento:

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento do Fundo ou na regulamentação pertinente;
- III. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- IV. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- V. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;

- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- VIII. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- IX. a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação; e
- X. despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- XI. despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, na forma do inciso I do art. 31 da Instrução CVM nº 356.



**Parágrafo Único:** Quaisquer despesas não previstas neste artigo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

#### **CAPÍTULO XXIII – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS**

**Artigo 61:** A Administradora irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, tal como a eventual alteração da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

**Parágrafo 1º:** A divulgação das informações previstas neste artigo deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo.

**Parágrafo 2º:** Em caso de substituição do periódico indicado pela Administradora no Prospecto do Fundo, os Cotistas serão avisados sobre a referida substituição mediante publicação no periódico anteriormente utilizado, por correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

**Artigo 62:** A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I. o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a loop.



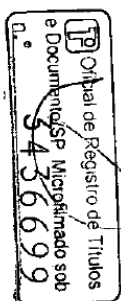
- II. a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III. o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

**Artigo 63:** A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- I. de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- II. de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

**Artigo 64:** As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

**Parágrafo 1º:** O exercício social do Fundo tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de abril e encerramento em 31 de março de cada ano.



**Parágrafo 2º:** Aplicam-se ao Fundo as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo BACEN, observado que, aos exercícios sociais do Fundo iniciados a partir de 1º de agosto de 2011, aplicar-se-ão as disposições da Instrução CVM nº 489, 14 de janeiro de 2011.

#### **CAPÍTULO XXIV – DA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO**

**Artigo 65:** O Gestor deste Fundo adota política de exercício de direito de voto ("Política de Voto") em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A Política de Voto orienta as decisões do Gestor em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários de titularidade do Fundo que confirmam a este o direito de voto.

**Parágrafo Único:** A versão integral da Política de Voto do Gestor encontra-se disposta no website desta no endereço: <http://www.polocapital.com/cartas/PoliticaDeVoto-FundosDeInvestimentoPolo-30-Jun-08.pdf>.

#### **CAPÍTULO XXV – DO FORO**

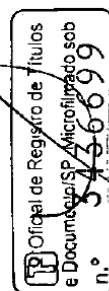
**Artigo 66:** Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer

ações judiciais relativas ao Fundo ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2012.

  
**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS,  
CÂMBIO E COMMODITIES**  
Instituição Administradora do

POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I





## ANEXO I – SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

Suplemento nº 01 referente à 1ª Série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, administrado por **Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**.

**1. Prazo.** O prazo de duração da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo é de 66 (sessenta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de Cotas Seniores.

**2. Benchmark das Cotas Seniores da 1ª Série.** A 1ª Série de Cotas Seniores, representativa do Patrimônio Inicial do Fundo, possui um *Benchmark* de rentabilidade correspondente a 123% (cento e vinte e três por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)).

**2.1.** Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, da Administradora, do Gestor, da Sabemi ou do Custodiante acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

**3. Avaliação de Risco – Rating.** A 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo obterá classificação de risco a ser preparada pela agência Standard & Poors.

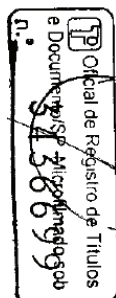
**4. Quantidade.** Serão emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil) Cotas Seniores.

**5. Valor Inicial de Emissão.** O valor inicial de emissão unitário de Cotas Seniores da 1ª Série é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), observada uma aplicação mínima inicial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por investidor, não havendo limite máximo de subscrição por investidor.

**6. Valor de Subscrição.** Na subscrição de Cotas Seniores do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências, conforme definido no Regulamento e no Boletim de Subscrição.

**6.1.** Na subscrição de Cotas do Fundo que ocorrer posteriormente a Data da 1ª Integralização de Cotas do Fundo, será utilizado o valor de abertura da Cota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

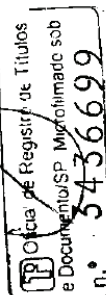
**7. Distribuição.** A distribuição da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo, ofertadas publicamente, será liderada pela Administradora, em regime de melhores esforços, que poderá contratar



Assinatura manuscrita.

terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto no Prospecto da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo.

7.1. A Oferta Pública de Cotas Seniores da 1ª Emissão do Fundo será composta por 65.000 (sessenta e cinco mil) Cotas Seniores, com Valor Unitário Inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, totalizando R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais). A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 22.750 (vinte e duas mil e setecentas e cinquenta) Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo, e consequentemente 12.250 (doze mil e duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas (sendo 5.250 (cinco mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Preferenciais e 7.000 (sete mil) Cotas Subordinadas Ordinárias), poderá se dar por encerrado o período de distribuição de Cotas Seniores da 1ª Emissão do Fundo. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo 3º do artigo 33 do Regulamento.



7.2. A Administradora deverá observar, inclusive na hipótese acima, a Razão de Garantia, definida no Artigo 45 deste Regulamento.

**8. Amortização e Resgate.** A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, as Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAMT = VCS(T) \times (1/(54 - (M - 1)))$$

VAMT é o valor de amortização das Cotas Seniores.

VCS(T) é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização (T).

M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 54 (última amortização).

8.1. O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

8.2. O resgate das Cotas Seniores ocorrerá no 66º (sexagésimo sexto) mês, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores.

8.3. O pagamento das amortizações e do resgate mencionados nos itens 8.1 e 8.2, acima, corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no quinto dia útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista

A handwritten signature in black ink.

para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

**8.4.** As Cotas Subordinadas Preferenciais e as Subordinadas Ordinárias deverão ser amortizadas mensalmente, desde que observados o disposto no artigo 39 do Regulamento e seus parágrafos, respectivamente, no período compreendido entre o 13º (décimo terceiro) mês e o 66º (sexagésimo sexto) mês, contados da data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo.

**8.5.** Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização das Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo, as quais serão amortizadas e/ou resgatadas somente após o resgate da totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

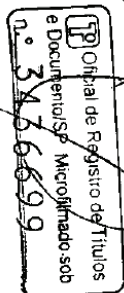
São Paulo, 21 de junho de 2011.

**José Roberto Matias**  
Procurador

**Luis Locespi**  
Procurador

**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E  
COMMODITIES**

Instituição Administradora do  
**POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS I**



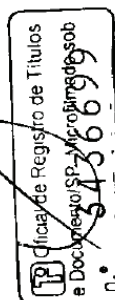
## ANEXO II – TERMO DE ADESAO AO REGULAMENTO

Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco do  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I

Nome/Razão Social do Cotista: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_ VALOR (R\$) \_\_\_\_\_

Na qualidade de subscritor de Cotas [Seniores/Subordinadas Preferenciais/Subordinadas Ordinárias] de emissão do POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I ("Fundo) administrado pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários ("Administradora"), venho, por meio do presente Termo de Adesão ao Regulamento ao Fundo, declarar o quanto segue:



I - Ter recebido um exemplar do Regulamento e do Prospecto da Oferta de Cotas do Fundo, administrado pela Administradora e cuja gestão da carteira é exercida pela Polo Capital Gestão de Recursos Ltda., com sede na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22440-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.451.668/0001-79, autorizada pela CVM a prestar os serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, nos termos do meio do Ato Declaratório CVM nº 7.162, de 19 de março de 2003 ("Gestor");

II - Ter lido e compreendido os termos, cláusulas e condições do Regulamento, cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente, especialmente quanto à Política de Investimento adotada pelo Fundo;

III - Ter ciência dos riscos envolvidos nas operações realizadas pelo Fundo, os quais encontram-se descritos no Regulamento e no Prospecto do Fundo;

IV - Ter conhecimento e concordar com a possibilidade de ocorrência de perda do capital investido, no todo ou em parte, ou por eventuais prejuízos da carteira, em virtude da adoção da política de investimento prevista no Regulamento;

V - Ter ciência de que, não obstante a diligência do Administrador e do Gestor, os investimentos em fundos de investimento, por sua própria natureza, estão sempre sujeitos a riscos. Por este motivo, o Administrador e o Gestor não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da carteira ou perda da rentabilidade, ou

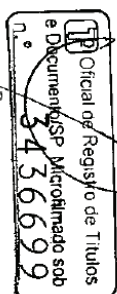
mesmo do capital investido, no todo ou em parte, salvo nos casos de sua comprovada negligência ou má-fé;

VI - Estar ciente de que os investimentos no Fundo não possuem garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante do Fundo e/ou do Fundo Garantidor de Créditos, de acordo com a legislação brasileira, e que a rentabilidade passada e simulações de carteira do Fundo não constituem garantia de rentabilidade futura;

VII - Estar ciente de que as Cotas Seniores [e as Cotas Subordinadas] emitidas pelo Fundo, objeto de distribuição pública, não são adequadas a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário brasileiro para negociação tanto de cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios como de direitos de créditos apresenta atualmente baixa liquidez, não havendo nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das cotas que possibilite aos investidores a alienação de suas cotas, caso estes assim decidam;

VIII - Obrigar-se a manter a documentação cadastral atualizada, de acordo com as regras vigentes;

IX - Estar ciente de que o Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, e que preenche os requisitos de investidor qualificado, nos termos da regulamentação editada pela CVM, estando desta forma apto a investir no Fundo, razão pela qual, neste ato, assina também a "DECLARAÇÃO DE INVESTIDOR QUALIFICADO", junto ao Administrador do Fundo.



As declarações ora prestadas são a expressão da verdade.

Sendo assim, o Investidor adere expressamente aos termos, cláusulas e condições do Regulamento.

O presente instrumento é irrevogável e irretroatável, vinculando o Investidor por si, seus herdeiros e sucessores.

Os termos utilizados neste Termo de Adesão, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

\_\_\_\_\_  
[NOME/DENOMINAÇÃO DO INVESTIDOR]

CPF/CNPJ:



### ANEXO III – DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO POR AMOSTRAGEM

Em decorrência do significativo volume, rotatividade e valores dos tickets médios das operações de crédito consignado, a metodologia a ser utilizada pelo Custodiante para a realização dos procedimentos de auditoria de lastro dos Direitos de Crédito que compõem a carteira do Fundo contempla:

**(i) Amostra para Auditoria de Lastro:** Amostra probabilista simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando, ainda, a proporcionalidade em relação à diversificação de devedores, quantidade e valor médio dos Direitos de Crédito, com nível de confiança de 90% (noventa por cento) e erro tolerável aceitável de até 10% (dez por cento). Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\zeta_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Onde:

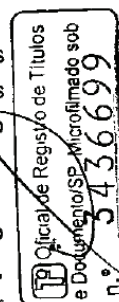
$\zeta_0^2$ : Erro estimado;

A: Tamanho da amostra;

N: População total;

$n_0$ : Fator amostral.

**(ii) Amostra para procedimentos de cobrança:** 100% (cem por cento) dos itens inadimplentes da amostra selecionada para auditoria do lastro.

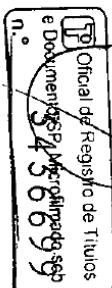




**ANEXO IV – LIMITE MÁXIMO DE CONCENTRAÇÃO POR ENTE PÚBLICO CONVENIADO,  
EM TERMOS PERCENTUAIS, COM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO**

<b>Ente Público Federal Conveniado</b>	<b>Limite Máximo em relação ao Patrimônio Líquido</b>
Exército Brasileiro	50%
Marinha do Brasil	50%
Aeronáutica	50%
SIAPÉ	75%
INSS	50%
Demais Entes Públicos Estaduais e Municipais Conveniados	10% (com limite individual de 2,5% por Ente Público Conveniado inserido nesta categoria)

\*\*\*

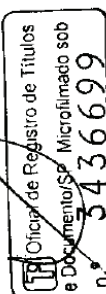


## ANEXO V – SUPLEMENTO DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

Suplemento nº 02 referente à 2ª Série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, administrado por **Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**.

**1. Prazo.** O prazo de duração da 2ª Série de Cotas Seniores do Fundo é de 66 (sessenta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de Cotas Seniores da 2ª Série.

**2. Benchmark das Cotas Seniores da 2ª Série.** A 2ª Série de Cotas Seniores possui um *Benchmark* de rentabilidade correspondente a 123% (cento e vinte e três por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)).



**2.1.** Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, da Administradora, do Gestor, da Sabemi ou do Custodiante acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

**3. Avaliação de Risco – Rating.** A 2ª Série de Cotas Seniores do Fundo, bem como as Cotas Subordinadas Preferenciais, obterão classificação de risco a ser preparada pela agência Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjuntos 181 e 182, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40. As Cotas Subordinadas Ordinárias não serão objeto de classificação de risco. Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das Cotas Seniores e/ou das Cotas Subordinadas Preferenciais, serão adotados os seguintes procedimentos: (i) comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo indicado no Prospecto ou através de correio eletrônico; e (ii) envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

**4. Quantidade.** Serão emitidas até 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores.

**5. Valor Inicial de Emissão.** O valor inicial de emissão unitário de Cotas Seniores da 2ª Série é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), observada uma aplicação mínima inicial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por investidor, não havendo limite máximo de subscrição por investidor.

**6. Valor de Subscrição.** Na subscrição de Cotas Seniores do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos

A handwritten signature in dark ink, located at the bottom right of the page.

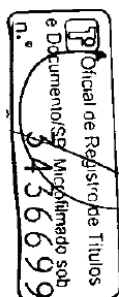
recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências, conforme definido no Regulamento e no Boletim de Subscrição.

**6.1.** Na subscrição de Cotas do Fundo que ocorrer posteriormente a Data da 1ª Integralização de Cotas do Fundo, será utilizado o valor de abertura da Cota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

**7. Distribuição.** A distribuição da 2ª Série de Cotas Seniores do Fundo, bem como das Cotas Subordinadas Preferenciais, ofertadas publicamente, será liderada pela Administradora, em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto no Prospecto da Oferta Pública da 2ª Série de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Preferenciais.

**7.1.** A Oferta Pública de Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo será composta por até 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores, com Valor Unitário Inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, totalizando o montante de até R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais).

**7.2.** A Administradora deverá observar, inclusive na hipótese acima, a Razão de Garantia, definida no Artigo 45 do Regulamento. Por tal razão, serão emitidas, no âmbito da Oferta Pública de Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo, (i) até 11.250 (onze mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Preferenciais, e (ii) até 15.400 (quinze mil e quatrocentas) Cotas Subordinadas Ordinárias.



**7.3.** A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 9.750 (nove mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo e, consequentemente, 5.250 (cinco mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas (sendo 2.250 (duas mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Preferenciais e 3.000 (três mil) Cotas Subordinadas Ordinárias), poderá se dar por encerrado o período de distribuição de Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Parágrafo 4º do Artigo 33 do Regulamento.

**8. Amortização e Resgate.** A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo, as Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAMT = VCS(T) \times (1/(54 - (M - 1)))$$

VAMT é o valor de amortização das Cotas Seniores.

VCS(T) é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização (T).

M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 54 (última amortização).

8.1. O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

8.2. O resgate das Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo ocorrerá no 66º (sexagésimo sexto) mês, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores desta série.

8.3. O pagamento das amortizações e do resgate mencionados nos itens 8.1 e 8.2, acima, corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

8.4. As Cotas Subordinadas Preferenciais e as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão ser amortizadas mensalmente, desde que observado o disposto nos Artigos 39 e seguintes do Regulamento, no período compreendido entre o 13º (décimo terceiro) mês, contado da data da 1ª integralização de Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo, e o resgate da totalidade das Cotas Seniores.

8.5. Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização das Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo, as quais serão amortizadas e/ou resgatadas somente após o resgate da totalidade das Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

José Roberto Matias  
Procurador

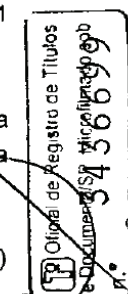
São Paulo, 29 de novembro de 2011.

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE  
VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Instituição Administradora do

POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS I

Luis Locaspi  
Procurador



## ANEXO XI - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO



## DECLARAÇÃO

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") para o exercício profissional da atividade de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08 ("**Administradora**"), e integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, na qualidade de (i) instituição administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("**Fundo**") e (ii) de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição de cotas seniores da segunda série e das cotas subordinadas preferenciais do Fundo ("**Oferta Pública**"), vem, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar (a) que as informações prestadas pela administradora do Fundo por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

São Paulo, 22 de novembro de 2011.



---

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por: Antonio Joel Rosa  
Cargo: Diretor estatutário

Por: Ricardo Gattai  
Cargo: Diretor estatutário

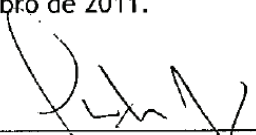
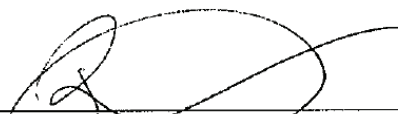
## ANEXO XII - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA



## DECLARAÇÃO

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para o exercício profissional da atividade de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, na qualidade de instituição administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 (“Fundo”), vem, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) o prospecto de distribuição pública de cotas seniores da segunda série e das cotas subordinadas preferenciais do Fundo (“Prospecto” e “Oferta”, respectivamente) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos inerentes aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta.

São Paulo, 22 de novembro de 2011.

  
\_\_\_\_\_  
**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por: Ricardo Augusto Leão Martins  
Cargo: Diretor estatutário

Por: Antonio Joel Rosa  
Cargo: Diretor estatutário



ANEXO XIII - RELATÓRIO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA SEGUNDA SÉRIE DE COTAS SENIORES E DAS COTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS, ELABORADO PELA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Data de Publicação: 23 de novembro de 2011

Comunicado à Imprensa

## Standard & Poor's atribui ratings preliminares à 2ª série de cotas seniores e às cotas subordinadas preferenciais do Polo Consignados FIDC I

Analistas principais: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, [leandro\\_albuquerque@standardandpoors.com](mailto:leandro_albuquerque@standardandpoors.com) e Maria Renata Lotfi, São Paulo, 55 (11) 3039-9724, [renata\\_lotfi@standardandpoors.com](mailto:renata_lotfi@standardandpoors.com)

Analista de monitoramento: Gustavo Belger, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, [gustavo\\_belger@standardandpoors.com](mailto:gustavo_belger@standardandpoors.com)

Diretor analítico: Juan Pablo De Molleín, Emerging Market Structured Finance, Nova York, (1) 212-438-2536, [juan\\_demollein@standardandpoors.com](mailto:juan_demollein@standardandpoors.com)

### Resumo

- A carteira de direitos creditórios do FIDC será composta por contratos de concessão de assistência financeira originados pela Sabemi Seguradora S.A., os quais possuem as mesmas características dos empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento e que são devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320.
- A Standard & Poor's atribuiu hoje os ratings preliminares 'brAAA (sf)' e 'brBBB (sf)', em sua Escala Nacional Brasil, à 2ª série de cotas seniores e às cotas subordinadas preferenciais, a serem emitidas pelo Polo Consignados FIDC, no montante de até R\$ 48,8 milhões e de até R\$ 26,3 milhões, respectivamente.
- O Polo Consignados Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I (Polo Consignados FIDC) apresenta reforço de crédito proporcionado pela subordinação mínima de 35% disponível às cotas seniores e 20% disponível às cotas subordinadas preferenciais, além do spread excedente (estimado inicialmente em 11,70% ao ano), para cobrir despesas do FIDC além de fornecer proteção de crédito adicional aos cotistas.

**SÃO PAULO (Standard & Poor's) 23 de novembro de 2011** – A Standard & Poor's atribuiu os ratings preliminares 'brAAA (sf)' e 'brBBB (sf)', em sua Escala Nacional Brasil de classificação de emissões, respectivamente, à segunda série de cotas seniores e às cotas subordinadas preferenciais do Polo Consignados Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I (Polo Consignados FIDC).

O rating preliminar 'brAAA (sf)' atribuído às cotas seniores do Polo Consignados FIDC expressa nossa opinião sobre a qualidade de crédito dessas cotas, indicando que a estrutura, os mecanismos de reforço da qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que vão compor a carteira do FIDC fornecem uma proteção **EXTREMAMENTE FORTE** contra perdas advindas de inadimplência em comparação com outros títulos emitidos no Brasil.

O rating preliminar 'brBBB (sf)' atribuído às cotas subordinadas preferenciais do Polo Consignados FIDC expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas, indicando que a estrutura, os mecanismos de reforço da qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que vão compor a carteira do FIDC fornecem uma proteção **ADEQUADA** contra perdas advindas de inadimplência em comparação com outros títulos emitidos no Brasil.

Os mecanismos de reforço da qualidade de crédito presentes no Polo Consignados FIDC incluem a proteção de crédito proporcionada pela subordinação das cotas seniores (35%), das cotas subordinadas preferenciais (20%) e o spread excedente mínimo, estimado inicialmente em 11,7% ao ano, que será proporcionado pela aplicação de uma taxa mínima de desconto na aquisição dos direitos creditórios (equivalente ao maior entre 1,4% ao mês e 55% da taxa de juros definida no contrato de empréstimo a ser adquirido).

As cotas seniores do FIDC buscarão um retorno-alvo estimado em torno de 123% da taxa DI Over ao ano, enquanto a rentabilidade-alvo das cotas subordinadas preferenciais será igual à Taxa DI Over acrescida de um spread de 7% a.a. As cotas subordinadas, que também não serão classificadas pela Standard & Poor's, não apresentarão rentabilidade-alvo, porém deverão se beneficiar de qualquer rentabilidade excedente disponível depois do pagamento de despesas, da

recomposição das reservas requeridas e do cumprimento da remuneração-alvo das cotas seniores e das cotas subordinadas preferenciais.

Informações adicionais sobre o Polo Consignados I FIDC podem ser encontradas no relatório de rating preliminar emitido em 10 de maio de 2011.

#### Publicações Relacionadas:

- "Metodologia Baseada em Princípios Fundamentais para Análise de Ratings de Operações Estruturadas Globais", publicada em português em 7 de agosto de 2009 em [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br)
- "Perspectiva das operações estruturadas no Brasil para o segundo semestre de 2011: Economia forte e Índice de desemprego estável devem moderar aumento da inadimplência", publicado em 25 de julho de 2011.
- "Índice de Operações Estruturadas Lastreadas em Empréstimos ao Consumo no Brasil: O endividamento do consumidor está aumentado de forma muito rápida?", publicado em 5 de maio de 2011.
- "Global Structured Finance Scenario And Sensitivity Analysis: The Effects Of The Top Five Macroeconomic Factors", publicado em 4 de novembro de 2011.

#### Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's

A Regra 17g-7 da *Securities And Exchange Commission* (SEC) exige que uma Organização Nacionalmente Reconhecida de Ratings Estatísticos (NRSRO, na sigla em inglês) inclua uma descrição das representações, garantias e mecanismos de execução disponíveis aos investidores e uma descrição de como estes se diferem das representações, garantias e mecanismos de aplicação em emissões de títulos similares, no caso de qualquer relatório que acompanhe um rating de crédito relacionado a um título lastreado por ativos como definido na Regra.

O Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's 17g-7 incluso neste relatório de rating está disponível em <http://standardandpoorsdisclosure-17g7.com/1111289.pdf>.

Copyright© 2011 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P). Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUALQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) / [www.standardandpoors.com.mx](http://www.standardandpoors.com.mx) / [www.standardandpoors.com.ar](http://www.standardandpoors.com.ar) / [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br), [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com) e [www.globalcreditportal.com](http://www.globalcreditportal.com) (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

The McGraw-Hill Companies

ANEXO XIV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CEDENTE RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2008







Continuação

11 Provisões técnicas

(a) Seguros

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
ROR-77	2.408	2.010	2008	2007	RCP	RSI	ROR	ROR
ROR-80	42	679	663	90	1.279	1.537	1.441	1.441
ROR-83	12	13	1.014	1.250	50	40	1.407	1.407
ROR-85	337	311	2.248	3.352	2.102	3.113	2.102	3.113
Retorno sobre IRB	2.488	3.002	36	337	2.488	3.352	2.102	3.113
Total	2.488	3.002	36	337	2.488	3.352	2.102	3.113

(b) Seguros - Vida Individual

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Matutidade de benefícios concedidos	207	207	207	207	207	207	207	207
Benefícios a regularizar	31	31	31	31	31	31	31	31
Reservas e outros valores a regularizar	21	21	21	21	21	21	21	21
Despesas administrativas	207	207	207	207	207	207	207	207

(c) Provisões complementares

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Risco não exposto	22	22	22	22	22	22	22	22
Compensação de Prêmio	27	27	27	27	27	27	27	27
Quotação de Risco	44	44	44	44	44	44	44	44
Matutidade de benefícios a conceder	2	2	2	2	2	2	2	2
Matutidade de benefícios a pagar	201	201	201	201	201	201	201	201
Benefícios a regularizar	69	69	69	69	69	69	69	69
Reservas e outros valores a regularizar	54	54	54	54	54	54	54	54
Despesas administrativas	207	207	207	207	207	207	207	207

12 Garantias das provisões técnicas

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativos oferecidos em cobertura	9.827	9.827	9.827	9.827	9.827	9.827	9.827	9.827
Quotas de fundos de investimento - Fidei Joca	3.738	3.738	3.738	3.738	3.738	3.738	3.738	3.738
Certificados de depósito bancário - CDB	3.28	3.28	3.28	3.28	3.28	3.28	3.28	3.28
Letras financeiras do Tesouro - LFT	1.063	1.063	1.063	1.063	1.063	1.063	1.063	1.063
Quotas de fundos de investimento em dívida credida	15.999	15.999	15.999	15.999	15.999	15.999	15.999	15.999
Não prometidas	12.220	12.220	12.220	12.220	12.220	12.220	12.220	12.220

13 Partes relacionadas

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a receber	127	127	127	127	127	127	127	127
Passivo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a pagar	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos de terceiros	127	127	127	127	127	127	127	127
Reserva de caixa	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos	127	127	127	127	127	127	127	127
Provisão (a) (1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)
Ativo operacional de concessão em folha, onde a Companhia atua como correspondente	(817)	(817)	(817)	(817)	(817)	(817)	(817)	(817)

14 Contingências passivas

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a receber	127	127	127	127	127	127	127	127
Passivo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a pagar	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos de terceiros	127	127	127	127	127	127	127	127
Reserva de caixa	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos	127	127	127	127	127	127	127	127
Provisão (a) (1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)

15 Partes relacionadas

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a receber	127	127	127	127	127	127	127	127
Passivo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a pagar	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos de terceiros	127	127	127	127	127	127	127	127
Reserva de caixa	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos	127	127	127	127	127	127	127	127
Provisão (a) (1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)

16 Partes relacionadas

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a receber	127	127	127	127	127	127	127	127
Passivo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a pagar	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos de terceiros	127	127	127	127	127	127	127	127
Reserva de caixa	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos	127	127	127	127	127	127	127	127
Provisão (a) (1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)

17 Partes relacionadas

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a receber	127	127	127	127	127	127	127	127
Passivo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a pagar	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos de terceiros	127	127	127	127	127	127	127	127
Reserva de caixa	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos	127	127	127	127	127	127	127	127
Provisão (a) (1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)

18 Partes relacionadas

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a receber	127	127	127	127	127	127	127	127
Passivo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a pagar	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos de terceiros	127	127	127	127	127	127	127	127
Reserva de caixa	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos	127	127	127	127	127	127	127	127
Provisão (a) (1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)

19 Partes relacionadas

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a receber	127	127	127	127	127	127	127	127
Passivo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a pagar	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos de terceiros	127	127	127	127	127	127	127	127
Reserva de caixa	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos	127	127	127	127	127	127	127	127
Provisão (a) (1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)

20 Partes relacionadas

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a receber	127	127	127	127	127	127	127	127
Passivo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a pagar	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos de terceiros	127	127	127	127	127	127	127	127
Reserva de caixa	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos	127	127	127	127	127	127	127	127
Provisão (a) (1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)

21 Partes relacionadas

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a receber	127	127	127	127	127	127	127	127
Passivo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a pagar	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos de terceiros	127	127	127	127	127	127	127	127
Reserva de caixa	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos	127	127	127	127	127	127	127	127
Provisão (a) (1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)

22 Partes relacionadas

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a receber	127	127	127	127	127	127	127	127
Passivo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a pagar	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos de terceiros	127	127	127	127	127	127	127	127
Reserva de caixa	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos	127	127	127	127	127	127	127	127
Provisão (a) (1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)

23 Partes relacionadas

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a receber	127	127	127	127	127	127	127	127
Passivo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a pagar	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos de terceiros	127	127	127	127	127	127	127	127
Reserva de caixa	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos	127	127	127	127	127	127	127	127
Provisão (a) (1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)

24 Partes relacionadas

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a receber	127	127	127	127	127	127	127	127
Passivo	127	127	127	127	127	127	127	127
Outros créditos a pagar	127	127	127	127	127	127	127	127
Depósitos de terceiros	127	127	127	127	127	127	127	127

ANEXO XV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CEDENTE RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2009











## Continuação

(c) **Regime Tributário de Transição**  
O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que dispore sobre os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.  
O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manter a opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).  
A Empresa optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.  
**19 Participação dos empregados nos lucros**  
A Companhia firmou acordo de caráter normativo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) do exercício de 2009, regulada pela Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, devidamente homologado no sindicato da categoria. O pagamento da participação dos empregados nos lucros, foi feito nas bases estabelecidas pelo acordo assinado e tais valores foram deduzidos como despesa operacional, para fins tributários.

## 20 Ramos de atuação

Os principais ramos de atuação são demonstrados abaixo:

Ramo	2009			2008		
	Prêmio Ganho	% S.C.	% L.C.	Prêmio Ganho	% S.C.	% L.C.
03-82 APC ...	13.739	0,55	16,78	14.497	0,5	17,25
03-77						
- Prestamistas ...	8.370	10,49%	4,79%	6.263	24,21%	10,82%
- 585 DPVAT ...	23.782	86,79%	1,44%			
Outros ...	2.382	0,16%	2,74%	11.709	0,51%	0,10%
	49.280	45,13%	6,19%	23.503	6,55%	13,58%

I.S. - Índice de Sinistralidade

I.C. - Índice de Comissionamento

## 21 Instrumentos financeiros

(a) **Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**  
A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e créditos a receber, assistência financeira a participantes de plano de benefícios de previdência complementar aberta e a seguros de seguros de pessoas, e contas a pagar a terceiros. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.  
**(b) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e créditos a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar**  
Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.  
**(c) Aplicações financeiras**  
O valor contábil das aplicações financeiras em reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e a proximidade do valor de mercado.

## (d) Assistência financeira

As operações de assistência financeira são registradas a valor presente, calculadas "pro-rata temporis" com base na taxa de juros pactuada.  
**(e) Política de gestão de riscos financeiros**  
A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que se orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.  
A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho Diretor e prevê a existência de um comitê de gerenciamento de risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

## (f) Risco de crédito

A política de assistência financeira da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira.  
No que diz respeito às aplicações financeiras, a Companhia possui contrato junto à Instituição financeira para administração de sua carteira de investimentos, o qual prevê a diversificação destes investimentos e a conformidade com os parâmetros de cobertura previstos na Resolução BACEN nº 3.308/05.

## (g) Risco de liquidez

O risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do decréscimo de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.  
Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.  
**(h) Risco de mercado - Taxa de juros**  
O risco associado à mudança da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que surtem impactos nas despesas financeiras relativas a captações no mercado.  
A Companhia, quando aplicável, monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

## PARECER AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE

Aos Administradores, Acionistas, Segurados e Corretores da Sabemi Seguradora S.A. - CNPJ - 87.163.234/0001-38  
1. Examinamos os critérios, parâmetros, e metodologias atuariais aplicadas nas notas técnicas atuariais, planos e cálculos das provisões técnicas da Sabemi Seguradora, com base no FIP e nos demonstrativos financeiros da data base de 31/12/2009, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas informações, conforme Resolução CNSP 135/2005.

2. A verificação e testes seguiram os princípios inerentes à boa técnica e aos princípios e fundamentos da Ciência Atuarial e compreendem: (a) os critérios de subscrição; (b) o planejamento dos cálculos, considerando a evolução e relevância dos saldos das provisões; (c) a constatação, com base em testes e entrevistas, das evidências, dos registros e das informações técnicas divulgadas; (d) critérios e parâmetros utilizados nas regulações e liquidações dos sinistros e benefícios; e (e) a avaliação das práticas e metodologias atuariais mais representativas adotadas pela Seguradora e utilizadas para o registro de suas operações.

3. Em nossa opinião, os critérios e parâmetros atuariais utilizados permitem avaliar adequadamente os compromissos futuros assumidos e o passivo atuarial representado pelas provisões técnicas, considerando-se a relevância dos saldos e os aspectos relativos a eles atinentes, sob o ponto de vista da conformidade com suas normas técnicas e legais e devidamente cobertos com ativos próprios.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2010.

Prof. José Antônio Lumertz

Atuário - MBA 448

## PARECER ATUARIAL

1. Realizada a Avaliação Atuarial da Sabemi Seguradora S.A. com data base 31/12/2009, em conformidade com as normas em vigor, em especial a Resolução CNSP 162/2006 e Circular SUSPEP 27/2004, foram examinadas as carteiras de seguros e de previdência, quanto à existência de informações necessárias à sua avaliação, e seu objetivo de garantia das operações e compromissos técnicos assumidos, bem como quanto ao risco econômico relacionado ao equilíbrio entre ativos e passivos atuariais.  
2. Os resultados obtidos de forma consolidada constatarem a suficiência das provisões constituídas, dimensionadas de forma a gerar a segurança atuarial necessária aos compromissos assumidos quanto às operações oriundas de seus planos. Os ativos mostram-se consistentes, dando segurança à evolução dos passivos atuariais, conforme os parâmetros econômicos de avaliação. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é calculada conforme o critério descrito em Nota Técnica Atuarial para o estoque de demandas judiciais, mantendo-se adequado frente ao seu objetivo. Os testes realizados junto a PPNG, RVNE e PCP, acusaram suficiência, não havendo necessidade de constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP).  
3. Quanto às operações de previdência, a constituição da Provisão de Insuficiência de Contribuições (PIC) vem sendo avaliada e constituída mensalmente, segundo os critérios de segurança atuarial recomendados. Todas as provisões encontram-se detalhadamente analisadas no relatório da avaliação atuarial.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2010.

ATUARIAL BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria

CNPJ 06114280/0001-45 - CBEA 0087

Eder Gerson Aguiar de Oliveira Luiz Ernesto Both

Atuário - MBA 425

Eliana Schwingel Diederichsen Diretora

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Sabemi Seguradora S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Sabemi Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Seguradora; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais

representativas adotadas pela administração da Seguradora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sabemi Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2010

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 25P001600-5 "F" RS

Edson Ansa Pereira

Contador CRC 15P1272410-0 "S" RS

## TERCEIRO TABELIONATO DE PROTESTOS

RUA MARQUÊS DO POMBAL, 20 - PORTO ALEGRE - RS

Responsável	CNPJ/CPF	Apresentante	Valor R\$	Vencimento	Especie	Motivo
AEROMOT AERONAVES E MOTORES SA	92833110000152	BCO HSBC BANK BRASIL S/A	417,00	1/2/2010	DMI	FP
AGATHA FASHION COM CONF.	10509612000131	BCO UNIBANCO S/A	2.800,00	30/1/2010	DMI	FP
ANA LUCIA MACHADO TERRA LOPES	23742909053	BCO BRADESCO/CENTRO	982,00	15/12/2009	DMI	FP
ANDERSON LUIZ MORAES BARCELOS	00148520025	BANCO SANTANDER BANESPA	300,00	2/2/2010	DMI	FP
BNF BRASIL FOCAL	01589723004548	BCO BRADESCO/CENTRO	19,25	4/2/2010	DMI	FP
CAF CARINHO'S BOM DE RESTAURANTE TDA	10663250000175	BCO BRADESCO/CENTRO	275,00	4/2/2010	DMI	FP
CARLOS ALBERTO DE ALBUQUERQUE FOUNTOURA	62861942004	BCO BRADESCO/CENTRO	2.475,00	29/1/2010	DMI	FP
CARLOS SERGIO ROSA MARTINS	01383779015	BCO UNIBANCO S/A	18,57	3/2/2010	DMI	FP
CARLOS SERGIO ROSA MARTINS	01383779015	BCO UNIBANCO S/A	168,84	1/2/2010	DMI	FP
CARLOS SERGIO ROSA MARTINS	01383779015	BCO UNIBANCO S/A	446,38	1/2/2010	DMI	FP
CAUDILHO COM DE CONFECÇÕES LTDA	10509612000180	BCO BRADESCO/CENTRO	23,83	2/2/2010	DMI	FP
CENTIFEDE CALÇADOS LTDA	88332572000481	BCO BRADESCO/CENTRO	320,18	3/2/2010	DMI	FP
CENTIFEDE CALÇADOS LTDA	88332572000481	BCO BRADESCO/CENTRO	528,00	3/2/2010	DMI	FP
CENTIFEDE CALÇADOS LTDA	88332572000481	BCO BRADESCO/CENTRO	734,00	3/2/2010	DMI	FP
CENTIFEDE CALÇADOS LTDA	88332572000481	BCO BRADESCO/CENTRO	264,00	3/2/2010	DMI	FP
CENTIFEDE CALÇADOS LTDA	88332572000481	BCO BRADESCO/CENTRO	296,18	3/2/2010	DMI	FP
CFS COMERCIO E REFEIS LTDA	02702708000110	BCO BRADESCO/CENTRO	145,34	1/2/2010	DMI	FP
CLEONIS ANTONIO VERONA	47151943091	BCO BRADESCO/CENTRO	587,08	1/2/2010	DMI	FP
CLEONIS ANTONIO VERONA	47151943091	BCO BRADESCO/CENTRO	184,20	1/2/2010	DMI	FP
CONSTRUTORA PORTO DOS CASAS	89523419000131	BCO ITAUCENTRAL COBRANCA	180,00	26/1/2010	DMI	FP
CPK PARKING AUTO ESTAC LTDA	80969714000128	BCO BRADESCO/CENTRO	250,00	26/1/2010	DMI	FP
CR MOLOURAS LTDA	0137568000103	BCO BRADESCO/CENTRO	271,05	2/2/2010	DMI	FP
DGO INO E COM DE CALÇADOS LTDA	08117735000101	BCO BRADESCO/CENTRO	1.800,00	25/1/2010	DMI	FP
DIETZ BROYER BORDOWSKI VEST	10301295000190	BCO BRADESCO/CENTRO	1.234,81	3/2/2010	DMI	FP
DISFER COSTE DE FERRAMENTAS LTDA	04383171000160	BCO BRADESCO/CENTRO	12,50	2/2/2010	DMI	FP
DITRIBUIDORA ALBINA LTDA	0832505000150	BCO BRADESCO/CENTRO	380,00	1/2/2010	DMI	FP
DOUGLAS DA ROSA - ME	01489758000106	BCO BRADESCO/CENTRO	997,50	5/1/2010	DMI	FP
DOUGLAS DA ROSA - ME	01489758000106	BCO BRADESCO/CENTRO	338,00	5/1/2010	DMI	FP
EDER VINICIUS PETERMANN	0211800083	BANCO PANAMERICANO S/A	468,46	29/8/2009	DD	FP
ELIAS KRAS BEHNCK	08816190000	BCO UNIBANCO S/A	56,10	30/1/2010	DMI	FP
ERNE E LENIELE	0486240000147	BCO BRADESCO/CENTRO	1.057,59	1/2/2010	DMI	FP
EXPRESSO MACHADO E HEIDER LTDA	02421168000104	BCO BRADESCO/CENTRO	348,40	1/2/2010	DMI	FP
EXPRESSO MACHADO E HEIDER LTDA	02421168000104	CAIXA E FEDERAL/PCAL/ALFANDEGA	4.617,51	2/2/2010	DMI	FP
EZEQUIEL DA SILVA LEITE	07310523000190	BCO BRADESCO/CENTRO	310,96	4/2/2010	DMI	FP
EZEQUIEL DA SILVA LEITE	07310523000190	BCO BRADESCO/CENTRO	1.832,43	4/2/2010	DMI	FP
FABIANO TEIXEIRA	032151527000105	BCO BRADESCO/CENTRO	1.832,43	4/2/2010	DMI	FP
FETITCO INF COM DE CONFECÇÕES LTDA	00117568000197	BCO BRADESCO/CENTRO	442,97	2/2/2010	DMI	FP
FETITCO INF. COM. DE CONF. LTDA	00117568000197	BCO BRADESCO/CENTRO	770,00	2/2/2010	DMI	FP
GABRIEL ELOI APOLINARIO PEREIRA	71093850000	BCO BRADESCO/CENTRO	138,60	13/1/2010	DMI	FP
GABRIEL ELOI APOLINARIO PEREIRA	71093850000	BCO BRADESCO/CENTRO	338,60	13/1/2009	DMI	FP
GETULIO ANTUNES DO NASCIMENTO	18397565000	BCO UNIBANCO S/A	45,00	30/1/2010	DMI	FP
INDUSTRIAL DE MOVEIS BERTO CIRIO LTDA	00165239000111	BCO BRADESCO/CENTRO	300,00	2/2/2010	DMI	FP
INDUSTRIAL DE MOVEIS BERTO CIRIO LTDA	00165239000111	BCO BRADESCO/CENTRO	1.054,80	3/2/2010	DMI	FP
JAIR PACHECO	05363027000100	BCO BRADESCO/CENTRO	540,95	2/2/2010	DMI	FP
JOAO HENRIQUE FONSECA TAVARES	55433970001	CAIXA E FEDERAL/PCAL/ALFANDEGA	182,72	30/1/2010	DD	FP
JORGES LUIS FONSECA CARVALHO	30688229053	BV FINANCEIRA S/A	758,53	10/10/2009	DD	FP
JOSIANE DE FREITAS BASTOS	10509612000105	BCO BRADESCO/CENTRO	680,95	2/2/2010	DMI	FP
JOSIANE DE FREITAS BASTOS	10509612000105	BCO BRADESCO/CENTRO	180,16	2/2/2010	DMI	FP
JUACIRA BEATRIZ BASOALDO CABRAL	5662285049	BANCO PANAMERICANO S/A	788,79	11/1/2008	DD	FP
JURACEMA RIBEIRO	1485180000	BANCO SANTANDER BANESPA	200,00	1/2/2010	DMI	FP
KATIA ELISABETE LACORTE SANSONOVIC	08519932000157	CAIXA E FEDERAL/PCAL/ALFANDEGA	692,00	1/2/2010	DMI	FP
KETZ COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA	09385600087	CAIXA E FEDERAL/PCAL/ALFANDEGA	683,13	3/2/2010	DMI	FP
LUCAS DE SA SANTOS	89016100000105	BCO BRADESCO/CENTRO	913,01	2/2/2010	DMI	FP
MAGALI COSTA GUMARAES	10254188000158	BCO BRADESCO/CENTRO	786,20	30/1/2010	DMI	FP
MANGEL ANTONIO DA ROCHA	19981880000	BCO UNIBANCO S/A	47,00	7/1/2010	DMI	FP
MICHELE COSTA COUTINHO	29897053087	BANCO SANTANDER BANESPA	160,00	30/1/2010	DMI	FP
MIX SUPER INACIO E GEHELEN	93374504072	BV FINANCEIRA S/A	1.270,50	10/3/2009	DD	FP
MIX SUPER INACIO E GEHELEN	11119004000100	BCO BRADESCO/CENTRO	351,56	3/2/2010	DMI	FP
MIX SUPER INACIO E GEHELEN	05870980002183	CAIXA E FEDERAL/PCAL/ALFANDEGA	125,43	19/1/2010	DMI	FP
NATURAL SERVICE LTDA	94702867000132	BCO BRADESCO/CENTRO	406,63	3/2/2010	DMI	FP
NIEGE MICHELINA SOARES DA SILVA	01538563002	CAIXA E FEDERAL/PCAL/ALFANDEGA	1.970,00	30/1/2010	DMI	FP
NILVA TERESINHA FARIAS	24899701000	CAIXA E FEDERAL/PCAL/ALFANDEGA	1.970,00	30/1/2010	DMI	FP
ORTO DENTE SUL - SAUDE SERVICOS E CONVEN	11000804000140	BCO BRADESCO/CENTRO	1.995,00	3/2/2010	DMI	FP
PAE FILHO REFORMAS E CONSTRUCAO LTDA	03817117000150	BCO UNIBANCO S/A	9.750,00	3/2/2010	DMI	FP
PATRE COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA	03817117000150	BCO BRADESCO/CENTRO	1.704,50	3/2/2010	DMI	FP
PATRE COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA	05774587000100	BCO BRADESCO/CENTRO	298,68	26/1/2010	DMI	FP
PATRE COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA	05774587000100	CAIXA E FEDERAL/PCAL/ALFANDEGA	298,68	27/12/2009	DMI	FP
PEDRO DAL FIAN	04305126000125	BANCO SANTANDER BANESPA	829,00	1/2/2010	DMI	FP
POGLIA E CIA LTDA	08628687034	BCO UNIBANCO S/A	68,90	1/2/2010	DMI	FP
PRIMOCEMO DA SILVA CAMPOS	04114317020	BCO BRADESCO/CENTRO	467,44	4/2/2010	DMI	FP
RAI ASSIS MOREIRA	05497803000117	CAIXA E FEDERAL/PCAL/ALFANDEGA	1.395,53	2/12/2009	DMI	FP
SCHMITZ CONFECÇÕES INFANTIS LTDA	09061325000159	BCO UNIBANCO S/A	2.266,06	4/2/2010	DMI	FP
SHOES COMPANY COM DE CALÇADOS	09061325000159	BCO BRADESCO/CENTRO	678,00	4/2/2010	DMI	FP
SILVANA MARIA MACHADO FERREIRA	0416283015	BCO BRADESCO/CENTRO	1.420,00	3/2/2010	DMI	FP
SILVIA REGINA BAULA DE ARAUJO	01131863020	BANCO PANAMERICANO S/A	244,86	3/2/2010	DD	FP
SULEN LOBINS APARATO	81527306020	BCO UNIBANCO S/A	116,50	3/2/2010	DMI	FP
TIAO MACHADO KOCH	8220043020	CAIXA E FEDERAL/PCAL/ALFANDEGA	54,00	1/2/2010	DMI	FP
TRANSPORTADORA DE CARGAS LTDA	91393197000424	BCO BRADESCO/CENTRO	375,00	30/1/2010	DMI	FP
VALMIR DOS SANTOS KOCH	92210040078	BANCO SANTANDER BANESPA	73,38	30/1/2010	DMI	FP
VALMIR DOS SANTOS KOCH	92210040078	BANCO SANTANDER BANESPA	624,14	30/1/2010	DMI	FP
VALMIR DOS SANTOS KOCH	92210040078	BANCO SANTANDER BANESPA	258,30	1/2/2010	DMI	FP
VLADIMIR DA SILVA PAIVA	44901240072	BCO BRADESCO/CENTRO	1.961,60	28/1/2010	DMI	FP
WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA	93209765000621	BCO BRADESCO/CENTRO	2.479,10	2/2/2010	DMI	FP

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2010.

O REFE



ANEXO XVI - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CEDENTE RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2010



CNPJ nº 87.163.234/0001-38

NIRE 43300032990

Carta Patente SUSEP nº 021

Rua Sete de Setembro, 515 - térreo - 5º e 9º andares

CEP 90010-190 - Porto Alegre-RS

# SABEMI Seguradora

## Relatório de administração

### Senhores acionistas:

A Diretoria da Sabemi Seguradora S/A submete a V.Sas. a presente Relatório e as Demonstrações Financeiras da Companhia juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer Atuarial, relativos ao exercício de 2010.

### Cenário econômico

O ano de 2011 projeta um incremento nas taxas de juros próximo de dois pontos percentuais. A taxa Selic que encorou 2010 em 10,75 % a.s. deve atingir níveis próximos a 13 % a.s. no final de 2011. Apesar deste aumento dos juros, a expectativa de crescimento da economia projetada para este ano de 2011 está na ordem de 5,5 %, a este nível de crescimento tende a fortalecer a expansão do crédito pessoal e do mercado segurador. O governo federal deve adotar medidas que visam o equilíbrio das contas públicas e a manutenção do desempenho econômico. Assim, entendemos que o Brasil continuará no processo de crescimento contínuo e consolidação de sua economia em nível mundial. Desta forma, as operações relacionadas ao mercado consignado do serviços públicos e as relativas ao mercado segurador tendem a apresentar incremento em seus volumes negociados no ano de 2011.

### Mercado de atuação

A Sabemi Seguradora é uma Companhia com mais de três décadas de atividade, especializada no segmento de consignação em folha de pagamento de servidores públicos, operando nos ramos do Seguro de Pessoas, Previdência Complementar e Assistência Financeira a seus segurados e participantes. Em janeiro de 2009 a Sabemi Seguradora ingressou no Consórcio do Seguro DPVAT, de acordo com a Carta SUSEP/GABIN nº 205, de 30 de dezembro de 2008.

### Desempenho da Companhia

A Companhia registrou lucro líquido no exercício de R\$ 51.311 mil,

representando uma rentabilidade de 14,86 % sobre o patrimônio líquido.

O resultado satisfatório no exercício decorre principalmente da receita com prêmio de seguro de acidentes pessoais e prestamista e da rede financeira gerada pelos empréstimos consignados a participantes.

As receitas com prêmios e rendas de contribuições aumentaram em 51,54 %, comparado a dezembro de 2009, no cálculo foram expurgadas as receitas com prêmios do ramo de seguro DPVAT, administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

O índice de sinistralidade da Companhia ficou em 15,59%, em relação ao prêmio ganho, no cálculo do indicador foram expurgados os efeitos da sinistralidade de 87,04% apresentada no ramo do seguro DPVAT, administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. Os ativos totais registraram um saldo de R\$ 114.195 mil, apresentando um acréscimo de 35,24 % em relação a dezembro de 2009.

O índice combinado ampliado ficou em 0,90.

### Organização societária

A Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2010 deliberou pelo agrupamento das ações na proporção de 100.000 (cem mil) ações para 01 (um) ação (nota 15).

O ato foi homologado através da Portaria SUSEP/ CGRAT Nº 1.112,

de 28 de junho de 2010.

Não houve acordo de acionistas no período.

### Impostos e contribuições

A Companhia destinou R\$ 3.045 mil das receitas aos cofres públicos a título de impostos e contribuições próprios, pagos a provisionados, no exercício.

### Controles internos

A Companhia, com vistas a garantir um crescimento sustentável, tem utilizado as boas práticas de Governança Corporativa, investindo fortemente na busca da excelência da gestão, para aprimorar o relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, parceiros, prestadores de serviços, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas.

A qualificação dos colaboradores: uso da tecnologia; melhoria, análise, reavaliação e aderência dos processos; gerenciamento de riscos são prioridades para a diretoria. Com vistas a propiciar um quadro de gestão profissionalizada, a Controladora estruturou um Conselho de Administração, com a atribuição de orientar estrategicamente os negócios e a governança do grupo, dentre eles o da Sabemi Seguradora, atuando de forma a proteger os interesses e a maximizar investimentos.

### Ouidoria

Desde a sua constituição em 2005, a Ouidoria vem atuando com estratégia pró-ativa, identificando a origem dos problemas para solucioná-los definitivamente, cumprindo a missão de verdadeira mediadora de conflitos entre a companhia e o segurado, o cliente beneficiário, depois de esgotados os demais canais de acesso e atendimento disponíveis.

No exercício, 98 % dos casos atendidos foram encerrados com negociação satisfatória.

### Segurança da informação

A Companhia vem constantemente implementando um conjunto de controles, incluindo políticas, processos, estruturas organizacionais e normas e procedimentos de segurança, objetivando a proteção das informações dos clientes e da Companhia, nos seus aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

### Recursos humanos

A Sabemi tem como política de Recursos Humanos a seleção, retenção e desenvolvimento de talentos para dar suporte ao seu

plano de crescimento sustentável. Para valorização da competência de seus colaboradores, instituiu desde 2008 um programa de participação nos resultados. Ademais, a Companhia vem investindo fortemente no programa de desenvolvimento, aprimoramento e qualificação dos colaboradores, pois acredita que o potencial e a qualificação das pessoas é a base de sustentação dos seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2010, o quadro da Sabemi era formado por 151 colaboradores.

### Declaração sobre a capacidade financeira

As aplicações financeiras estão classificadas como "títulos para negociação", ajustadas pelo valor de mercado. Os benefícios de planos previdenciários e sinistros são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelo aplicador.

### Perspectivas futuras

A Companhia continuará a envolver seus esforços na venda de seu plano de previdência complementar na modalidade de pedúlio e nas operações financeiras. Ademais, para fazer a manutenção do resultado, a administração continuará reavaliando a estrutura de custos para dar suporte às operações de forma a obter maior otimização dos recursos aplicados.

### Agradecimentos

Agradecemos a os nossos colaboradores a dedicação, competência e o talento que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados, e as nossas acionistas, parceiros, fornecedores, consultores e clientes o indispensável apoio e a confiança.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2011.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares reais		Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais	
	2010	2009	
<b>Ativo</b>	<b>83.513</b>	<b>39.892</b>	
<b>Circulante</b>	<b>83.513</b>	<b>39.892</b>	
Disponível	3.138	1.607	
Caixa e equivalentes de caixa	3.138	1.607	
<b>Aplicações financeiras (Nota 4)</b>	<b>39.833</b>	<b>18.402</b>	
Títulos de renda fixa	10.291	10.052	
Quotas de fundos de investimentos	28.401	7.841	
Outras aplicações	1.141	509	
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 5)</b>	<b>4.338</b>	<b>3.911</b>	
Prêmios a receber	2.920	2.202	
Operações com resseguradoras	1.768	1.591	
Outros créditos operacionais	299	161	
(-) Provisão para riscos de crédito	(49)	(49)	
<b>Títulos e créditos a receber (Nota 6)</b>	<b>35.570</b>	<b>15.857</b>	
Títulos e créditos a receber	312	1.642	
Créditos tributários e previdenciários	356	33	
Outros créditos operacionais	39.237	15.709	
(-) Provisão para riscos de crédito	(4.335)	(1.527)	
<b>Outros valores e bens</b>	<b>34</b>	<b>25</b>	
Outros valores	34	25	
<b>Não circulante</b>	<b>20.894</b>	<b>40.636</b>	
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>29.061</b>	<b>42.356</b>	
<b>Títulos e créditos a receber (Nota 6)</b>	<b>29.061</b>	<b>42.356</b>	
Créditos tributários e previdenciários	1.034	1.610	
Depósitos judiciais e fiscais	7.967	8.076	
Outros créditos operacionais	22.426	35.693	
(-) Provisão para riscos de crédito	(2.366)	(3.023)	
<b>Investimentos</b>	<b>33</b>	<b>526</b>	
Participações societárias	33	493	
Outros investimentos	33	33	
<b>Imobilizado</b>	<b>1.425</b>	<b>1.571</b>	
Bens móveis	2.972	2.777	
Outras imobilizações	111	96	
(-) Depreciação	(1.658)	(1.302)	
<b>Intangível</b>	<b>163</b>	<b>183</b>	
Marcas, patentes e sistemas aplicativos	236	219	
Resíduo ao valor recuperável	(73)	(36)	
<b>Total ativo</b>	<b>114.195</b>	<b>84.438</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais	
	Capital social	Aumento de capital (em amortização)	Reservas de lucros acumulados
Em 1º de janeiro de 2009	7.220		
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 15(d))			
Reversão de aumento de capital (Nota 15(b))			
Lucro Líquido do exercício			
Proposta de destinação do resultado			
Reserva legal			
Reserva estatutária			
Em 31 de dezembro de 2009	7.220		
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 15 (d))			
Reversão de reserva de lucros			
AGE de 27/04/10 - Portaria SUSEP Nº 1112 de 28/09/10 (Nota 15(a))			
Lucro Líquido do exercício			
Proposta de destinação do resultado (Nota 15 (c))			
Reserva legal			
Reserva estatutária			
Juros sobre o Capital Próprio			
Em 31 de dezembro de 2010	7.220		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009		Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma	
<b>1 Contexto operacional</b>			
A Seguradora tem por objeto, operar em seguros do ramo vida, bem como em previdência privada aberta, nas modalidades pedúlio e de rendas. A Seguradora possui sede na Rua Sete de Setembro 515 - térreo, 5º e 9º andares, Centro - Porto Alegre-RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Seguradora também está atuando como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 32/06.			
No exercício social de 2009, a Seguradora ingressou no Consórcio do Seguro DPVAT, mediante aprovação do Processo nº 154.10.04/07/2008-85 pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através de Carta SUSEP/GABIN nº 205, de 30 de dezembro de 2008.			
<b>2 Apresentação das demonstrações financeiras</b>			
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Seguradora em 25 de fevereiro de 2011.			
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e de acordo também com as práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis e aprovadas pelo órgão regulador.			
As mesmas também contemplam os critérios de apresentação estabelecidos no plano de contas instituídos pelas Circulares SUSEP nº 37/98 e 385/09.			

Nas elaborações das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para contingências, na apuração de provisões técnicas vinculadas aos negócios de seguros e previdência privada e na seleção de vida útil de certos ativos, bem como na determinação de níveis de provisão para riscos de créditos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

**Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**  
Dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aprovou com a edição da Circular 379 de 19 de dezembro de 2008 diversos pronunciamentos da Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (até o CPC 13), prevendo a aplicação dessas normas contábeis para os exercícios de 2008 e 2009. Conforme Circular SUSEP Nº 408, de 23 de agosto de 2010, o CPC 11 - Contratos de Seguros (IFRS 4 - Insurance Contracts), será aplicado nas demonstrações financeiras individuais somente a partir de 1º de janeiro de 2011.

Adicionalmente, foram divulgadas pelo CPC outras normas contábeis e interpretações durante 2009 e 2010, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrentes do processo de convergência com as normas internacionais que, até a presente data, não foram aprovadas pela SUSEP.

Por meio da Circular No. 408/10, a SUSEP esclarece que continuará acompanhando os pronunciamentos emitidos pelo CPC e as

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**(f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(r) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(t) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(u) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(v) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(w) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(x) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(y) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(z) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(aa) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(ab) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(ac) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

**(ad) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são constituídos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que constitua uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

Demonstrações do fluxo de caixa		Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais	
	2010	2009	
<b>Atividades operacionais</b>			
Recebimentos de prêmios de seguro/contribuições de previdência e taxas de prêmio a outras	39.179	23.666	
Outros recebimentos operacionais (Salvos, ressarcimentos e outros)	(9)	(9)	
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(5.200)	(5.030)	
Resgates de prêmios por cessação de riscos	(5)	(11)	
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(5.908)	(5.038)	
Pagamentos de despesas e obrigações	(18.971)	(19.441)	
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(1.212)	(1.986)	
Outros pagamentos operacionais	(1.048)	(1.243)	
Recebimentos de juros e dividendos	80	56	
Contribuição de depósitos judiciais	(1.510)	(677)	
Resgates de depósitos judiciais	1.539	206	
Pagamentos de participações nos resultados	(121)	(86)	
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>14.141</b>	<b>14.141</b>	
Impostos e contribuições pagos	(5.945)	(3.899)	
Investimentos financeiros:			
Aplicações	(180.133)	(180.645)	
Vendas e resgates	177.148	187.566	
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>4.211</b>	<b>4.183</b>	
<b>Atividades de investimento</b>			
Pagamento pela compra de ativo permanente	(170)	(763)	
Recebimento pela venda de ativo permanente	440	25	
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>270</b>	<b>(740)</b>	
<b>Atividades de financiamento</b>			
Pagamento de empréstimos	(2.950)	(3.500)	
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(2.950)</b>	<b>(3.500)</b>	
<b>Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.531</b>	<b>(57)</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.607	1.664	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.138	1.607	

As notas explicativas da administração



Continuação									
<p>Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos - correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não se iniciou e aqueles em gozo de benefícios.</p> <p>Provisão de Insuficiência de Contribuição (PIC) - constituída para complementar as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos, caso estas não sejam suficientes para garantir os compromissos futuros. Resulta da diferença positiva entre as provisões calculadas com a tabela biométrica AT-2000 e as tabelas das Notas Técnicas dos planos.</p> <p>Provisão de Oscilação de Riscos (POR) - constituída para dar cobertura a eventuais desvios na materialização dos riscos em relação aos compromissos esperados. Calculada conforme metodologia aprovada em Nota Técnica Atual.</p> <p>Provisão de Benefícios a Regularizar - corresponde ao valor total dos pecúlios e rendas vencidas e não pagas, relativos a eventos ocorridos.</p> <p>Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar - abrange os valores destinados a devoluções de contribuições e resgates a regularizar.</p> <p>Provisão para Despesas Administrativas (PDA) - constituída para cobrir as despesas administrativas dos planos decorrentes de pagamento de benefícios. Calculada conforme metodologia aprovada em nota técnica atuarial.</p> <p>Provisão de Riscos Não Expirados (PRNE) - garante as indenizações futuras dos planos estruturados nos regimes de pagamento simples e a capital de cobertura, pelo prazo de dez anos.</p> <p>Provisão de Riscos Não Expirados - Riscos Vigentes e Não Recebidos (PRNE-RVNR) - constituída para dar cobertura aos riscos vigentes, mas que não tenham registrado recebimento de contribuições.</p> <p>Provisão Complementar de Prêmio (PCP) - constituída mensalmente para complementar a PRNE, considerando os riscos vigentes, emitidos ou não.</p>									
<p>(f) <b>Imposto de renda e contribuição social</b></p> <p>As provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídas com base no Lucro Líquido Ajustado, de acordo com a legislação vigente, à taxa nominal de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e à taxa nominal de 15% para a contribuição social.</p> <p>(g) <b>Outros ativos e passivos</b></p> <p>Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata") e a provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores contrituídos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro-rata").</p>									
<p>4 <b>Aplicações financeiras</b></p> <p>(a) <b>Títulos para negociação</b></p> <p>O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação eram os seguintes:</p>									
	2010	2009		2010	2009		2010	2009	
Custo Valor de Custo Valor de									
atualizado mercado atualizado mercado									
Certificado de depósito bancário - CDB(i)	10.291	10.291	6.525	6.525					
Letras financeiras do tesouro - LFT			3.527	3.527					
Quotas de fundos de investimentos(i)	28.401	28.401	7.841	7.841					
Outras aplicações(ii)	1.141	1.141	509	509					
Total de aplicações financeiras	39.833	39.833	18.402	18.402					
Em 31 de dezembro de 2010 a Seguradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.									
<p>(j) <b>Certificados de Depósito Bancário - CDB e Letras Financeiras do Tesouro - LFT</b></p> <p>Os títulos privados têm sua remuneração vinculada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. O critério de valorização dos títulos públicos considera os preços médios divulgados pela Anbima.</p>									
<p>(k) <b>Quotas de Fundos de Investimento</b></p> <p>Quotas de fundos de investimento</p> <p>Sicred FRRFT Títulos Públicos</p> <p>RDC Energia</p> <p>RDC Saneamento</p> <p>Parcelas Extra Multicredado (*)</p>									
	2010	2009		2010	2009		2010	2009	
	27.539	7.200							
	331	480							
	354								
	177	181							
	28.401	7.841							
(*) Em 31 de dezembro de 2010, inclui aplicações em fundos de investimento, bloqueadas por decisão judicial, no montante de R\$ 177 (2009 - R\$ 161).									
<p>(l) <b>Outras aplicações</b></p> <p>Em 31 de dezembro de 2010, o saldo está substancialmente representado por debêntures, no valor de R\$ 505, emitidas por Eletropaulo Metrop. Elétric. de SP S.A. e valor de R\$ 316, emitidas por TACESA TAE - Transmissora Alameda de Energia Elétrica S/A, com vencimento em 1º de abril de 2014 e 15 de julho de 2015, respectivamente.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2009, o saldo está substancialmente representado por debêntures, no valor de R\$ 505, emitidas por Tractebel Energia S.A., com vencimento em 01 de abril de 2011.</p>									
<p>(b) <b>Abertura da carteira por prazo de vencimento:</b></p>									
	2010	2009		2010	2009		2010	2009	
	2.876	1.647							
	3.228								
	1.043	1.650							
	3.408								
	2.904								
	10.291	6.525							
	45								
	3.482								
	585								
	27.716	7.361							
	20.401	7.841							
	1.137	506							
	39.833	18.402							
<p>De acordo com normalização da SUSEP (Circular 379/08), os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.</p>									
<p>5 <b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b></p>									
	2010	2009		2010	2009		2010	2009	
	1.546	828							
	1.396	1.062							
	2.871	2.153							
<p>Operações com Resseguradoras</p> <p>Recuperação sobre resseguros cedidos ao IRB (i)</p> <p>Outros créditos operacionais</p> <p>Consórcio DPVAT (ii)</p>									
	2010	2009		2010	2009		2010	2009	
	1.546	828							
	1.396	1.062							
	2.871	2.153							
<p>(i) A Seguradora possui futura pendente referente à aplicação de seguros com a UNIMED-Federação Sul de Minas, no valor de R\$ 1.324 (2009 - R\$ 1.324), sendo 99,9% ressegurado junto ao Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, líquido de custos operacionais e tributos. O valor foi contabilizado em Prêmios a receber, tendo sua contrapartida registrada em Débitos de operações com seguros e resseguros, no valor de R\$ 1.236 (2009 - R\$ 1.236).</p> <p>(ii) Reclassificação conforme Carta Circular SUSEP/DECONGAB/Nº 01/09</p> <p>(iii) Desde janeiro de 2009, a Seguradora aderiu ao Consórcio de Seguro - DPVAT, contando com participação de 0,86% (2009 - 0,92%), gerando nesse exercício, prêmio líquido no valor de R\$ 25.696 (2009 - R\$ 23.590), sendo retido no valor de R\$ 22.489 (2009 - R\$ 15.987). O saldo de R\$ 295 (2009 - R\$ 161) refere-se a valores a receber administrados pela Líder Seguradora.</p>									
<p>6 <b>Títulos e créditos a receber</b></p> <p>Em 31 de dezembro composto da seguinte forma:</p>									
	2010	2009		2010	2009		2010	2009	
	2.620	4.328							
	817	488							
	1.028	711							
	7	10							
	46	46							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							
	1.786	1.070							
	1.070	1.070							
	3.437	4.328							



## Continuação

Circular SUSEP nº 379/2006, na Demonstração de Resultados o valor correspondente à despesa incorrida foi reclassificada para Lucros Acumulados, sendo apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, como destinação do resultado.

(d) **Ajuste de exercícios anteriores**  
No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram contabilizados valores decorrentes da reversão do resultado da equivalência patrimonial relativa a investimentos em ações, no montante de R\$ 296.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram contabilizados valores decorrentes: (i) da correção no cálculo da apropriação da receita financeira de assistência financeira, no montante de R\$ 1.962, líquido dos correspondentes efeitos tributários e; (ii) da reversão dos valores de IPTU provisionados cujos débitos não eram devidos pela Seguradora no montante de R\$ 214, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

## 16 Contas da Demonstração do Resultado

Elaborem o detalhamento das principais contas da Demonstração do Resultado, conforme determina a Circular SUSEP nº 375/08.

	2010	2009
<b>Sinistros retidos</b>		
Indenizações avisadas	(4.457)	(1.473)
Indenizações avisadas de consórcios e fundos - DPVAT (*)	(17.772)	(15.967)
Despesas com sinistros	(96)	(51)
Despesas com sinistro de consórcios e fundos - DPVAT (*)	(2.338)	(2.005)
Verificação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(3.759)	(2.459)
Provisão matemática benefícios concedidos	(40)	(3)
Despesas com benefícios	(11.211)	(728)
<b>Despesas de comercialização</b>	<b>(29.673)</b>	<b>(22.240)</b>
Comissões	(3.745)	(3.052)
Outras receitas e despesas operacionais	205	1.853
Outras receitas operacionais	(5.788)	(4.974)
Contingências	1.481	331
Consórcio DPVAT (*)	(115)	(526)
Outras despesas com apólices	(7.992)	(2.366)
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(4.746)</b>	<b>(5.684)</b>
Pessoal próprio	(9.506)	(6.616)
Serviços de terceiros	(8.367)	(4.907)
Localização e funcionamento	(2.833)	(2.898)
Publicidade e propaganda institucional	(39)	(39)
Publicações	(113)	(124)
Doativos e contribuições	(28)	(23)
Depósitos judiciais	(1.090)	1.853
Multas	(357)	(165)
Consórcio DPVAT (*)	(1.679)	(2.423)
Outras	(22.858)	(18.368)
<b>Despesas com Tributos</b>	<b>(76)</b>	<b>(18)</b>
Impostos Municipais	(76)	(18)
Impostos Estaduais	(118)	(11)
Cofins	(1.878)	(1.367)
PIS	(305)	(223)
Contribuição sindical	(30)	(18)
Taxa de Fiscalização	(20)	(62)
Impostos Federais	(2.573)	(1.828)
<b>Resultado Financeiro</b>		
Renda fixa	2.865	748
Renda variável	1.090	1.853
Assistência Financeira	9.399	10.402
Operações de seguros	54	34
Reversão provisão risco de crédito sobre AF	3	281
Outras receitas consórcios e fundos	94	108
Atualizações créditos tributários	205	
Outras receitas financeiras	(46)	(45)
Despesas financeiras com tributos	(2.643)	(338)
Operação seguro	(128)	(60)
Despesas financeiras com Provisões Técnicas	(2.681)	(86)
Assistência Financeira	(1.707)	(967)
Atualizações contratuais	(16)	(7)
Despesas financeira consórcio DPVAT	(16)	(7)
Outras despesas financeiras, líquidas	(5.248)	(10.946)
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>(5.248)</b>	<b>(10.946)</b>
Ajustes - Investimentos em Ações IRB	65	20
Dividendos e rendimentos	86	19
Despesas com imóveis destinados à renda	86	19
Ganhos e perdas com ativos não correntes	218	(44)
<b>Resultado - Ajustamento de bens</b>	<b>218</b>	<b>(44)</b>

(\*) Asseguradas a despesas decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

17 **Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e Margem de solvência**  
Conforme Circular SUSEP nº 385, de 29 de junho de 2009, segue demonstrando abaixo o cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e da Margem de Solvência, apurados em 31 de dezembro:

	2010	2009
Patrimônio Líquido	35.101	33.038
Patrimônio Líquido Ajustado	35.101	33.038
(A) 0,2 Prêmio Retido Anual Médio - Últimos 12 meses	12.161	8.789
(B) 0,33 Sinistro Retido Anual Médio - Últimos 36 meses	5.687	3.071
(C) Margem de Solvência (Maior valor entre (A) e (B))	12.161	8.789
Suficiência	22.940	25.149

## 18 Imposto de renda e contribuição social

(a) **Imposto de renda e Contribuição social diferidos - Ativo**  
No exercício 2009, a Seguradora registrou créditos tributários do Imposto de Renda e de Contribuição social diferidos, nos montantes de R\$ 540 (2009 - R\$ 1.006) e R\$ 358 (2009 - R\$ 604), respectivamente, decorrentes das apólices temporárias de seguros individuais. Abaixo segue demonstração da movimentação do imposto de renda e da Contribuição social diferidos:

	IR	CS
Saldo em 31/12/2009	1.006	604
Constituição	178	107
Reversão	(530)	(323)
Saldo em 31/12/2010	654	388

(b) **Imposto de renda e Contribuição social - Composição do resultado**  
**Imposto de renda**

	2010	2009
Engargo total à alíquota nominal	1.712	2.275
Engargo total à alíquota nominal	(500)	(664)
Despesas não dedutíveis	21	108
Receitas não tributáveis	(30)	(140)
Remessa - Alíquota efetiva	1.203	159
Diferido (i)	1.115	1.115
Reversão 31/12/2008 (ii)	(1.013)	
Incentivos	(72)	(72)
<b>Contribuição social</b>	<b>1.181</b>	<b>2.076</b>

Engargo total à alíquota nominal  
Engargo total à alíquota nominal  
Despesas não dedutíveis  
Receitas não tributáveis  
Remessa - Alíquota efetiva  
Diferido (i)  
Reversão 31/12/2008 (ii)

(i) Referência, em 2009, a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos referentes a despesas temporárias individuais em períodos anteriores.

(ii) Revertido em virtude de nova apuração com aproveitamento de créditos antes considerados indedutíveis.

19 **Participação dos empregados nos lucros**  
A provisão para o pagamento da participação dos empregados nos lucros, exercício 2010, foi feita nas bases estabelecidas pela convenção sindical. Para exercício 2009 a Seguradora firmou acordo de caráter normativo de participação nos lucros e resultados (PLRL), regulada pela Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, devidamente homologado no sindicato da categoria. O pagamento da participação dos empregados nos lucros, foi feito nas bases estabelecidas pelo acordo assinado e taxa valores foram deduzidos como despesa operacional.

## 20 Ramos de atuação

Os principais ramos de atuação estão demonstrados abaixo:

	2010	2009
<b>Ramo</b>	<b>Prêmio</b>	<b>Prêmio</b>
09-82 APC	22.368	5,68
04-77 -	12.771	34,22
05-88 DPVT	25.836	87,04
07 -	3.499	44,12
Outros	24.474	46,02
<b>I.S. - Índice de Sinistralidade</b>	<b>5,81</b>	<b>45,13</b>

I.C. - Índice de Comissionamento

## 21 Instrumentos financeiros

(a) **Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**  
A Seguradora opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e créditos a receber, assistência financeira a participantes e planos de benefícios de previdência complementar aberta e a seguros de seguros de pessoas, e contas a pagar a terceiros. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) **Caixa e equivalentes de caixa, títulos e créditos a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar**  
Os valores contábeis aproximam-se dos de realização.

(c) **Aplicações financeiras**  
O valor contábil das aplicações financeiras em reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e aproxima-se do valor de mercado.

(d) **Assistência financeira**  
As operações de assistência financeira são registradas a valor presente, calculadas "pro-rata temporis" com base na taxa de juros.

(e) **Política de gestão de riscos financeiros**  
A Seguradora possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e seguir a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A política de gerenciamento de risco da Seguradora foi estabelecida pelo Conselho Diretor e prevê a existência de um comitê de gerenciamento de risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

(f) **Risco de crédito**  
A política de assistência financeira da Seguradora considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seleção de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar o risco de inadimplência em operações de assistência financeira.

No que diz respeito às aplicações financeiras, a Seguradora possui contrato junto à Instituição financeira para administração de sua carteira de investimentos, o qual prevê a diversificação destes investimentos e a conformidade com os parâmetros de cobertura previstos na Resolução BACEN nº 3.308/05.

(g) **Risco de liquidez**  
O risco de liquidez da Seguradora não dispõe de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de desaquecimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(h) **Risco de mercado - Taxa de juros**  
O risco associado à flutuação da taxa de juros da Seguradora incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a aplicações no mercado. A Seguradora, quando aplicável, monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Parâmetros atuais

1. Realizada a Avaliação Atuarial da Sabemi Seguradora S/A, com data base 31.12.2010, em conformidade com os normativos em vigor, em especial a Resolução CNSP nº 162/2006 consolidada da Circular SUSEP nº 272/2009, foram examinadas as carteiras de seguros e de previdência, quanto à consistência das provisões técnicas constituídas e seu objetivo de garantia das operações e compromissos assumidos.

2. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) encontra-se constituída considerando, além dos processos administrativos, o passivo atuarial decorrente das demandas judiciais, conforme critério específico descrito em Nota Técnica Atuarial, mantendo-se adequada frente ao seu objetivo. Os testes e cálculos realizados junto à PPSG acusaram sua existência, não havendo necessidade de constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP).

3. Em relação às operações de previdência, a Provisão de Insuficiência de Contribuições (PIC) vem sendo avaliada e corrigida, mantendo-se, segundo os critérios da segurança atuarial recomendados.

4. Todas as provisões encontram-se detalhadamente analisadas no relatório anexo da Avaliação Atuarial, cuja Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR) demonstrou oportunidade de se aplicar nova metodologia. Os resultados obtidos de forma consolidada constatarem um desempenho qualitativo satisfatório das provisões, frente aos compromissos assumidos anualmente de seus planos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2011.

ATUÁRIA BRASILEIRA Assessoria, Consultoria e Auditoria

CNPJ nº 06.114.280/0001-45 - CIB 0087

Ederson Gerson de Oliveira Luiz Ernesto Bohn

Atuário MIBA 630 Atuário MIBA 425

Elana Schwingel Diederichsen

Diretora

**Diretoria**  
Antônio Tuilo Lima Severo  
Diretor Presidente  
CPF 402.657.530-00

Maria Marta Schneider Severo  
Diretora Vice-Presidente, Jurídica e Administrativa  
CPF 346.146.800-20

Elana Schwingel Diederichsen  
Diretora Financeira e de Operações  
CPF 261.696.570-49

Beatriz Vânia Fernandes  
Controladora CRC-RS 51.365  
CPF 402.860.100-20

Eder Gerson Aguiar de Oliveira  
Atuário MIBA 630  
CPF 305.345.690-20

**Relatório dos auditores independentes**  
Aos Administradores e Acionistas  
Sabemi Seguradora S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sabemi Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**  
A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sabemi Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP/001600-5 Fº RS

Carlos Eduardo Sá da Matta  
Controlador CRC 1SP 216397/0-5 Sº RS

**pwc**

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

## Ministério Público vai lançar programa para qualificar submetidos a trabalho escravo

De 2005 a 2010, 17.456 pessoas que trabalhavam em condições degradadas, semelhantes à escravidão, foram libertadas em todo o país pelos grupos móveis de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O número, divulgado hoje (24), pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), indica que, apesar dos esforços, o Brasil ain-

da está longe de resolver o problema do trabalho escravo.

"Os projetos de combate ao trabalho escravo normalmente não procuram o cerne do problema, que é a vulnerabilidade das pessoas causada justamente pela impossibilidade dos libertados encontrarem melhores formas de trabalho. Tenho certeza de que este programa vai ajudar

a reduzir a reincidência", afirmou o procurador.

De acordo com o coordenador regional da Conaete em Mato Grosso, o procurador Raulino Maracajá Filho, o projeto-piloto no estado consumiu R\$ 300 mil e, só no ano passado, beneficiou 120 trabalhadores que frequentaram um curso de formação de operadores de máquina. (ABR)

Site JC: [www.jornaldocomercio.com](http://www.jornaldocomercio.com)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÁ**  
**COMUNICADO**  
Edital nº 001/2011.  
Modalidade: Tomada de Preços  
A Comissão Permanente de Licitações julgou vencedora do certame a empresa ECOSSIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.  
Comissão Permanente de Licitações

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE PASSO FUNDO RS**, com sede à Rua Coronel Chica, nº29, Centro, Passo Fundo-RS, CEP 99000-030, inscrita no CNPJ nº 092.046.895/0001-13, Código da Entidade Sindical nº004.161.89238-8; Fundado em 08/04/1937 - Carta Sindical Expedida em 05/01/1944 e Certidão de Registro de Alteração Estatuária conforme processo nº46000.01141-10, COM BASE TERRITORIAL nos municípios de Camargo, Caseros, Chama, Contim, Ereboango, Gentil, Ipiranga do Sul, Mato Castelhano, Montauri, Muliterno, Nova Alvorada, Pontão, São Domingos do Sul, Vanheli, Victor Graef, Águas Santa, Casca, Cricaco, David Canabarro, Ernestina, Estação, Gótilo Vargas, Itolva, Ibiraterra, Marau, Passo Fundo, Sananduva, Serenina, Correi, Sertão, Teopista, Vila Maria, todos no Estado do Rio Grande do Sul.

**EDITAL - ARRECAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**  
Pelo presente Edital ficam NOTIFICADOS todos as firmas e Empresas Industriais e trabalhadores autônomos, filias atividades econômicas paralelas atividade profissional representada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Passo Fundo-RS, com base territorial nos Municípios acima mencionados, para recolherem a contribuição sindical, Exercício de 2011. As empresas descontarão do seus empregados no mês de Março o valor correspondente a (i) um dia do respectivo salário nominal por empregado, e recolherá em guias próprias até o dia 30 de abril de 2011 na Caixa Econômica Federal, para os trabalhadores admitidos posteriormente será efetuado o desconto no primeiro mês subsequente ao mês de admissão, contribuição fora de prazo será acrescido de multas e juros, e demais cominações legais previstas no ART 600 da CLT. O Sindicato estará à disposição para quaisquer esclarecimentos complementares, poderão ser obtidos junto a secretária deste Sindicato ou pelo telefone 3313-6786.

Passo Fundo, 24 de fevereiro de 2011.

Nevaldo Rocha da Silva - Secretário

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO (PRAZO 20 DIAS)

Credor: HSB BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO

Pelo presente edital, por estar(em) em lugar ignorado, fica(m) notificado(s) a(s) pessoa(s) adiante nomeada(s) para ciência de que estamos autorizados na forma da Lei (Decreto Lei nº 70 de 21.11.66 e Regulamentação Complementar, e Lei nº 8004/80), a promover a execução extrajudicial da(s) hipoteca(s) de que onera(m) o(s) imóvel(is) indicado(s) a seguir. Fica(m) cientificada(s), outrossim, de que tem(têm) o prazo de 20 (vinte) dias, a contar desta data, para purgar(em) o débito e evitar(em) a continuidade da execução, o que poderá ser feito na:

Rua SETE DE SETEMBRO, nº 601, Bairro: Centro, CEP: 90.010-190, PORTO ALEGRE/RS. FONES: (51) 3216.8738 e/ou 0800-541.3227, nos horários das 9:00 hs, às 11:00 hs; e das 14:00 hs às 16:00 hs, sem que seja exigido o dia útil exceto aos sábados.

SED: H-6000309 - CONTRATO: 014.064-1 CONTROLE: H-13.281/10

NOME: MARCELO CORREA DIAS

CI 9037522134/RS - CPF 471.370.700-78

BRASILEIRO, SEPARADO JUDICIALMENTE, FUNCIONÁRIO PÚBLICO, RESIDENTE E DOMICILIADO EM PORTO ALEGRE, RS.

Imóvel financiado:

Rua Dom Pedro II nº 797, apartamento nº34, box nº04, Edifício Soraya.

Bairro: Higienópolis

CEP: 90.550-142





São Paulo, 14 de novembro de 2011.

À  
Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

Gerência de Gerência de Acompanhamento de Fundos Estruturados - GI  
Rua Sete de Setembro, 111 – 30º andar  
20159-900 - Rio de Janeiro - RJ

**REF.: RELATÓRIO TRIMESTRAL DO FIDC POLO CREDITO CONSIGNADO I (CNPJ: 13.566.670/0001-11) - PERÍODO ENCERRADO EM 30/09/2011.**

Em atendimento à Instrução CVM nº. 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº. 484, de 21 de julho de 2010, apresentamos, a seguir, relatório demonstrativo trimestral do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Pólo Crédito Consignado I ("Fundo"), encerrado em 30/09/2011, de forma a evidenciar que todas as operações estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como todas as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado. O Fundo iniciou suas atividades em 8 de julho de 2011.

CARTEIRA*			
Mês		Valor	% PL
Caixa	R\$	1.513,20	0,00%
Contas a Pagar/Receber	R\$	(77.077,64)	-0,08%
Títulos Públicos Federais	R\$	1.026.810,30	1,07%
Cotas de Fundos	R\$	24.407.325,52	25,49%
Direitos Creditórios	R\$	70.808.218,93	73,94%
PDD	R\$	(404.182,04)	-0,42%
<b>PL</b>	<b>R\$</b>	<b>95.762.608,27</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Data base: 30/09/2011

#### DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS AO FUNDO

Somente podem compor a carteira do Fundo direitos de crédito oriundos de contratos de assistência financeira com consignação em folha de pagamento, concedidos pela Sabemi Seguradora e/ou Sabemi Previdência Privada ("Sabemi" e "Cedente") a titulares de seguro de pessoas ou de plano de previdência privada ("Segurados"), que não estejam vencidos e/ou pendentes de pagamento no momento da cessão, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento. A Sabemi mantém convênio com Entes Públicos Conveniados e o Convênio Sabemi para que os valores concedidos a título de Assistência Financeira aos Segurados sejam consignados para desconto em folha de pagamento. No período analisado, não houve qualquer alteração nas condições exigidas para cessão de recebíveis, nos critérios de elegibilidade do Fundo ou nas características dos direitos creditórios que compõem sua carteira.

#### DA AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS PELO FUNDO

Os direitos creditórios foram adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição e diversificação da carteira estabelecidos pela legislação vigente e pelo Regulamento e com base nas regras e condições estabelecidas no Contrato de Cessão a taxas de desconto que propiciam o alcance das rentabilidades-alvo definidas para as cotas seniores e subordinadas preferenciais do Fundo.



AQUISIÇÕES				
Mês		Valor Nominal		Valor Líquido
JUL	R\$	59.055.019,65	R\$	41.348.017,47
AGO	R\$	27.843.994,26	R\$	18.882.309,06
SET	R\$	17.325.953,40	R\$	11.606.471,08
	R\$	104.224.967,31	R\$	71.836.797,61

Toda aquisição de direitos creditórios pelo Fundo é, obrigatoriamente, formalizada através do Termo de Cessão, onde são discriminados a data que se operou a cessão, o volume e o prazo de vencimento dos recebíveis, a taxa de desconto praticada e o preço de aquisição calculado entre outros.

As cessões de direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, inclusive reajustes monetários, juros e encargos, foram realizadas de forma irrevogável e irretroatável, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente.

#### DOS EVENTOS DE PRÉ-PAGAMENTO DE DIREITOS CREDITÓRIOS INCORRIDOS NO FUNDO

Eventos de pré-pagamento dos ativos que dão lastro ao Fundo podem prejudicar o fluxo de caixa da operação ao reduzir a margem excedente proporcionada pelas taxas de juros dos contratos, quando comparadas à taxa de cessão utilizada na definição do preço de aquisição dos direitos creditórios.

PRÉ-PAGAMENTO		
Mês		Valor
JUL	R\$	-
AGO	R\$	-
SET	R\$	562.091,20
	R\$	562.091,20

Conforme se observa na tabela de aquisições de novos direitos creditórios, o patrimônio líquido do Fundo não foi afetado pelo volume de pré-pagamentos, uma vez que os valores foram reinvestidos em ativos com características semelhantes e a taxas condizentes com a remuneração alvo.

#### DAS ALIENAÇÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS PELO FUNDO

No trimestre analisado, o Fundo não alienou direitos creditórios, a qualquer título, a terceiros ou aos cedentes.

ALIENAÇÃO A TERCEIROS		
Mês		Valor
JUL	R\$	-
AGO	R\$	-
SET	R\$	-
	R\$	-

RECOMPRA			
Mês		Valor	
JUL	R\$	-	
AGO	R\$	-	
SET	R\$	-	
	R\$	-	

#### DAS AMORTIZAÇÕES DE COTAS INCORRIDAS NO FUNDO

Não houve, no período analisado, ocorrência de qualquer fato ou evento que tenha causado a aceleração e/ou o vencimento antecipado das obrigações do Fundo e que, por qualquer motivo, previsto ou não, ou por decisão de Assembléia de Cotistas, acarretou amortização e/ou resgate de valores nas classes de cotas do Fundo.

AMORTIZAÇÃO SENIOR			
Mês		Valor	
JUL			
AGO			
SET			
	R\$	-	

AMORTIZAÇÃO SUBORDINADA			
Mês		Valor	
JUL	R\$	-	
AGO	R\$	-	
SET	R\$	-	
	R\$	-	

#### DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO DOS ORIGINADORES DOS RECEBÍVEIS

Os direitos de crédito a serem adquiridos pelo Fundo são originados e cedidos exclusivamente pela Sabemi.

CONCENTRAÇÃO*				
Originador		Valor	(%) DC	(%) PL
Sabemi Seguradora S.A.	R\$	70.808.218,93	100,00%	73,94%

(\*) Data base: 30/09/2011



A política de concessão de crédito aos Segurados adotada pela Sabemi encontra-se definida no Regulamento do Fundo e não sofreu qualquer alteração no período compreendido entre julho e setembro de 2011.

#### DA POLÍTICA DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

---

A coleta e recebimento dos pagamentos dos direitos de crédito serão realizados pela Sabemi, com o auxílio dos entes públicos conveniados com quem mantêm convênio para que as parcelas dos contratos de assistência financeira sejam descontadas em folha de pagamento.

As etapas da coleta e recebimento consistem em:

I – Os entes públicos conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) dos contratos de assistência financeira vencida(s) no período;

II – Os valores descontados são repassados à Sabemi, por meio do banco oficial dos entes públicos conveniados, ou instituição conveniada a estes;

III – O repasse mensal para a Sabemi pode ser, conforme o ente público conveniado, realizado por uma única ou várias transferências bancárias;

IV – Ao receber os valores repassados diretamente pelos entes públicos conveniados, a Sabemi os confronta com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos entes públicos conveniados, informando quais Participantes terão as parcelas dos Contratos de Assistência Financeira descontadas de seus vencimentos e quais ficarão inadimplentes;

VI – Havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, a Sabemi questiona o ente público conveniado, o próprio banco oficial ou as instituições conveniadas a estes, que podem ter determinado o repasse de valor diverso do previsto;

VII – Apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e

VIII – Os valores decorrentes dos direitos de crédito recebidos pela Sabemi são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 48 horas, contadas de tal recebimento.

A Sabemi foi contratada pelo Fundo, com a interveniência do custodiante, como agente de cobrança judicial e extrajudicial dos direitos de crédito inadimplidos, observando-se os seguintes procedimentos:

I – Após a confirmação pela Sabemi sobre o inadimplemento dos direitos de crédito, é enviada cobrança através de débito em conta corrente com os Bancos Conveniados, para a conta do salário do segurado. Caso seja reincidente é cobrado também o valor da parcela do mês.

II – Na hipótese do Segurado assumir dívidas de longo prazo que sejam privilegiadas em relação à assistência financeira, renegocia-se a nova margem consignável do Segurado.

III – Caso a Sabemi não tenha êxito na cobrança por débito em conta corrente, notifica o Segurado.

IV – Uma vez frustradas as tentativas de cobrança dos direitos de crédito inadimplidos, no 60º dia útil após o vencimento do direito de crédito inadimplido a Sabemi informará o fato à SERASA para inscrição do Segurado inadimplente em seus respectivos bancos de dados. Caso o Segurado se apresente, após o primeiro pagamento, a Sabemi providencia a imediata retirada do registro do SERASA.



V – Se a causa da inadimplência é a morte do Segurado, é passado para a cobrança administrativa para contato com a família ou ente público conveniado para solicitar Certidão de Óbito.

A Sabemi, na qualidade de agente de cobrança dos Direitos de Crédito, é responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, inclusive os Direitos de Inadimplidos, sem que seja devida qualquer contraprestação.

Importante salientar que os mecanismos e procedimentos de cobrança dos direitos creditórios estabelecidos não sofreram qualquer alteração no período analisado.

#### DAS GARANTIAS DA ESTRUTURA

##### 1. Eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de ativos.

Para cobrir os riscos relacionados à carteira de ativos elegíveis, o Fundo foi constituído com um reforço de crédito na forma de subordinação mínima estrutural corresponde a, no mínimo, 35% do patrimônio líquido do fundo.

SUBORDINAÇÃO / ORDINARIA		
Mês	Valor	(%) PL
JUL	R\$ 15.328.348,81	20,04%
AGO	R\$ 17.083.827,47	20,03%
SET	R\$ 19.156.234,66	20,00%

SUBORDINAÇÃO / PREFERENCIAL		
Mês	Valor	(%) PL
JUL	R\$ 11.648.364,19	15,23%
AGO	R\$ 13.012.119,85	15,25%
SET	R\$ 14.586.576,13	15,23%

#### DO PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DE LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

O Custodiante analisa trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos direitos de crédito, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas.

O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos direitos de crédito contempla a verificação da existência dos documentos representativos do crédito correspondentes, conforme abaixo:

1. Obtenção de base de dados analítica por recebível;
2. Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo;

3. Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário, bem como a autorização por escrito, do débito em folha de pagamento; e
4. Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao Fiel Depositário.

Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

$\xi_0$  : Erro Estimado

$A$  : Tamanho da Amostra

$N$  : População Total

$n_0$  : Fator Amostral

Com base na amostra selecionada (95 contratos), foi efetuado um confronto (100 % da amostra apresentada) entre as informações contidas nas bases de dados disponibilizadas pelo Custodiante e os respectivos contratos, não tendo sido observadas inconsistências na realização do procedimento descrito.

O relatório completo de auditoria substantiva de verificação de lastro do Fundo em referência encontra-se na sede do Administrador para consulta no local.

Sem mais, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Ricardo Augusto Leão Martins  
**CONCÓRDIA S.A. C.V.M.C.C.**